

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

MARCELA SANTOS DE CARVALHO

**MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA: A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS
NEGROS DE MARINGÁ (1985-2019)**

**CAMPO MOURÃO – PR
2021**

MARCELA SANTOS DE CARVALHO

**MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA: A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS
NEGROS DE MARINGÁ (1985-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra.

Área de Concentração: História Pública

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva

**CAMPO MOURÃO – PR
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Carvalho, Marcela Santos de
Memórias de resistência: a história dos movimentos negros de Maringá (1985-2019) / Marcela Santos de Carvalho. -- Campo Mourão-PR, 2021.
208 f.: il.

Orientador: Ricardo Tadeu Caires Silva. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2021.

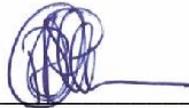
1. História Pública. 2. Movimento Negro. 3. Entrevistas. I - Silva, Ricardo Tadeu Caires (orient). II - Título.

MARCELA SANTOS DE CARVALHO

**MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA: A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS NEGROS DE
MARINGÁ (1985-2019)**

BANCA EXAMINADORA

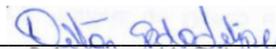
Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva (Orientador) – UNESPAR, Campo Mourão



Dr (a). Eulália Maria Aparecida de Moraes – UNESPAR, Campo Mourão



Dr. Delton Aparecido Felipe – UEM, Maringá



Data de Aprovação

29/10/2021

Campo Mourão – PR

2021

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado de forma especial a duas pessoas: **Jairo de Carvalho** e **Alaor Gregório de Oliveira**, os quais infelizmente faleceram antes que a pesquisa fosse concluída. Obrigado pelo zelo e cuidado para que a história da comunidade negra de Maringá fosse preservada. Triste por não poder desfrutar da presença de vocês, mas com o coração acalentado por saber que agora descansam após árduas batalhas!

Todo o processo de construção dessa dissertação contou com a colaboração dos sujeitos da pesquisa, pessoas que levarei para sempre em meu coração. Almas que eu conheci a pouco tempo e me motivaram ainda mais a concluir o trabalho. A todos os meus entrevistados (**Aracy, Jairo, Cleuza, Osmar e Eva**), meu muito obrigado! Este trabalho também é de vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por compreender minhas ausências e minhas conversas rápidas. Aos meus pais, **Eudinam B. de Carvalho e Rosângela Santos de Carvalho**, que sempre afirmaram que o conhecimento é o tesouro mais valioso que podemos adquirir na vida; aos meus irmãos, **Cleber S. Carvalho, Ana Paula S. Carvalho e Tatiane S. Carvalho** por formarmos o melhor quarteto lá de casa (risos).

Agradeço também aos meus cunhados, **Danilo Oliveira, Bárbara T. Panisa, Mileni Azeredo e Douglas Lisboa**. Aos meus sobrinhos **Ana Júlia, Lívia e Felipe**, obrigada por tornarem meus dias mais agradáveis com suas presenças cheirosas. Também não poderia deixar de agradecer aos meus sogros **Lucinez T. Panisa e Antônio A. Panisa**, que bem de pertinho presenciaram os desdobramentos de cada etapa e com muito carinho tornaram a trajetória mais leve. Gostaria de agradecer ao meu grande amor, meu companheiro de viagens para entrevistas, eventos e coletas de documentos. **Dyego T. Panisa**: obrigada por entender todas as minhas oscilações de humor, meus desesperos e minhas dúvidas. Te amo.

À minha grande amiga **Larissa Klosowski**, que acreditou em mim quando nem eu mesma acreditava. Amiga, muito obrigada por ser luz por onde passa. Também não poderia deixar de agradecer às amigas que fiz nessa jornada chamada Mestrado. **Ana Laura P. dos Santos, Camila Onofre e Laiza Campos**, obrigada por terem tornado todo esse percurso florido: vocês foram por muitas vezes imprescindíveis para que eu continuasse. Obrigada pelos encontros, pelas trocas de experiências, pela amizade que construímos e hoje levamos para a vida. Carrego vocês no coração.

Agradeço à **UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná)**, através do seu corpo acadêmico e administrativo por ter proporcionado a mim um ensino público e de qualidade, que começou lá em 2012 quando passei no vestibular para o curso de Licenciatura em História. Deixo aqui meu muito obrigada, por tornarem real o sonho de fazer Mestrado. Agradeço ao **Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP)** por todo o conhecimento compartilhado. Agradeço também ao meu orientador **Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva** pelo conhecimento transmitido e a confiança durante todo percurso.

Um agradecimento especial vai para o professor **Dr. Delton Felipe** e as professoras **Dr.^a Cyntia Simioni França e Dr.^a Eulália Moraes**, que participaram do exame de qualificação deste trabalho, indicando importantes sugestões de leituras e fazendo preciosos apontamentos ao texto, possibilitando assim que sua versão final fosse aprimorada.

Por fim, e não menos importante, deixo meu muito obrigada a todos que contribuíram para que essa dissertação se tornasse realidade, os entrevistados: **Jairo de Carvalho** (*in memoriam*), **Cleuza Teodoro**, **Eva Santos**, **Aracy Adorno Reis** e **Osmar Jhamayka**. Estendo meus agradecimentos à **Keila Oliveira**, que gentilmente cedeu através de documentos parte das memórias e trajetórias de seu pai **Alaor Gregório de Oliveira** (*in memoriam*), membro Fundador da Associação União e Consciência Negra. Agradeço ainda ao **Paulo Bahia**, que sempre muito solícito forneceu por muitas e muitas vezes informações que permitiram que a história negra de Maringá fosse retratada. Agradeço aos demais membros da **Associação União e Consciência Negra de Maringá** (AUCNM), do **Centro Cultural Jhamayka** (CCJ), e do **Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques** (IMNEAM), por terem contribuído para que as histórias e memórias negras de Maringá fossem preservadas por todos esses anos. A todos vocês, meu muito obrigada!

“Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso.” Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

CARVALHO, Marcela Santos de. **Memórias de resistência: a história dos Movimentos Negros de Maringá (1985-2019)**. 208f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2021.

O presente trabalho narra a história do movimento negro de Maringá – Paraná, a partir de três instituições negras da cidade, a saber: Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM), criada em 1985; o Centro Cultural Jhamayka, fundado em 2001; e o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (IMNEAM), criado em 2005. A pesquisa teve como fonte principal as entrevistas realizadas com algumas lideranças destas três organizações a partir da metodologia da História Oral, em perspectiva com a História Pública. Além disso, foram utilizados documentos impressos tais como atas, estatutos, matérias jornalísticas e fotografias, etc. Embora a presença da população negra de Maringá seja notada desde os primórdios de sua colonização, as narrativas oficiais não destacam as importantes contribuições deste grupo étnico no desenvolvimento da cidade. Este processo de esquecimento e invisibilização, contudo, tem sido historicamente questionado. Constituído por homens e mulheres de diferentes níveis de formação, profissão, religião e ideologias políticas, o movimento negro local tem se valido de diferentes estratégias para combater o racismo e a discriminação e ao mesmo tempo afirmar seus valores culturais e suas lutas por uma verdadeira democracia racial.

Palavras-chave: História Pública. Movimento Negro. Resistência. Maringá.

ABSTRACT

The present work narrates the history of the black movement in Maringá – Paraná, based on three black centered institutions in the town, namely: Association União and Consciência Negra from Maringá (AUCNM), created in 1985; the Jhamayka Cultural Center, founded in 2001; and the Institution of Black Women Enedina Alves Marques (IMNEAM), created in 2005. The main source for this research was interviews carried out with some leaders of these three organizations based on the methodology of Oral History, in perspective with Public History. In addition, printed documents such as statutes, journalistic materials and photographs, etc., were also used. Although the presence of the black population of Maringá has been noticed since the beginning of its colonization, the official narratives do not highlight the important contributions of this ethnic group in the development of the town. This process of forgetting and invisibility, however, has historically been questioned. Made up of men and women of different levels of education, profession, religion and political ideologies, the local black movement has used different strategies to fight racism and discrimination while affirming its cultural values and fighting for a true racial democracy.

Keywords: Public History. Black Movement. Resistance. Maringá.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 Mapa de Maringá e o estado do Paraná. Fonte: Alexandre Fernando da Silva | 20 |
| Figura 2 Anteprojeto da cidade de Maringá, de autoria de Jorge de Macedo Vieira, elaborado em meados da década de 1940. Acervo do Museu da Bacia do Paraná | 21 |
| Figura 3 Fachada da Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora. Porto Alegre/ RS. Foto: Giane Vargas Escobar, 2008. | 34 |
| Figura 4 Fachada do Clube Treze de maio. Curitiba/ PR..... | 35 |
| Figura 5 Cabeçalho do Pasquim O Homem de Côm, nº2 (1833). | 38 |
| Figura 6 Cabeçalho O Bahiano – Pela Constituição e pela Lei Nº1 (1829)..... | 39 |
| Figura 7 Redenção de Cam, de Modesto Brocos 1985. | 50 |
| Figura 8 População negra e comunidades quilombolas no Estado do Paraná..... | 60 |
| Figura 9 comunidades remanescentes de quilombos e comunidades negras tradicionais..... | 64 |
| Figura 10 Quilombo Tronco..... | 64 |
| Figura 11 Quilombo Manoel Ciríaco dos Santos | 65 |
| Figura 12 Quilombo Campina dos Morenos | 65 |
| Figura 13 Ofício da AUCNM ao Grucon Estadual do Paraná. | 82 |
| Figura 14 Ofício de solicitação de uma sede para a Associação União e Consciência Negra de Maringá –..... | 85 |
| Figura 15 Cartaz do Concurso de Redação 300 anos de Zumbi dos Palmares (1995)..... | 88 |
| Figura 16 Certificado de participação no Concurso de Redação 300 anos de Zumbi dos Palmares (1995). Fonte: Arquivo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira..... | 89 |
| Figura 17 Ficha de inscrição do Aluno. | 90 |
| Figura 18 Cartaz do evento: Condição e Perspectivas do Negro no Brasil..... | 92 |
| Figura 19 Cartaz do evento: A História dos Povos Africanos - África: Aspectos Civilizacionais Anteriores | 93 |
| Figura 20 Cartaz do evento: A História dos Povos Africanos - África: Aspectos Civilizacionais | 94 |
| Figura 21 Ofício ao Diretor Presidente do Banestado (1996)..... | 96 |
| Figura 22 Ofício ao Promotor de Justiça da Promotoria especial de defesa do consumidor, meio ambiente e garantias constitucionais. 01/02Fonte: Acervo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira | 99 |
| Figura 23 Ofício ao Promotor de Justiça da Promotoria especial de defesa do consumidor, meio ambiente e garantias constitucionais. 02/02 Fonte: Acervo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira..... | 100 |

| | |
|---|-----|
| Figura 24 É dia de Jhamayka - Jornal O Diário do Norte do | 108 |
| Figura 25 Katinguelê -Oficina de Capoeira. Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka.. | 108 |
| Figura 26 Batuke Novo – Oficina de Percussão. Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka | 109 |
| Figura 27 Trançando Cultura - Herança africana presente na estética brasileira | 110 |
| Figura 28 Cinema na Praça - Oficina de cinematografia. Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka | 110 |
| Figura 29 ONG pede tombamento de Praça - Jornal O Diário do Norte do Paraná (2005) Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka | 112 |
| Figura 30 Revitalização praça Zumbi dos Palmares | 113 |
| Figura 31 Projetos Sócio-Culturais mudam vilinha - Jornal O Diário do Norte do Paraná (2003) | 114 |
| Figura 32 Logotipo do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques – IMNEAM | 118 |
| Figura 33 Lema do IMNEAM: “Que o meu grito soe tão alto que ultrapasse as barreiras do | 119 |
| Figura 34 Folder do I Seminário de Mulheres Negras de Maringá e região. 2005. Fonte: ... | 120 |
| | |
| Imagem 1 Advogado Alaor Gregório de Oliveira | 70 |
| Imagem 2 Alaor e sua filha Keila, por ocasião do recebimento do Troféu Consciência Negra em | 72 |
| Imagem 3 Aracy Adorno Reis. Fonte: (reprodução da internet) | 74 |
| Imagem 4 Jairo de Carvalho e sua família. Fonte: (reprodução da internet)..... | 76 |
| Imagem 5 Aracy Adorno Reis, Jairo de Carvalho e Alaor Gregório de Oliveira..... | 78 |
| Imagem 6 Capa do livro didático Uma História em Construção. Fonte: Reprodução de exemplar físico. | 98 |
| Imagem 7 Osmar Batista ou Jhamaica (Foto divulgação) | 104 |
| Imagem 8 Paulo Bahia, Coordenador do Centro Cultural Jhamayka, durante apresentação de | 107 |
| Imagem 9 Mutirão de moradores para a construção da praça Zumbi dos Palmares. Fonte: . | 111 |
| Imagem 10 Busto em homenagem a Zumbi. Autor Zanzal (reprodução) | 112 |
| Imagem 11. 20 de novembro de 2019, dia da aprovação da implantação da política de | 122 |

Imagem 12. 20 de novembro de 2019, dia da aprovação da implantação da política de cotas raciais na Universidade Estadual de Maringá. Fonte: ACS UEM..... 123

Imagem 13 Minervino de Oliveira. Fonte:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Minervino_de_Oliveira..... 123

Tabela 1 Presidentes da AUCNM..... 84

Tabela 2 Assessoria da Igualdade Racial em Maringá (2011-2021). Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá 102

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| | |
| CAPÍTULO 1: O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL..... | 29 |
| 1.2 Definindo o termo “Movimento Negro” | 29 |
| 1.2.1. Primeiro período do Movimento Negro organizado na República (1889-1937): da Primeira República ao Estado Novo..... | 36 |
| 1.2.2. Segundo período do Movimento Negro organizado na República (1945-1964): da Segunda República à ditadura militar..... | 41 |
| 1.2.3 Terceiro período do Movimento Negro organizado na República (1978-2000): do início do processo de redemocratização à República Nova..... | 45 |
| | |
| CAPÍTULO 2: LUTA E RESISTÊNCIA: A PRESENÇA DO NEGRO NA CONSTRUÇÃO DO PARANÁ..... | 49 |
| 2.1 O mito do “Brasil diferente” e a invisibilização da presença negra no Paraná | 51 |
| 2.2 A trajetória de luta e resistência dos negros paranaenses: dos quilombos ao movimento negro contemporâneo | 58 |
| 2.3 A presença do negro no interior do Paraná..... | 65 |
| | |
| CAPÍTULO 3: | |
| O MOVIMENTO NEGRO DE MARINGÁ-PR (1985-2019): UMA LEITURA A PARTIR DE SUAS PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES NEGRAS..... | 67 |
| 3.1. Trajetória de três lideranças do movimento negro de Maringá | 69 |
| 3.1.1. Alaor Gregório de Oliveira (1943-2021)..... | 69 |
| 3.1.2. Aracy Adorno Reis (1947) | 72 |
| 3.1.3. Jairo de Carvalho (1959-2021) | 75 |
| | |
| 3.2. A Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM)..... | 78 |
| 3.2.1. As ações da AUCNM: a educação | 86 |
| 3.2.2. As ações da AUCNM: organização de eventos..... | 91 |

| | |
|---|------------|
| 3.2.3. As ações da AUCNM: O combate ao racismo e à discriminação racial | 94 |
| 3.2. 4. As ações da AUCNM: Assessoria Especial de Promoção da Igualdade Racial (2001-2021)..... | 101 |
| 3.3. O Centro Cultural Jhamayka..... | 104 |
| 3.4. O Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (IMNEAM) | 115 |
| 3.5. Novos atores em cena | 121 |
| 3.5.1. O Neiab – Uem..... | 121 |
| 3.5.2. Coletivo de Juventude Negra Yalodê-Badá..... | 122 |
| 3.5.3. Coletivo Minervino | 123 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 125 |
| REFERÊNCIAS | 128 |

| | |
|---|------------|
| APÊNDICES | 139 |
| DOCUMENTOS PARA ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ENTREVISTAS | 139 |
| APÊNDICE 1: Instrumento e Medida a ser aplicado às lideranças negras | 139 |
| APÊNDICE 2: Autorização de uso de imagem e som | 140 |
| APÊNDICE 3: Termo de Consentimento livre e Esclarecido - TCLE..... | 141 |
| APÊNDICE 4: Termo 1..... | 145 |
| APÊNDICE 5: Termo 2..... | 146 |
| | |
| TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS | 147 |
| APÊNDICE 6: Transcrição da Entrevista com Osmar Jhamayka..... | 147 |
| APÊNDICE 7: Transcrição da Entrevista com Aracy Adorno Reis | 153 |
| APÊNDICE 8: Transcrição da Entrevista com Jairo de Carvalho | 159 |
| APÊNDICE 9: Transcrição da Entrevista com Eva Coelho..... | 164 |
| APÊNDICE 10: Transcrição da Entrevista com Cleuza Teodoro..... | 172 |
| | |
| ANEXOS | 175 |
| ANEXO 01 Estatuto da Associação União e Consciência Negra de Maringá – AUCNM..... | 175 |
| ANEXO 02 Estatuto do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques..... | 182 |
| ANEXO 03 Estatuto do Centro Cultural Jhamayka..... | 199 |

INTRODUÇÃO

“Please i can’t breathe”
(Por favor, eu não consigo respirar)
George Floyd¹

Eu poderia iniciar essa dissertação discorrendo sobre os impactos que a presente pesquisa originara em mim, ou da maneira com que cada autor que li para construir os capítulos contribuiu para um novo olhar sobre a temática aqui trabalhada, mas o ano em que iniciei a escrita desse trabalho foi marcado por um triste e revoltante episódio do racismo. A frase que inicio meu texto é, ao meu ver, a mais dolorosa deste ano: ***“Please i can’t breathe” (Por favor, eu não consigo respirar)***. Poderia ser a frase dita por um paciente que luta pela vida nos hospitais ou por um homem negro que morreu em decorrência da ação truculenta da polícia. Ambas as situações se encaixam na realidade do ano de 2020.

Enquanto escrevi este texto, o mundo enfrentou e ainda enfrenta a pandemia de COVID-19: um vírus extremamente agressivo e altamente letal, que acomete os pulmões e outros órgãos do corpo humano. No Brasil, ultrapassamos a triste marca de 600.000 óbitos desde que este vírus se alastrou pelo país.² Durante esses dois últimos anos, o grande poder de propagação deste vírus impôs severas restrições às nossas rotinas diárias. Entramos em um longo período de distanciamento social para conter a forma de contágio. Pesquisas foram feitas em tempo recorde para o desenvolvimento de uma vacina que permitisse a redução do número de mortes e o consequente reestabelecimento de uma certa “normalidade”. Contudo, e apesar dos avanços – a vacina enfim chegou! -, não sabemos ao certo por quanto tempo continuaremos a conviver com esse vírus. Tudo é incerto!

Não bastassem as grandes incertezas decorrentes da pandemia, os casos de racismo ainda tomam as manchetes nacionais e internacionais. ***“Please i can’t breathe” (Por favor, eu não consigo respirar)*** foi a frase dita por George Floyd em meio a uma abordagem violenta da polícia de Minneapolis, onde ocorreu o crime, no dia 25 de maio de 2020, no condado de Hennepin, no estado de Minnesota, Estados Unidos da América. Após ser imobilizado e asfixiado por um policial, George veio a óbito. Aqui no Brasil, uma semana antes, o menino

¹ Sobre George Floyd consultar: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/05/milhares-vao-as-ruas-apos-assassinato-filmado-de-george-floyd.html>

² Fonte: Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de Saúde. Diariamente, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS / MS), também divulga dados consolidados sobre o COVID-19. Saiba mais sobre o painel através do link <https://covid.saude.gov.br/>.

João Pedro Mattos³ foi morto pela polícia quando brincava em casa, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As mortes trágicas de George Floyd e de João Pedro tem em comum o fato de terem sido executadas por um dos braços repressores do Estado – a polícia – e demonstram como as estruturas de poder de ambas as sociedades possuem o racismo em sua estrutura social, em seu *dna* (ALMEIDA: 2019). Em suma, é impossível tratar das questões norteadoras desta pesquisa sem que a raiva e a sensação de impotência tomem conta de mim, mas espero que ao longo da leitura dessa dissertação o leitor perceba que a população negra sempre lutou para combater o racismo e outras formas de opressão. Não trago na pele as cicatrizes do racismo, não fui impedida de adentrar a determinados espaços ou ter meus direitos diminuídos pela cor da minha pele. Coloco-me em meu lugar de privilegiada; afinal, no Brasil, por eu ser lida como branca, não sofro os impactos diretos de se viver em um país extremamente racista e violento, cuja força recai majoritariamente sobre os corpos negros. Isso não significa, contudo, que não me importe ou que não deva fazer parte da luta antirracista. Muito pelo contrário, tenho plena consciência de que é necessário que todos estejam engajados na luta contra o racismo e os malogros decorrentes dessa forma tão cruel de violação.

Como se sabe, a edificação da sociedade brasileira foi feita sob o derramamento de muito sangue negro e indígena, haja vista que estes povos foram historicamente escravizados e explorados pelo colonizador branco europeu por vários séculos. Entretanto, decorridos mais de 130 anos de abolida a escravidão, o Estado brasileiro não implementou políticas de reparação a tais violências. Muito pelo contrário, a negação de direitos, a constante violação da cidadania, e a vigência do o racismo vem sendo reproduzido ao longo de várias gerações e por diferentes períodos históricos, tornando-se algo estruturante da nossa sociedade. No Brasil, os casos de violência, exploração e opressão contra o povo negro remontam aos tempos coloniais. Esta história, contudo, também foi e continua sendo marcada pela luta e pela resistência dos africanos e seus descendentes – ainda que muitos episódios tenham sido invisibilizados ou ocultados das narrativas dominantes (MOURA: 1983; 1988; REIS: 1989; ALMEIDA: 2018).

Narrar as histórias de resistência do povo negro de Maringá a partir das lutas do movimento negro local foi o que me motivou a realizar a pesquisa que resultou nessa dissertação. Assim, um dos objetivos deste trabalho é o de demonstrar como a população negra

³ Link para consulta: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/05/23/%E2%80%98O-racismo-autoriza-a-pol%C3%ADcia-a-atirar-indiscriminadamente%E2%80%99>

local soube resistir aos processos de opressão, exclusão e invisibilização que caracterizam o racismo em nosso país.

A cidade de Maringá está localizada na região norte do Paraná, distando cerca de 426 quilômetros da capital do estado, Curitiba. Fundada oficialmente no dia 10 de maio de 1947, por iniciativa da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP), Maringá pertencia à cidade de Mandaguari, da qual se emancipou no ano de 1951.⁴

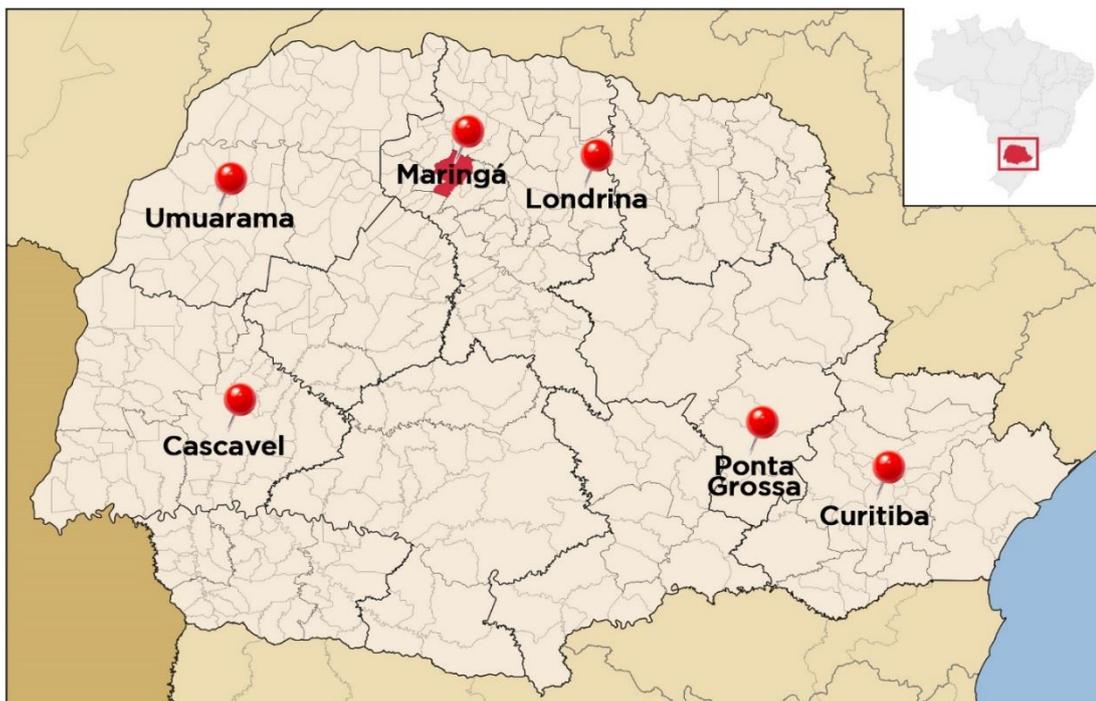


Figura 1 Mapa de Maringá e o estado do Paraná. Fonte: Alexandre Fernando da Silva

Embora não seja particularmente conhecido por sua pluralidade racial, o município de Maringá, como todos os demais núcleos urbanos surgidos em frentes de colonização em meados do século XX, foi formado por gente de todos os grupos raciais, embora isto seja pouco ou quase nada evidenciado nas narrativas históricas locais. Outra forte característica da sociedade maringaense é a sua divisão social, que se traduz na própria organização do espaço geográfico da cidade:

O fato é que desde seu planejamento, Maringá tendeu a ser uma cidade segregada, sendo clara a tentativa de separar as classes sociais em bairros, dando uma forma centralizada ao alto escalão da sociedade separando-os por dois parques (hoje, Parque do Ingá e Bosque II), com uma via de acesso rápido ao centro, que é uma parte destinada ao comércio. (CASTELLETO, 2014, p.60).

⁴ Segundo dados do IBGE, Maringá chegou à marca de 436.472 habitantes em 2021. Ver: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>.

Percebe-se que, no esforço em distribuir demograficamente a população como forma de delimitar os espaços, o Município de Maringá relegou às classes menos favorecidas as localidades periféricas, de modo a segregá-las.



Figura 2 Anteprojeto da cidade de Maringá, de autoria de Jorge de Macedo Vieira, elaborado em meados da década de 1940. Acervo do Museu da Bacia do Paraná

Através da figura 1, podemos observar que o Município de Maringá nasceu a partir de um plano urbanístico cuidadosamente planejado. Sua colonização foi um projeto da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), fundada por um grupo de ingleses (*Paraná Plantations Limited*) que possuíam uma subsidiária brasileira: a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). O desenvolvimento de Maringá, assim como o de grande parte do território paranaense, foi parte de um grande projeto publicitário no qual se “vendeu” um ideal de território nunca antes habitado e que não sofreu grandes impactos ambientais por conta das empresas colonizadoras. Segundo MORO (1998):

Assim, enquanto na região do rio das Cinzas no Norte Pioneiro a grande propriedade e o povoador de origem mineira foram uma constante, nas "terras roxas" do Terceiro Planalto a leste do Tibagi, os povoadores paulistas com sua tradicional fazenda cafeeira foram a marca característica. No Norte Central e a seguir no Noroeste Paranaense, as companhias imobiliárias colonizadoras traçaram um novo aspecto com a colonização dirigida, a pequena propriedade, o intenso processo de desenvolvimento da cafeicultura, como até então não se tinha visto, o cosmopolitismo de seus povoadores, definindo as especificidades da paisagem regional (MORO, 1998, p. 5).

Segundo a versão construída pela CTNP/CMNP e de outras empresas colonizadoras, a ocupação do território paranaense ocorreu de forma pacífica e bem-sucedida, por meio de um plano colonizador bastante estruturado e voltado a favorecer a aquisição de terras por parte de pequenos agricultores. No entanto, inúmeras obras demonstram que antes dos “pioneiros” já haviam habitantes indígenas nas regiões paranaenses, Segundo Noeli e Mota, de acordo com estudos arqueológicos, existem habitantes nos territórios que envolvem Maringá há cerca de 7.000 anos. Porém, se analisados territórios vizinhos, pode-se constatar a presença humana a até 11.000 ou 12.000 anos atrás (NOELI e MOTA, 1999, p. 5). Tomazi também defende a ideia de que a região norte paranaense não era desabitada nem tampouco desconhecida até a ocupação realizada nos séculos XIX e XX. O autor observa que a região já era “conhecida e esquadrihada por engenheiros, agrimensores, viajantes e que ademais viviam índios e caboclos que conheciam e habitavam esse espaço” (TOMAZI, 1999, p. 53).

Como destaca Gonçalves (1999, p. 117-118), a colonização do norte do Paraná foi amplamente difundida pela publicidade em outras regiões do país. A região foi chamada de “A Nova Cana “Eldorado”, “Terra onde se anda sobre o dinheiro”, “Terra da Promissão”. Nesse sentido, a área tornou-se bastante conhecida e a ação colonizadora extremamente simpática para jornalistas, escritores, pesquisadores e políticos.

Contudo, um olhar mais acurado das fontes históricas revela que, desde sua fundação, o território maringaense foi planejado e hierarquizado:

As cidades planejadas e hierarquizadas nascem com o compromisso de estabelecer pautas modernas na região do Norte do Paraná, onde a ocupação e a construção estruturaram-se baseadas na formação de uma rede urbana concebida a partir da noção de modernidade e de planificação, assemelhando-se às demais cidades que surgiram e que surgirão em diversos territórios da América Latina, pois, esta era vista como “...uma região privilegiada para a mudança, campo de provas na medida da hipótese modernizadora: porque, diferente de outras regiões do Terceiro Mundo, se tratava de um continente incorporado *ab initio* à modernidade ocidental... (GORELIK, 2005, p. 118).

De igual maneira, quando se analisa a questão à luz da perspectiva de raça na construção da história local, as narrativas oficiais e hegemônicas não evidenciam a contribuição da população negra para o desenvolvimento do município e da região em que está inserido. Dados do último censo demográfico realizado no país, no ano de 2010 (IBGE)⁵ e utilizado pelo Observatório das Metrôpoles (UEM), apontam que 70% da população do município era branca

⁵ Censo demográfico, IBGE, 2010. Observatório das Metrôpoles, núcleo de pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá.

ou, ao menos, assim se declarou. Já os pardos eram cerca de 22%, os amarelos perto de 3,5% e os pretos cerca de 3,3%. Se somarmos o percentual dos que se autodeclararam pardos e pretos, temos que 25,3% ou aproximadamente 1/4 dos maringaenses são negros. Não é preciso lembrar o quanto essas autodeclarações são socialmente determinadas. Tampouco é preciso mencionar que os valores de branqueamento são dominantes em sociedades ocidentais fortemente marcadas por práticas de discriminação racial. Partindo de tais constatações, é que desenvolvemos a pesquisa com o intuito de demonstrar que a população negra de Maringá esteve presente desde a colonização do município e muito contribuiu para o desenvolvimento da cidade.

Atualmente, Maringá é uma cidade que apresenta uma trajetória de alto IDH (Índice de desenvolvimento Humano); inclusive já recebeu vários prêmios de excelência no país relacionados a moradia, sociabilidade, arborização, educação, etc. Recentemente, foi considerada a melhor cidade do país para se viver.⁶ Todavia, estas conquistas não estão distribuídas de forma equitativa entre seus habitantes. Conforme o relatório do Observatório das Metrôpoles, segundo as médias dos cinco anos da pesquisa, a população em situação de rua na cidade de Maringá é predominantemente do sexo masculino (91%), sendo que destas (67%) são negras, com idade média de 38 anos, sendo que 81% dessa população estão na faixa etária de 21 a 50 anos.⁷ Estas disparidades podem ser facilmente comprovadas a partir de outros indicadores, tais como renda, escolarização, etc. Além disso, embora os negros representem cerca de 25% da população local e tenha contribuído para a formação e crescimento da cidade desde os seus primórdios, pouco ou quase nada se conhece a respeito das trajetórias da comunidade negra maringaense.

Ausência, esquecimento e, por que não dizer, silenciamento de um passado de lutas. Nesse sentido, o presente trabalho tem a pretensão de contribuir, ainda que modestamente, para preencher uma pequena parte dessa enorme lacuna. Cabe ressaltar que as associações negras da cidade sempre denunciaram a falta de mecanismos de inserção da população negra, fruto do racismo presente na sociedade maringaense, bem como travaram enormes batalhas para resguardar seus espaços de autonomia e valores culturais.⁸ É a partir delas que nos propusemos a dar visibilidade ao protagonismo da população negra ao longo da história do município.

⁶ Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/breves/maringa-melhor-cidade-pais-qualidade-de-vida/>.

⁷ Fonte: Observatório das Metrôpoles/Pesquisa “Pessoas em Situação de Rua em Maringá – Desconstruindo a Invisibilidade - 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019”.

⁸ Assim como ocorre em âmbito estadual e nacional, os episódios de racismo na cidade de Maringá têm ganhado destaque na mídia, fato que em parte é explicado pela maior possibilidade de registro destes atos. Ver, por exemplo: <https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/justica-condena-mulher-por-racismo-em-maringa>.

O recorte temporal escolhido abarca os anos 1985-2019. Elegemos o ano de 1985 como baliza inicial por se tratar do marco de criação da Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM), evento que influenciou o movimento negro local, o objetivo era o de articular e potencializar a luta contra o racismo em escala nacional. Nesse sentido, a reunião e também o estímulo à criação de novas entidades pelo país era uma das bandeiras do movimento negro contemporâneo. É dentro desse contexto que surge a Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM), criada formalmente em novembro de 1985. Mais recentemente, foram fundados o Centro Cultural Jhamayka (2001) e o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (IMNEAM), de (2005). É necessário enfatizar que Maringá também conta com outras instituições que através de muito trabalho corroboram na luta contra a discriminação racial e a valorização étnico-racial, tais como a Associação de Capoeira Centro Cultural Sucena (2006); o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro Brasileiros (NEIAB-UEM) (2013); e o coletivo de Juventude Negra Yalodê-Badá (2015). Contudo, devido ao prazo estabelecido para o início e término da pesquisa, nesse momento vamos nos debruçar sobre as três instituições mencionadas inicialmente. Por sua vez, delimitamos o marco final em 2019 dada a importância dos últimos acontecimentos políticos do país, muitos dos quais estão afetando diretamente o Movimento Negro e, por conseguinte, toda a população negra brasileira. 2019 é também um marco local, pois neste ano – e depois de muita luta – finalmente foram aprovadas as cotas raciais na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A dissertação foi construída sob a perspectiva da História Pública, modalidade que surgida nos anos 1970 na Inglaterra, disseminando-se em seguida para o Canadá, Austrália, Itália, África do Sul, Estados Unidos e, mais recentemente, pelo Brasil. (ALMEIDA & ROVAI, 2011; SAYER: 2015). De acordo com as historiadoras Juniele Almeida e Marta Rovai

A história Pública é uma forma de democratização do saber, uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. (ALMEIDA & ROVAI, 2011, p.7).⁹

Dessa forma, pode-se afirmar que o compromisso da História Pública é o de transmitir um determinado conhecimento para uma audiência ampla de forma mais acessível, buscando

⁹ ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. O. (Org.). História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal, RN. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364156201_ARQUIVO_TextoFinal_ANPUHNATAL_HistoriaPublica_2013.pdf> Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

construir formas de interação do público com a produção do conteúdo. A história pública tem importância real e urgente, dada a crescente popularidade das representações do passado nos dias de hoje. A dinâmica da História Pública em permitir que, pelo viés da autoridade compartilhada, eu pudesse trazer as vozes das lideranças de algumas das principais instituições negras de Maringá para o centro das discussões sobre o Movimento Negro local foi fundamental para que este trabalho. Esse “fazer com”, “fazer junto”, corrobora para a democratização do saber, para que ele chegue cada vez mais longe. A oportunidade de cursar o mestrado em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, *Campus* Campo Mourão, trouxe consigo grandes desafios. A linha de pesquisa: Memórias e Espaços de formação, me propiciou a formação necessária para a abordagem dos “sujeitos da pesquisa”, ou melhor, dos portadores das memórias do Movimento Negro de Maringá.

Inúmeros autores trataram de conceituar “Movimento Negro” como forma de evidenciar as lutas e trajetórias do povo negro ao longo da história do Brasil, uma vez que esse movimento se apresenta de inúmeras formas em todo o território brasileiro. Para o escritor, poeta e historiador Joel Rufino dos Santos o Movimento Negro abarca:

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como "clubes de negros"], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos "centros de pesquisa"] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e 'folclóricos' – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS, 1994, p.157).

Para demonstrar as histórias de luta e resistência do Movimento Negro de Maringá recorreremos a diversas fontes documentais, tais como atas, estatutos, matérias jornalísticas, entrevistas para canais de Tv, fotografias e, sobretudo, à oralidade – haja vista que muitas lideranças do movimento aceitaram colaborar na elaboração da pesquisa.¹⁰ Infelizmente, devido ao contexto pandêmico em que estamos atravessando e outros fatores externos, encontramos diversos obstáculos para a coleta e sistematização das fontes. No que se refere à fonte periódica, por exemplo, não nos foi possível consultar a coleção do jornal *O Diário do Norte do Paraná*,

¹⁰ As entrevistas foram desenvolvidas de acordo o regulamentado pelo Comitê de ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Paraná sob o parecer Nº 4.014.473.

pois a mesma está em processo de higienização e catalogação na Gerência de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Maringá.¹¹ Por sua vez, em relação à documentação relativa à AUCNM, ainda não foi possível localizar a maioria das atas das reuniões da entidade bem como outros documentos, devido à dispersão e falta de sistematização dos mesmos. Por fim, o contexto imposto pela pandemia limitou e impediu a realização das entrevistas com alguns dos membros do movimento negro de Maringá, fato que podia enriquecer ainda mais as contribuições para este trabalho. Por outro lado, e felizmente, a compreensão e solidariedade de algumas lideranças negras compensou tais limitações, pois estas agregaram muitos elementos em suas entrevistas bem como nas constantes consultas feitas posteriormente via contato telefônico e redes sociais.

No artigo *História Oral e contemporaneidade* (2002) o historiador Paul Thompson define a história oral como “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”. Pontuamos também que a História Oral é uma referência essencial para os estudos africanos e afro-brasileiros, levando em consideração que à população negra foram negadas políticas educacionais que permitissem os usos da escrita.¹² Assim como ocorria em muitas sociedades africanas, a oralidade por muitas vezes foi o que possibilitou a salvaguarda de todo um legado de lutas negras seja no Brasil e/ou na diáspora africana. Nesse sentido, VANSINA (2010) ressalta que “Uma tradição é uma mensagem transmitida de uma geração para a seguinte”, e assim, entendemos que o legado de um agrupamento é perpetuado. KI-ZERBO (1999) pontua:

A raridade dos documentos escritos representa, no entanto, um dos principais problemas para a historiografia africana. Convida-nos ela a juntarmos-nos com entusiasmo à escola histórica mais moderna, mais compreensiva, mais progressiva, mais rica de possibilidades para a exploração do passado: a dos defensores da história total. Tudo pode ser histórico para o historiador atento. Tudo, e não apenas as datas de batalhas ou os tratados, os nomes dos príncipes e dos presidentes de república. O homem tornou histórico tudo àquilo que tocou com sua mão criadora: a pedra como o papel, os tecidos como os metais, a madeira como as jóias mais preciosas. Não negamos, longe disso, o valor das provas escritas. (KI-ZERBO, 1999, p. 17).

A fala e a escrita é o que permitem a identificação cultural de um povo e nesse sentido, uma não deve estar em superioridade à outra. Para muitos os povos africanos, cada ensinamento

¹¹ O *Diário do Norte do Paraná*, cuja falência foi decretada em 2019, era considerado o terceiro maior jornal do Paraná e circulou de 29 de junho de 1974 a 15 de abril de 2019. Por quase de 45 anos, informou diariamente a cidade de Maringá e outras importantes cidades da região.

¹² SILVA, A. M. P. DA. A escola de Pretetato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 2, n. 2 [4], p. 145-166, 16 fev. 2012.

transmitido pela oralidade era considerado é um ato sagrado que possibilitava a transmissão de saberes e viveres. A história oral, na perspectiva de História Pública, significa pensar a relação com o público, em especial o público não acadêmico, na qual a suposta autoridade do pesquisador é relativizada – uma vez que o processo de interpretação e construção de significados é inteiramente compartilhado. Isso faz com que estes não sejamos os únicos intérpretes – permitindo assim prática da “autoridade compartilhada”, ou seja, em diálogo com o público, compreendendo a troca na qual “bases de autoridade diferentes tem reivindicações distintas e particulares e que podem competir, ser comparadas, avaliadas” (FRISCH, 2016). Graças à generosidade das lideranças das entidades negras da cidade de Maringá – Pr., que gentilmente concederam permissão para a realização das entrevistas, é que pude me apoiar nas memórias traduzidas em relatos para expor a história do Movimento Negro local.

O trabalho ficou organizado em três capítulos. No primeiro discorro sobre a trajetória histórica do Movimento Negro brasileiro em âmbito nacional, destacando as principais fases, eventos e organizações que marcaram a longa caminhada de lutas travadas por suas lideranças. Para a reconstituição dessa trajetória histórica me apoiei em diversos autores e obras, a exemplo dos estudos de Petrônio Domingues (2005; 2007; 2008; 2009); Amauri Mendes Pereira (2008); Abdias do Nascimento (1980; 2004); Clóvis Moura (1983; 1988; 1989); Nilma Lino Gomes (2017); Amílcar Araújo Pereira (2011; 2013); Kabengele Munanga (2004; 2005; 2016); Michael Hanchard (2001), dentre outros.

O segundo capítulo é dedicado a discutir a presença negra e a trajetória de luta do Movimento Negro no estado Paraná, tendo em vista compreender os impactos do mito da democracia racial e da teoria do “branqueamento” na (des) construção da identidade negra paranaense. A ideia do Paraná como um “Brasil diferente” do restante do país foi cunhada por Wilson Martins e tinha como uma de suas marcas a ausência da negritude:

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. (MARTINS, 1989, p. 446).

Ainda de acordo com Martins,

A escravidão foi insignificante na província e que, por isso mesmo, e também em virtude do povoamento por estrangeiros não portugueses, os negros pouco penetraram sexualmente na família paranaense. Há, pois, antes de mais nada, um elemento de fato que impediu quase totalmente a influência de hábitos ou

de tendências africanas no Paraná. Seus traços culturais, como decorrência lógica, também não puderam impor-se e, ao contrário, desapareceram totalmente. (MARTINS, 1989, p. 429).

Felizmente, a tese propalada pelo trabalho Martins foi desconstruída por estudos posteriores, que evidenciaram a importância da escravidão na economia colonial e provincial bem como a forte contribuição dos africanos e seus descendentes na formação econômica, social e cultural do Paraná (GUTIERREZ: 1988; 2004; PEREIRA: 1996; SPILLER PENA: 1999; NETTO: 2007; MACHADO: 2008; MARTINS: 2011; FELIPE: 2018). O mesmo, contudo, não se pode afirmar acerca da história do movimento negro paranaense contemporâneo, pois são poucos os trabalhos a abordar essa temática. Como referências temos os livros: *Paraná Preto*, livro-reportagem fruto do trabalho de conclusão de curso das jornalistas Aline Reis e Maria Carolina Scherer (2015), e que se baseia em entrevistas realizadas com lideranças negras de Curitiba, Londrina e Umuarama; *Presença negra em Londrina: história da caminhada de um povo (2004)*, de Idalto José de Almeida; e o livro *Paraná Negro (2008)*, dos autores Jackson Gomes Júnior, Geraldo Luiz da Silva e Paulo Afonso Bracarense Costa. Um livro organizado de forma a identificar os 36 quilombos presente no território paranaense e demonstrar por meio de registros fotográficos a história negra do Paraná. Neste ano, também foram lançadas outras duas obras. São elas: *Para além da placa: outras histórias de negritude em Curitiba (2020)* e *Os nomes da placa: a história e as histórias do monumento à Colônia Afro-Brasileira de Curitiba (2021)*, ambas organizadas por Ana Crhistina Vanali; Andrea Maila Voss e Celso Fernando Claro, e com contribuições de diversos autores paranaenses. Ainda que nenhuma dessas obras aborde de forma específica o Movimento Negro paranaense, muitas informações ali contidas foram de grande valia para esta dissertação.

O terceiro e último capítulo está voltado ao estudo da trajetória do movimento negro na cidade de Maringá, a partir das histórias e memórias das três instituições negras anteriormente referidas. Assim como ocorre em relação ao estado do Paraná, são poucas as referências acerca das contribuições da população negra na construção e desenvolvimento da cidade de Maringá. Apesar de haver uma quantidade significativa de produções acerca da História de Maringá, sendo a maior parte escrita por jornalistas e memorialistas, a presença negra é praticamente negligenciada nesses estudos (DIAS e GONÇALVES: 1999; LUZ: 1997), de modo que a presente dissertação é um esforço de enquadramento dessas memórias subterrâneas, para usar a expressão cunhada por Michael Pollak (1992).

CAPÍTULO 1

O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é apresentar a longa trajetória de lutas do movimento negro no Brasil com vistas a melhor subsidiar a compreensão de como se estruturou a luta da população negra em Maringá. Para tanto, o mesmo foi dividido em duas partes. A primeira contextualiza a origem do termo “Movimento Negro” e como este conceito tem sido operacionalizado dentro e fora da academia. A segunda trata de alguns dos períodos mais importantes do Movimento Negro no Brasil, buscando demonstrar as diversas estratégias de luta pela superação do racismo e pela inclusão social.

1.2 Definindo o termo “movimento Negro”

As histórias da luta e resistência do povo negro no Brasil remontam aos primórdios da colonização europeia e vão até os dias atuais, pois nasceram da necessidade da liberdade roubada aos africanos escravizados em território brasileiro, e que depois se reafirmam na luta por direitos no pós-abolição. Nesse sentido, como destacou o intelectual negro Abdias do Nascimento, existem movimentos negros desde que os primeiros seres humanos escravizados na África chegaram ao Brasil:

Não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta antiescravista e anti-racista. Fundada por um lado na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata e, por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros, a atividade afro-brasileira se exprimia nas primeiras décadas deste século sobretudo na forma de organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas (NASCIMENTO & NASCIMENTO, 2004, p. 204)

O protagonismo negro é explicitado por Abdias demonstrando as lutas negras nas quais o escravizado africano foi obrigado a resistir desde sua chegada ao território brasileiro. Para o autor, toda a trajetória do negro no Brasil pode ser considerada no bojo das definições do conceito de Movimento Negro. Assim como Abdias, diversos autores contribuíram para a aceção do conceito de Movimento Negro. Regina Pahim Pinto,¹³ por exemplo, evidencia que o termo “movimento negro” possivelmente tenha surgido em 1934, num texto publicado no

¹³ PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 1993.

jornal *A Voz da Raça*¹⁴ - que era órgão de divulgação da FNB.¹⁵ Por sua vez, o historiador Joel Rufino dos Santos¹⁶ propõe uma definição ampla e abrangente ao classificar o Movimento como:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS, 1994, p.157)

Como se pode perceber, a definição cunhada por Joel Rufino propõe a valorização das mais diversas formas de luta e resistência levadas a cabo pela população negra ao longo da história do Brasil. Petrônio Domingues no artigo, *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos* (2007), pontua que a definição cunhada por SANTOS (1994) se configura problemática em uma abordagem historiográfica, pois é necessário especificar o movimento político de mobilização racial e os movimentos culturais negros para que fique evidente as diferenças na articulação negra a nível político e cultural no Brasil.

¹⁴ Criado em 1933 pelo membro da Frente Negra Brasileira (FNB), Fernando Costa, o jornal se tornou um documento oficial do grupo. Ele expandia a militância política da luta pelos direitos da população negra na época. “Em São Paulo, há uma infinidade de negros desempregados. Os lugares são ocupados por estrangeiros. Há patrões e chefes de obras que não contratam operários Brasileiros, sobretudo negros” (A VOZ DA RAÇA, n.44,1934, p.2). In. <http://www.palmares.gov.br/?p=53622>.

¹⁵ Com o golpe de Estado de 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas foi alçado ao poder no Brasil. Abriu-se uma conjuntura de polarização política. As forças políticas mobilizaram-se em duas frentes: a da esquerda e a da direita. Contudo, tanto as organizações políticas de base popular quanto os partidos das elites não incluíam em seus programas a luta a favor da população negra. Abandonados pelo sistema político tradicional e acumulando a experiência de décadas em suas associações, um grupo de “homens de cor” fundou a Frente Negra Brasileira, no dia 16 de setembro de 1931. DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: Rev. Bras. Educação. [online]. 2008, vol.13, n.39, pp.517-534.

¹⁶ Nasceu no Rio de Janeiro em 1941. É doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conhecido a partir de 1960, quando participou da elaboração da revolucionária coleção de livros didáticos “História Nova”, que o levou algumas vezes aos cárceres da ditadura militar. Tem incursões em várias formas de expressão escrita, do livro didático ao romance histórico, passando também pelo teatro, pelos roteiros de televisão e pela literatura infantil. Foi titular da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras do Estado do Rio de Janeiro (1991-1992) e presidiu a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura. O historiador e escritor é referência no pensamento e na atuação contra o racismo no Brasil. Rufino foi um dos intelectuais perseguidos, após o Golpe de Estado de 50 anos atrás (1964). É autor de mais de vinte livros. Pela Global Editora tem publicadas as seguintes obras para crianças e jovens: *Cíume em Céu Azul*, *Gosto de África – Histórias de Lá e Daqui* *O Caçador de Lobisomem*, *O Presente de Ossanha*, *Uma Estranha Aventura em Talalai*, (com edição em espanhol, *Una Extranã Aventura en Talalai*). Para adultos tem o ensaio *Épuras do Social* e a biografia *Zumbi*.

Numa tentativa de melhor precisar tal conceito, Ilse Scherer-Warren define o Movimento Negro como um “grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social” (SCHERER-WARREN: 1987, p. 13). Mais recentemente, a intelectual negra Nilma Lino Gomes (2017) definiu o movimento como a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Dessa forma, para a autora:

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos como o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização da história e da cultura negra no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. (GOMES, 2017, p. 23).

De acordo com a citação acima, ao propor a valorização da cultura negra no Brasil, o Movimento Negro questiona a narrativa histórica sobre a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, propondo o reconhecimento, a reparação e a valorização das contribuições da população negra.

Conforme frisamos anteriormente, o Movimento Negro não se inicia no período conhecido como pós-abolição, pois inúmeras foram as batalhas travadas pelos escravizados em busca de liberdade no período que antecedeu a abolição. Foram revoltas e levantes que culminaram na criação de quilombos. O 13 de maio se deu pela pressão popular, por meio de heróis e heroínas que lutaram incansavelmente por uma liberdade de fato. Associações abolicionistas dedicaram-se a buscar através de processos judiciais a alforria de inúmeros escravizados, e também incutiam os ideais de liberdade. Segundo SOUZA (2012, p. 16) contar a história do *Quilombismo* no Brasil ainda significa pensar na história contra o discurso “oficial” e de uma historiografia tradicional que concebia os africanos escravizados como obedientes e completamente submetidos à lógica colonial escravista. Hoje sabemos que não era assim, pois, onde houve escravidão, houve também resistência. Nesse sentido PINSKY, J. e PINSKY, C apontam:

Do ponto de vista socioeconômico, estas relações sociais mantidas pelos quilombolas articularam alguns grupos ao mercado de abastecimento de alimentos e comércio clandestino. A frequência, volume, periodicidade, continuidade e importância dessas relações dependeram dos contextos específicos de algumas áreas e das estratégias dos grupos quilombolas que nelas se estabeleceram. Diversos fatores econômicos, geográficos e demográficos tiveram impacto sobre a formação de grupos de fugitivos. As estratégias dos quilombolas para manter sua autonomia relacionavam-se a contextos geográficos e socioeconômicos diversos. (PINSKY, J. e PINSKY, C. 2012, p. 453)

Os quilombos possibilitaram uma nova forma de sociabilidade para os negros. Numerosos foram os quilombos no Brasil, mas buscando demonstrar a grandeza dessas comunidades, citamos o *Quilombo dos Palmares*, tido como a maior comunidade de negros “fugitivos” no Brasil Colonial. Data-se de 1597 a primeira referência à Palmares. “Localizado entre Alagoas e Pernambuco. Situava-se à distância de 120 quilômetros do litoral pernambucano, nas serras, entre as quais a principal era chamada de Outeiro da Barriga, onde havia abundância de palmeiras, o que faz surgir o nome Palmares”. GOMES (2011, p. 13). Em 1964, depois de muito resistir, o Quilombo dos Palmares é destruído e seu líder Zumbi é decapitado. Com o objetivo de demonstrarmos como a população negra sempre resistiu às mais cruéis formas de violência, fazemos uso ainda que de forma breve das contribuições de João José Reis (2018)¹⁷, que pontua:

As primeiras revoltas na Bahia, entre 1807 e cerca de 1820, foram levadas a cabo pelos haussás, que depois seriam substituídos pelos nagôs. Contam-se mais de trinta conspirações e revoltas, metade das quais concentrada na década de 1820, período de tráfico intenso da África. Isso sugere que o escravo recém-importado foi peça-chave nas revoltas. Haussás e nagôs, especialmente os primeiros, contavam com numeroso contingente muçulmano. (REIS, 2018 Apud SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio, p.392)

Este autor, ao longo de sua trajetória acadêmica, identificou um número expressivo de lutas negras. Em **1809** a fuga em massa de escravos de Salvador e de algumas vilas e engenhos da região do Recôncavo Baiano; em **1813** a revolta se deu com a queima de instrumentos de pesca, depósitos, casas, plantações e ataque a vila de Itapuã; entre **1814** e **1835** ocorreram várias revoltas que se caracterizaram pela queima de canaviais, casas senhoriais, senzalas, e assassinato de feitores. Em janeiro de **1835** teve a revolta mais conhecida de todas, a Revolta dos Malês envolveu cerca de seiscentos escravizados e libertos; em **1838** no distrito cafeeiro de

¹⁷ REIS, João José. Revoltas escravas. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 392.

Vassouras, na província do Rio de Janeiro a revolta foi liderada por Pai Manuel ou Manuel Congo; em **1847**, escravos de origem Bantu devotos de Santo Antônio teriam se envolvido em uma vasta conspiração em vários municípios no vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais; em **1849** revolta escrava em Queimado, no Espírito Santo; em **1850** a lei sobre a proibição do tráfico negreiro foi interpretada pelos escravizados como um sinal da abolição definitiva da escravidão, como não aconteceu os negros se rebelaram no Espírito Santo, na Vila de São Mateus. Em **1882**, os escravizados da fazenda Castelo, em Campinas, se rebelaram aos gritos de “mata branco” e “viva a liberdade”. Estas são algumas das revoltas que se tem registros, uma vez que a imprensa nos meses anteriores a abolição da escravatura silenciava as conspirações e revoltas para evitar pânico e incentivo adicional à rebeldia.

Como mencionado anteriormente, diversas formas de resistência foram empreendidas pela população escravizada no Brasil. ESCOBAR (2010) em sua dissertação de mestrado, expõe sobre a criação dos Clubes Sociais Negros e para além disso mapeia esses clubes que visavam a sociabilidade e o lazer negados para a população negra. A autora cita a **Sociedade Floresta Aurora**, de Porto Alegre, Clube Social Negro mais antigo do país, em atividade, fundado em 1872¹⁸. Dentre os objetivos dos Clubes Negros aponta a autora:

[...] tinham como objetivo angariar fundos para o pagamento da liberdade dos trabalhadores negros escravizados, auxiliar nas despesas com funeral, defesa de direitos e na educação de seus associados, atuando de forma incisiva na luta contra a escravidão e a discriminação racial. (ESCOBAR 2010, p. 58)

A autora faz o uso de imagens das edificações de clubes negros espalhados pelo Brasil, como forma de demonstrar o quanto esses clubes resistem. A Sociedade Floresta Aurora, de Porto Alegre (Figura 1) evidencia o porte dessas construções.

¹⁸ Cadastro Nacional de Clubes Negros. Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora. Porto Alegre, RS. Acervo Museu Treze de Maio. Santa Maria – RS, 2008.



Figura 3 Fachada da Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora. Porto Alegre/ RS. Foto: Giane Vargas Escobar, 2008.

Dentre os clubes negros mapeados por ESCOBAR (2010), temos também o “**Clube dos Escravos do Brasil**”, que também é anterior à abolição, registrado em São Paulo no ano de 1881,

Fundado em 14 de outubro de 1881, no município de Braganca Paulista, no Bairro Matadouro, ganhou manchete nacional e ficou marcado pelo ato de coragem de um grupo de escravos e personalidades de destaque que fundaram a “ Associação Club dos Escravos”, sendo eleitos os escravos Joao Manoel como Presidente, Jose Francisco e André da Silva como secretários. Ato completamente impensável para os padrões daqueles tempos, chamou a atenção dos principais jornais do país, em especial de São Paulo e Rio de Janeiro. Entre as principais atividades mantidas pelo “clube dos Escravos” destacaram-se a criação de uma escola primaria para escravos, trabalhos para a extinção da escravatura em todo Brasil e facilitação da fuga das fazendas.” (ESCOBAR 2010, p. 58-59)

Esse clube em 1934 passa a se chamar **Clube Recreativo e Beneficente 13 de maio**. Fazemos uso das pesquisas de ESCOBAR (2010), com o intuito de demonstrar que os trabalhadores negros se articularam antes e pós abolição, embora tenham registros de vários clubes negros pelo Brasil, pontuaremos sobre o clube 13 de maio que se desenvolveu em diversas localidades Brasileiras, e que no Paraná foi registrado em 09 de abril de 1929 na cidade de Curitiba.



**Figura 4 Fachada do Clube Treze de maio. Curitiba/ PR.
Foto: Giane Vargas Escobar,2009.**

Os clubes negros foram de suma importância para a população negra. No Estatuto do Clube 13 de Maio no Art. 7, parágrafo único,¹⁹ fica evidente essa preocupação. Conforme mencionado por ESCOBAR (2010), os associados e suas famílias estariam aparados pela “Caixa Socorro” e “Caixa Beneficente”. Esses auxílios contribuiriam para custos dos associados com enfermidade ou morte.

A definição de *Clube Negro* foi cunhada por líderes dos clubes negros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ficando assim definido:

Os clubes sociais negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e om caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio.²⁰ (ESCOBAR 2010, p. 61)

Esses espaços são considerados de resistência e trazem muito das histórias de superação e de ajuda mutua que os trabalhadores negros dispensaram uns aos outros. O objetivo de retratar ainda que de forma breve os Clubes Negros, é mais uma maneira de demonstrar que as lutas

¹⁹ **Estatutos do Clube Sociedade 13 de maio**, Curitiba – Paraná, p. 7, registrado em 09 de abril de 1929.

²⁰ Publicado em Ata da Reunião da Comissão Nacional de 29 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://clubesnegrosbr.blogspot.com/>. Acesso em 15 de dez, 2020.

negras aconteceram em todo o território brasileiro no período da escravatura e no pós - abolição. Seguimos com a exposição das fases do Movimento Negro no Brasil.

Visando um maior entendimento da organização negra no Brasil o historiador Petrônio Domingues (2007) propôs a divisão da história do Movimento Negro no Brasil em períodos, cuja classificação possibilita uma maior compreensão das lutas que ocorreram em cada período histórico, como veremos a seguir.

1.2.1. Primeiro período do Movimento Negro organizado na República (1889-1937): da Primeira República ao Estado Novo

A abolição da escravatura em 1888 foi seguida pela Proclamação da República, em 1889. A população antes escravizada, agora “liberta” confrontou-se com um sistema político que não garantiu direitos ainda que mínimos, para que pudesse ascender econômica e socialmente. ANDREWS (1991) expõe a forma com que os negros eram tratados no pós-abolição.

Seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus.²¹ (ANDREWS 1991, p.32)

PEREIRA (2010)²² em sua tese de doutorado, enfatiza que a Imprensa Negra e os grêmios, clubes ou associações de negros foram fundamentais para a criação da Frente Negra Brasileira (FNB). Nesse mesmo sentido, Joel Rufino dos Santos²³ mencionando:

A luta organizada contra o racismo nasce às vésperas da Revolução de Trinta. Semi-intelectuais e subproletários se juntam em São Paulo, então caminhando rapidamente no sentido de se tornar a maior cidade do país, numa “imprensa negra”. Jornais como O Clarim d’Alvorada [fundado em 1924] e o Getulino [fundado em 1923], de Campinas – ainda hoje motivos de orgulho dos movimentos – denunciavam as discriminações raciais mais chocantes do

²¹ ANDREWS, George Reid. “O protesto político negro em São Paulo (1888-1988)”, Estudos Afro-asiáticos. 21, Rio de Janeiro, 1991.

²² PEREIRA, Amílcar de Araújo “O mundo negro”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

²³ SANTOS, Joel Rufino dos. “A Luta Organizada Contra o Racismo”. In: BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares, 1994.

nosso quadro urbano, no emprego, na moradia, na educação nos locais de lazer. Foi essa imprensa, o embrião da primeira instituição de luta contra o racismo brasileiro – apresentado então, eufemisticamente, como discriminação racial –, a Frente Negra Brasileira. (SANTOS 1994, p. 89).

Ao longo da Primeira República inúmeros jornalistas e intelectuais negros trataram de expor a situação do negro. Com a amplitude destes escritos surge a *Imprensa Negra*. Ana Flávia Magalhães (2006)²⁴, traz em sua dissertação um entendimento sobre a imprensa negra no Brasil e através da análise de periódicos, ela busca explicitar a trajetória de resistência negra. O primeiro Jornal negro no Brasil, *O Homem de Côr*, de 14 de setembro de 1833, criado pelo jornalista, poeta, tipógrafo e livreiro Francisco de Paula Brito,²⁵ buscou em suas páginas demonstrar que a democracia defendida pelo governo, onde todos gozam dos mesmos direitos e deveres como cidadãos na prática não incidia. A autora, destaca que logo no cabeçalho do Jornal, é possível observar as diferenças no tratamento dado aos cidadãos brasileiros.

Na **figura 5**, observa-se na transcrição do parágrafo 14 do artigo 179 da constituição de 1824, que diz: “ todo o cidadão pode ser admitido nos cargos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”. Ainda no cabeçalho identifica-se o ofício do Presidente de Pernambuco datado de 12 de junho de 1833 onde o mesmo diz: “O Povo do Brasil é composto de classes heterogêneas, e debalde as Leis intentem misturá-las, ou confundi-las sempre alguma há de procurar, e tendera separar-se das outras, e eis um motivo mais para a eleição recair nas classes mais numerosas”. Ao longo do Ofício Manoel Zeferino dos Santos, recomenda que a população seja dividida pela tonalidade de pele, permitindo a hierarquização e distribuição distinta dos cargos públicos, uma vez que a população negra poderia a vir ocupar o maior número de cargos. O trecho do Folhetim expõe a face do racismo e da exclusão de direitos que os cidadãos negros estavam fadados.

²⁴ PINTO, A. F. M. **De pele escura e tinta preta: imprensa negra do século XIX (1833- 1899)**. 2006. 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

²⁵ Paula Brito tornava-se cúmplice daqueles que o procuravam para terem seus trabalhos impressos. Sua loja tornou-se ponto de reunião de pessoas de diferentes partidos, criando um espaço de sociabilidade política diferente daquela instituída pelo Império. Defendia sua posição de impressor livre e imprimiu alguns jornais que apresentavam orientações políticas diferentes, principalmente aqueles que inseriam no debate político a questão racial. De sua tipografia saíram obras como "O Mulato" e o jornal "O Homem de Cor", o primeiro jornal brasileiro dedicado à luta contra o preconceito racial, o que lhe rendeu o título de precursor da imprensa negra.



Figura 5 Cabeçalho do Pasquim *O Homem de Côr.*, n.º2 (1833).

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/701815/1>

Dentre os jornais analisados, PINTO (2006) também menciona o Jornal *O Bahiano – pela constituição e pela lei*, do Jurista Antônio Pereira Rebouças (1798-1880)²⁶. Que ao retratar as condições da população negra no Brasil de 1828 chegou a ser fechado e censurado. A autora ainda coloca que em sua trajetória como homem negro mesmo com amizades influentes, conduta considerável aos moldes da época Antônio Pereira Rebouças não conseguiu sair ileso dos preconceitos quanto à sua cor, o mesmo não debatia diretamente sobre os impactos que o racismo causara nele e nas falas expressas do jornal era possível perceber uma luta individual e contida que não compactuava com os discursos acalorados e enfrentamentos diretos contra às mais variadas formas de preconceito que ocorriam na Bahia de 1798²⁷.

Segundo afirma Ana Flávia Magalhães Pinto, o jornalismo feito por Rebouças era sintonizado com a forma e os gêneros jornalísticos mais comuns à época e apresentavam

²⁶ Pai de André Rebouças, engenheiro e abolicionista, e de Antônio Pereira Rebouças Filho engenheiro ferroviário.

²⁷ Em 8 de novembro de 1799, quatro homens foram enforcados e esquartejados na Praça da Piedade, em Salvador. Condenados por conspirarem contra a Coroa de Portugal, os alfaiates João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira e os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres e Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga foram considerados os réus do movimento qualificado pelas autoridades do Tribunal da Relação da Bahia, em 1799, de “Sedição dos Mulatos”. O trágico destino dos quatro homens livres, pobres e pardos era o fim de um processo deflagrado no ano anterior, quando, na manhã de 12 de agosto, a população de Salvador fora convocada pelos pasquins sediciosos, afixados em locais públicos da cidade, para uma “revolução” que instituiria o que os participantes do evento qualificaram de “República Bahinense”. Ao qualificarem as ações e o trágico fim dos homens enforcados em praça pública, os historiadores do século XIX também circunstanciam os acontecimentos à Bahia. A partir do reconhecimento de que as revoltas populares, no oitocentos, significavam a tentativa “ilegítima” de a população livre cidadina invadir os espaços políticos circunscritos aos homens virtuosos, na melhor tradição de Montesquieu, os historiadores demonstraram a baixa condição social dos enforcados em praça pública como impossibilidade de existir base social para a legitimação de projetos políticos de feição republicana. In. VALIM, Patrícia. *Combates pela História da Conjuração Baiana de 1798: ideias de crise e revolução no século XX*, (2009).

diferenças substanciais comparados aos demais exemplares da imprensa negra. A autora complementa dizendo que para sua análise foi necessário compreender os caminhos que conduzem as formas diversificadas de experiências dos negros no Brasil e que os jornais de Rebouças contribuíram para sua exposição do Brasil negro do século XIX.

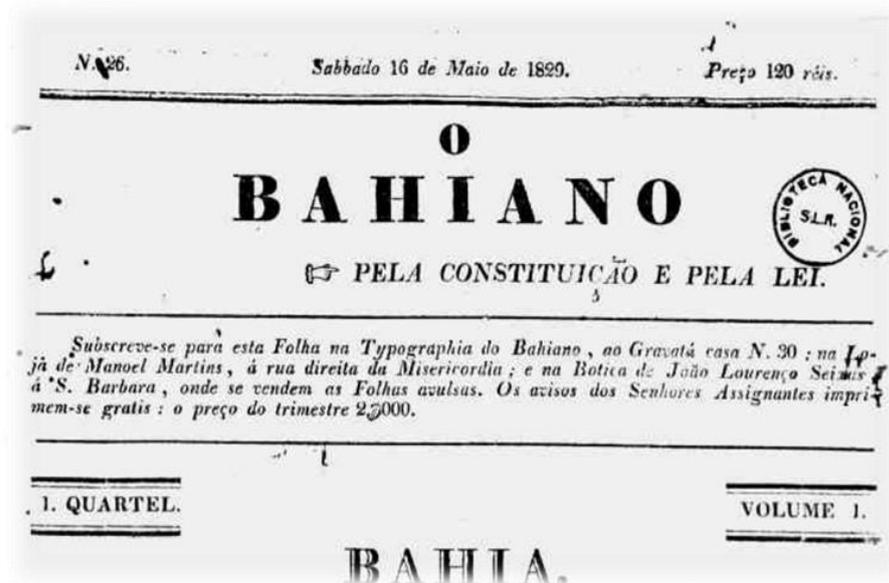


Figura 6 Cabeçalho O Bahiano – Pela Constituição e pela Lei Nº1 (1829)

Fonte: http://memoria.bn.br/pdf/749770/per749770_1829_00026.pdf

Evidenciamos através da **Figura 5** e **figura 6**, que os pasquins analisados pela autora corroboram por expor as condições da população negra, suas lutas por direitos sociais e como estes veículos contribuíram para as denúncias das condições de racismo que não permitiam que os negros adentrassem a determinados espaços no Brasil de meados do século XIX.

DOMINGUES (2007), enfatiza sobre a importância de uma imprensa negra como veículo de denúncia para as mais diversas formas de preconceito e falta de políticas de inserção da população negra, e cita como jornais imprescindíveis para um maior entendimento das lutas travadas: *A Raça* (1935), em Uberlândia/MG, *O União* (1918), em Curitiba/PR, *O Exemplo* (1892), em Porto Alegre/RS, e *O Alvorada*, em Pelotas/RS. Este último – publicado com pequenas interrupções de 1907 a 1965 – foi o periódico da imprensa negra de maior longevidade no país.

Ao evidenciarmos a trajetória de lutas e resistências negras ao longo da nossa história é extremamente relevante evidenciarmos personalidades negras que contribuíram para a amplitude da história negra. Ao longo de seu artigo, DOMINGUES (2007) cita José Correia

Leite²⁸, que em toda sua trajetória de vida esteve sempre atuante e militante para com as causas raciais. Correia Leite, permitiu que as articulações negras estivessem presentes nos primeiros jornais negros brasileiros. “A comunidade negra tinha necessidade de uma imprensa alternativa”, que transmitisse “informações que não se obtinha em outra parte”²⁹. O *Clarim da Alvorada*, lançado por José Correia Leite e Jayme Aguiar circulou por um período que corresponde de 13 de maio de 1924 à 1940, totalizando na primeira fase 36 edições publicadas, que abrangiam a abolição da escravatura, lutas e demais assuntos inerentes à população negra. Na segunda fase que abarcava o período de 1928 a 1933, o jornal publicou 26 edições, já na terceira fase do noticiário em 1940 apenas uma edição foi publicada e logo após a extinção. Tem-se o depoimento do fundador Jose Correia Leite:

Depois de um longo silêncio, o porta-voz que marcou uma época nas indagações históricas, nas afirmações dos direitos e em todos os anseios de conquistas dos homens negros, surge hoje, uma edição do “Clarim da Alvorada”. Isto prova que das cinzas de velhos ideais, ainda brilham as pequenas brasas da esperança. (LEITE, “O Clarim da Alvorada”, 28 de setembro de 1940, p.1)

A imprensa negra com os inúmeros jornais explicitava as mazelas nas quais a população negra e pobre estava sujeita, a âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde,

²⁸ José Correia Leite nasceu no dia 23 de agosto de 1900, em São Paulo. Vindo de uma família muito pobre, cedo teve que trabalhar. Foi entregador de marmitas, lenheiro e cocheiro. Autodidata, teve incentivo de uma antiga patroa, professora, para que estudasse sozinho. Tornou-se um dos expoentes do movimento negro brasileiro. Aos 24 anos, junto com Jayme de Aguiar, fundou o jornal O Clarim, rebatizado posteriormente de O Clarim d’Alvorada. Era um jornal feito por negros e para a comunidade negra, publicado entre os anos de 1924 a 1932. Nele, Correia atuou como diretor responsável, redator, repórter e gráfico. Ainda no início do jornal, começou a ter notícias sobre o processo de discriminação racial nos Estados Unidos que muito o influenciou. Foi um dos mais ativos nomes do movimento negro brasileiro. Um dos fundadores, em 1931, da Frente Negra Brasileira, compôs o conselho da entidade, mas depois se demitiu por divergências ideológicas, durante a aprovação dos estatutos. Em 1932, dirigiu o jornal A Chibata. No mesmo ano, criou o Clube Negro de Cultura Social, do qual foi um dos secretários e orientadores e onde publicou a revista Cultura. O clube funcionou até 1937. Em 1945, José Correia Leite colaborou com a fundação da Associação dos Negros Brasileiros (ANB), passando a editar o jornal Alvorada. A ANB encerraria suas atividades em 1948. Em 1956, foi criada a Associação Cultural do Negro, na qual Correia Leite assumiu a função de Presidente do Conselho Deliberativo, até 1965. Em 1960, participou ainda da elaboração da revista Niger. Além da militância, na qual foi uma referência, João Correia tinha a preocupação de construir um diálogo com os pesquisadores que se debruçavam sobre a questão racial. Assim, ele colaborou com depoimentos e material bibliográfico para diversos trabalhos sociológicos, como *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* – pesquisa dirigida por Roger Bastide e Florestan Fernandes; *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* – tese de Florestan Fernandes; *Racial Consciousness and Policial Atitudes and Béavior of Blacks in São Paulo, Brazil* – tese de Michael Mitchell; e *A Imprensa Negra em São Paulo* – tese de Miriam Nicolau Ferrara. Também participou de diversos congressos, seminários e convenções, como o III Congresso de Culturas Negras das Américas – PUC / SP, 1982, mostrado no documentário Ori de Raquel Gerber. Foi entrevistado ainda para a realização de documentários cinematográficos, como *O Negro da Senzala ao Soul*, da RTC, e *A Escravidão, de Zózimo Bulbul*. Faleceu em 27 de fevereiro de 1989, em São Paulo, aos 88 anos de idade. In. <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/josecorreialeite>

²⁹ José Correia Leite, **E disse o velho militante: depoimentos e artigos**. Organizado por Cuti, São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 33.

tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira.³⁰

Em 1930, as discussões e desdobramentos das reivindicações negras, corroboraram para a criação da *Frente Negra Brasileira* em meados de 1931, a FNB foi a mais importante entidade negra do Brasil. Teve delegações em diversos estados do território nacional, articulou-se em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia. A entidade possibilitou um maior alcance do Movimento Negro nas lutas por dialogar com a população negra. O Estatuto da Frente Negra Brasileira (FNB) evidencia quais eram os objetivos da entidade.

Art. 1.o – Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira. (Diário Oficial do Estado de São Paulo. 4 de novembro de 1931).

A FNB desenvolveu-se a tal ponto de englobar, escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça* (1933). A Frente Negra em 1936 tornou-se partido político e pleiteava lugar de destaque na política. Com um discurso que compactuava com os ideais do então presidente da república Getúlio Vargas, o líder da FNB, Arlindo Veiga dos Santos buscava a valorização da população negra, mas a frente, assim como todas as organizações políticas foram extintas com a instauração da ditadura do “Estado Novo” de 1937.

1.2.2. Segundo período do Movimento Negro organizado na República (1945-1964): da Segunda República à ditadura militar

³⁰ Já existe um número razoável de pesquisas referentes à imprensa negra. Ver Roger Bastide, “A imprensa negra do Estado de São Paulo”, *Boletim de Sociologia*, n. 2, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1951, p. 50-78; Miriam Nicolau Ferrara, *A imprensa negra paulista (1915-1963)*, São Paulo, FFLCH/USP, 1986; Marinalda Garcia, *Os arcanos da cidadania: a imprensa negra paulistana nos primórdios do século XX*, São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1997; Marina Pereira de Almeida Mello, *O ressurgir das cinzas: negros paulistas no pós-abolição: identidade e alteridade na imprensa negra paulistana (1915-1923)*, São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1999; Maria Aparecida de Oliveira Lopes, *Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana (1920-1940)*, São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC, 2001; Petrônio Domingues, “A nova abolição. A imprensa negra paulista”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 27, n. 3, Rio de Janeiro, 2004, p. 89-122. Sobre a imprensa negra em Campinas, ver Cleber da Silva Maciel, *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)*, 2.ed., Campinas, CMU -UNICAMP, 1997, p. 96-102. Sobre a imprensa negra em Pelotas/RS, ver José Antônio dos Santos, *Raiou a alvorada: intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907- 1957)*, Pelotas, Ed. Universitária, 2003, p. 79-152.

O período de vigor do “Estado Novo” foi de 1937-1945 e compreendeu uma fase de extrema violência com repressão de qualquer forma de articulação de grupos que visavam a defesa de seus direitos. Com o término do “Varguismo”, o Movimento Negro ressurgiu visando uma nova reorganização, já que a FNB havia sido extinta. O Movimento Negro ao se articular ainda buscava as mesmas pautas para o povo negro: a luta por representatividade, por direitos sociais e a questão da discriminação racial que não permitia a ascensão social, herança de um período de escravidão e pós-abolição sem igualdade de direitos e ressarcimento pelo trabalho compulsório. A *União dos Homens de Côr - UHC* (1943), se organizou e trouxe em seu estatuto como objetivo primordial a valorização negra para ingressarem na vida social e administrativa no Brasil em todos os espaços sociais. MOURA (1976), aponta que a partir de 1945 acontece o que ele convencionou chamar de *Renascimento Negro*, com o surgimento de grupos de discussões e ações contra o racismo e a discriminação racial.

O monopólio da cultura no Brasil, o monopólio do saber é também o monopólio do poder. [...] é preciso, então, que, na medida que democratizemos essa sociedade, que tenhamos condições de abrir os leques democráticos, não apenas econômicos, sociais e políticos, mas também culturais, nós incorporaremos essa produção da imprensa negra, dessa juventude negra que está escrevendo, que está participando, num processo de renascimento negro. Essa produção precisa ser também considerada, analisada dentro dos padrões que eles criaram, e não através dos padrões que o colonizador criou. (MOURA, 1976, p.183)³¹

O Trecho citado acima, extraído da obra do autor Clóvis Moura, *O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel*, ao retratar a literatura negra e a falta de representatividade negra, expõe que essa se solidifica através do monopólio da cultura, do saber e do poder no Brasil do século XIX. Moura cita os jornais *Clarim da Alvorada* e *Voz da Raça* como forma de evidenciar a intelectualidade negra que fazia parte de tais jornais. Como o objeto de nossa análise são as lutas empreendidas pela população negra e suas resistências continuaremos com nossa abordagem sobre a articulação da *União dos Homens de Côr – UHC* evidenciando que a mesma se organizou com uma diretoria nacional formada pelos fundadores que se dividiam nos cargos de presidente, secretário-geral, inspetor geral, tesoureiro, chefe dos departamentos (de saúde e educação), consultor jurídico e conselheiros (ou diretores).

Ao longo de 1940 a instituição já contemplava 10 Estados da Federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e

³¹ MOURA, Clóvis. *O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel* – Ed. Resenha Universitária, SP. 1976.

Paraná), estando presente em inúmeros municípios do interior. Somente no estado do Paraná, a UHC mantinha contato com 23 cidades em 1948. A articulação da UHC, trazia debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais. Todos os esforços da *União dos Homens de Côr – UHC*, contribuíram para que outras instituições fossem criadas, como a União Cultural dos Homens de Cor (UCHC), que era dirigida por José Pompílio da Hora, no Rio de Janeiro, e a fundação da União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC), em Blumenau, em 1962. A implantação da Ditadura Militar no Brasil em 1964 contribuiu para que os movimentos sociais se desmantelassem.

O Teatro Experimental do Negro (TEN), um grupo que surge em 1944, no Rio de Janeiro, e que tem como sua principal liderança Abdias do Nascimento.³² nasceu com o intuito de constituir um teatro apenas com autores negros, visto que os papéis nas produções não contemplavam a população negra:

TEN – entidade do movimento negro brasileiro, fundado no rio de Janeiro, em 1944, sob a liderança de Abdias do Nascimento. Seus criadores, acreditando que o elemento negro deixou a senzala despreparado para a vida livre de cidadão, objetivavam, segundo Guerreiro Ramos, “estabelecer um ponto de partida para a conquista da identidade étnica do negro numa sociedade onde ele é desprezado; acelerar o processo de integração do povo negro na sociedade brasileira. E restabelecer o papel do negro no teatro como herói, como agente de sua própria condição e não apenas como vítima passiva de um destino que não pode mudar”. (LOPES, 2004, p.643).

Era necessário mostrar nacional e internacionalmente as condições sociais, políticas e existenciais nas quais a população negra estava fadada. Um teatro negro seria uma forma de trazer para o centro a importância da população negra. Internacionalmente as revoltas tomavam conta do cenário de lutas raciais, mas para Nascimento esse não era o momento para tais práticas serem incentivadas no Brasil. Para ele, a importância era dar visibilidade e demonstrar que a população negra era parte constituinte da sociedade:

(...) num país em que havia negros também, que era o Peru, uma peça que era para ter ator negro, sendo feita por branco. (...). Percebi por que eu nunca pude atuar em teatro, por que eu nunca vi ator negro, por que eu nunca vi uma peça

³² Político, artista e escritor brasileiro nascido em Franca, SP. Em 1944 fundou, no Rio, o Teatro Experimental do Negro – TEN e no ano seguinte o comitê Democrático Afro-brasileiro. Organizou a Conferência Nacional do Negro e o 10º congresso do Negro Brasileiro (1948-50) e o Museu de Arte Negra (1968). No exílio foi professor da Universidade do Estado de Nova York. (...) tornou-se presença constante em congressos e fóruns de debates antirracistas nos Estados Unidos, na África e no Caribe, constituindo-se na primeira voz brasileira a ecoar no cenário do pan-africanismo. (LOPES, 2004)

para negros, nunca vi a cultura negra representada no palco: é porque os brancos não deixam. (...) ali mesmo, no teatro, antes que a peça O imperador Jones terminasse, a chama mais nova de um fogo anunciador se acendia dentro de mim. De forma límpida e definitiva, eu decidi ali mesmo: vou para o Brasil e vou fazer teatro negro. E mais, vou começar com essa peça. (NASCIMENTO, 2014, p.146).

Para Abdias, além de dar visibilidade aos negros através da sua interação de fato na sociedade, era preciso também refutar a ideologia da brancura, muito presente em teorias da época, e expor a contribuição africana ao desenvolvimento do território brasileiro. A ausência de atores negros nas produções culturais despertou a necessidade de modificar esse cenário. Com sua trajetória de lutas contra os preconceitos raciais presentes nos tempos da FNB (Frente Negra Brasileira) pôde articular-se e desenvolver inúmeros projetos, como o curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública.

A criação do jornal o *“Quilombo: Vida, Problemas, e Aspirações do Negro”*, que circulou de 1948 a 1950, serviu de porta voz para as ideias do TEN. O jornal era composto por artigos sobre artes cênicas, afro-brasileiros, cultura afro-brasileira, a diáspora africana e o racismo no Brasil.

Uma dificuldade para o TEN era o de encontrar autores negros para suas produções, já que aos negros poucas condições foram dadas para estudarem. A saída vista por Abdias era de dar condições estudantis para que os integrantes pudessem desenvolver-se como atores. Por isso passou a dar aulas de atuação e alfabetização. O Teatro Experimental do Negro contou com inúmeros apoiadores, como professores dispostos a lecionar para os integrantes e muitos desses integrantes eram moradores das favelas do Rio e ocupavam os mais baixos postos de trabalho, como empregados domésticos e faxineiros, enquanto outros eram desempregados, estudantes ou funcionários públicos.

A primeira peça apresentada pelo TEN foi justamente a peça que levava Abdias a pensar as condições da falta de representatividade negra que ele havia visto em sua viagem ao Peru. Agora, tal produção não era mais representada por um homem branco com a face pintada de preto: era um homem negro representando sua cor. Isso foi um marco para o TEN e inúmeras

críticas foram tecidas, tanto positivas quanto negativas. O Jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, por exemplo, considerado o principal jornal em crítica de teatro dos anos 1950,³³ dizia:

No entanto, de algum tempo para cá, vêm-se constituindo correntes preocupadas em dar aos negros uma situação à parte. Com isso procuram se dividir, sem resultados louváveis, teatro negro, jornal dos negros, clube dos negros. Mas isso é imitação pura e simples, de efeitos perniciosos. Agora já se fala mesmo em candidatos negros ao pleito de outubro. (O GLOBO, 13 de abril, 1950, p. 9)

O Teatro Experimental do Negro organizou inúmeras apresentações artísticas, sempre partindo da problematização da democracia racial que era apresentada fora do país. Nascimento sempre estava conectado aos acontecimentos culturais negros que ocorriam pelo mundo, tal como o movimento Negritude, na França, o movimento de literatura negra, em Cuba, e o Harlem Renaissance, nos Estados Unidos.

Com a Ditadura Militar instaurando-se no Brasil em 1964, o TEN aos poucos sofrera os impactos do período, sendo extinto em 1968. Mesmo após o encerramento do teatro, Abdias do Nascimento disputou cargos eletivos e atuou junto a grandes partidos políticos, tentando organizar alianças, até se tornar exilado político quando o regime militar tomou o poder no Brasil, em 1964.

1.2.3 Terceiro período do Movimento Negro organizado na República (1978-2000): do início do processo de redemocratização à República Nova

O período que abarca a Ditadura Militar (1964-1985) foi extremamente violento e incidiu sobre qualquer forma de defesa dos direitos da população negra. Como aponta SKIDMORE (1994), o Golpe de 1964 reprimiu não apenas os movimentos que tinham uma militância política ativa sobre a questão negra no Brasil, mas também os que pautaram o debate racial:

A demissão por motivos políticos de Fernandes, Cardoso e Ianni da Universidade de São Paulo em 1968 impediu o prosseguimento das pesquisas. E, indubitavelmente, a nuvem de repressão imposta pelos militares após 1968 tornou a pesquisa de campo sobre relações raciais virtualmente impossível. Não só a rubrica raça foi omitida no censo de 1970, mas sobretudo a censura governamental impediu toda e qualquer crítica à imagem da democracia racial brasileira. (SKIDMORE, 1994, p. 163)

³³ RACISMO no Brasil: Abdias do Nascimento, festejado ator patricio, quer ser candidato dos pretos (1950). O Globo, 13 de abril, p. 9

Como forma de deslegitimar toda e qualquer luta negra por direitos, difundiu-se a propaganda oficial no regime militar, os ideais de um país harmônico e de uma democracia racial, onde as diferenças raciais jamais tivessem contribuído para a divisão social da população brasileira. Inúmeras são as lembranças da década de 1970, perseguições, restrições, torturas e assassinatos financiados pelo Estado.

Os militantes negros passaram a ser vistos como baderneiros e as discussões sobre os impactos do racismo foram banidas da cena pública. Henrique Cunha Jr. aponta as dificuldades que havia para superar o desmantelamento do movimento negro, “tínhamos três tipos de problemas, o isolamento político, ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados. Posso dizer que em 1970 era difícil reunir mais que meia dúzia de militantes do movimento negro” (CUNHA JR, 1992).

É importante salientarmos que embora as pautas negras não pudessem ser defendidas nos espaços públicos sem a ação truculenta dos meios de repressão, mesmo assim ocorriam diversas manifestações e organizações negras. Nesse sentido, Petrônio Domingues destaca:

Em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a imprensa negra, por sua vez, timidamente deu sinais de vida, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *Nagô* (1975), em São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo *Palmares* (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de maio para o 20 de novembro. No Rio de Janeiro, explodiu, no interior da juventude negra, o movimento *Soul*, depois batizado de *Black Rio*. Nesse mesmo estado, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976. (CUNHA, 1992 Apud, DOMINGUES, 2007, p. 100-122)

Em 1978 tem-se a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) e as articulações negras voltam à cena política de forma organizada. Seus militantes trazem consigo muito das manifestações por direitos civis aos negros que aconteciam nos Estados Unidos e que tinham como precursores Martin Luther King e Malcon X. O movimento pela independência dos países africanos contra as amarras coloniais também impulsionaram a luta contra a discriminação racial no Brasil. Internamente, os militantes do Movimento Negro contemporâneo acreditavam que o capitalismo era a maior causa das mazelas nas quais a população negra se encontrava e por isso deveria ser erradicado. Segundo Michael Hanchard,³⁴ as posturas táticas e ideológicas

³⁴ HANCHARD, Michael. **Orfeu negro e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

assumidas pela seção “Afro-Latino América” foram decisivas para o MNU e para o movimento em geral:

Pela primeira vez no Brasil a defesa de uma posição quanto à raça e à classe não foi marginalizada pela intelectualidade afro-brasileira e, na verdade, passou a suplantar os modelos conformista e assimilacionista como postura dominante do movimento negro (HANCHARD, 2001, p.148)

As primeiras decisões do “movimento negro contemporâneo” que surgia em 1978, foram tomadas em repúdio aos episódios de racismo sofrido por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guaianases após ser acusado de roubar frutas em uma feira livre. O ato público organizado pelo Movimento Negro foi realizado no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, reunindo cerca de 2 mil pessoas. Sérgio Costa (2006) afirma que o Movimento Negro Unificado se constitui como um movimento popular e democrático”, e acrescenta:

Além do caráter popular ausente no projeto do Teatro Experimental do Negro, o MNU se distingue do TEN por sua crítica ao discurso nacional hegemônico. Isto é, enquanto o TEM defendia a plena integração simbólica dos negros na identidade nacional “híbrida”, o MNU condena qualquer tipo de assimilação, fazendo do combate à ideologia da democracia racial uma das suas principais bandeiras de luta, visto que aos olhos do movimento, a igualdade formal assegurada pela lei entre negros e brancos e a difusão do mito de que a sociedade brasileira não é racista teria servido para sustentar, ideologicamente, a opressão racial. Assim, os conceitos “consciência” e “conscientização” passam a ocupar, desde a fundação do MNU, lugar decisivo na formulação das estratégias do movimento (COSTA, 2006, p.144)³⁵

A carta de princípios do MNU de 1978 trazia em seu teor o que os líderes do Movimento entendiam como ser negro e uma reivindicação pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil. Essa problematização contribuiu para a criação do Grupo Palmares por Oliveira Silveira³⁶ em 1971, na cidade de Porto Alegre. Foi dele também a proposição do dia 20 de

³⁵ COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2006.

³⁶ OLIVEIRA FERREIRA DA SILVEIRA – Poeta negro brasileiro, nascido em 1941 na área rural de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Filho de Felisberto Martins Silveira, branco brasileiro de pais uruguaios, e de Anair Ferreira da Silveira, negra brasileira de cor preta, de pai e mãe negros gaúchos. Graduado em Letras – Português e Francês com as respectivas Literaturas – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Docente de português e literatura no ensino médio. Atividades jornalísticas. Ativista do Movimento Negro. Um dos criadores do Grupo Palmares, de Porto Alegre. Estudou a data e sugeriu a evocação do 20 de novembro, lançada e implantada no Brasil pelo Grupo Palmares a contar de 1971, tornando-se Dia Nacional da Consciência Negra em 1978, denominação proposta pelo Movimento Negro Unificado contra a

novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares (1695), como a data a ser comemorada pela população negra em substituição ao 13 de maio (dia da abolição da escravatura). Para os negros o protagonismo em relação ao processo da abolição deve ser dado à Zumbi dos Palmares uma vez que a participação negra na formação da sociedade brasileira foi de extrema importância. Assim, o Movimento Negro toma a data do dia 13 de maio de 1888 como marco para a denúncia da existência do racismo e discriminação no Brasil e, no dia 4 de novembro de 1978, instituiu-se 20 de novembro Dia da Consciência Negra.

A década de 1970 foi uma década intensa para o mundo, mas em especial para o Brasil negro que se reorganizava e colocava em prática uma história negra inspirada nas grandes lutas por reconhecimento da cultura, da identidade, com o objetivo de desmistificar essa imagem de que a população negra sempre esteve inserida na sociedade.

Diferentemente das décadas anteriores, o assim chamado Movimento Negro contemporâneo trazia como novidade a convicção de que o debate de raça e classe são indissociáveis e que o mito da democracia racial deveria ser combatido. As novas bandeiras de luta do movimento negro contemporâneo vão reconfigurar a luta dos negros brasileiros.

Discriminação Racial, MNUCDR. Como escritor, publicou até 2005 dez títulos individuais de poesia – Pêlo escuro, Roteiro dos tantãs, Poema sobre Palmares, entre outros – e participou de antologias e coletâneas no país e no exterior: Cadernos negros, do grupo Quilombhoje, e A razão da chama, de Oswaldo de Camargo, em São Paulo-SP; Quilombo de Palavras, organização de Jônatas Conceição e Lindinalva Barbosa, em Salvador, na Bahia; Schwarze poesie/Poesia negra e Schwarze prosa/Prosa negra, organizadas por Moema Parente Augel e editadas na Alemanha por Édition diá em 1988 e 1993, com tradução de Johannes Augel; ou revista Callaloo volume 18, número 4, 1995, e volume 20, número 1 (estudo de Steven F. White), 1997, Virgínia, Estados Unidos. Na imprensa, publicou artigos, reportagens, e alguns contos e crônicas. Participou com artigos ou ensaios em obras coletivas, caso do ensaio Vinte de novembro: história e conteúdo, no livro Educação e Ações Afirmativas, organizado por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Válder Roberto Silvério – Brasília: Ministério da Educação/Inep, 2002* Texto escrito por Oliveira Silveira e publicado no Blog satirajornalista.blogspot.com e posteriormente publicado no Blog oliveirasilveira.blogspot.com.

CAPÍTULO 2

LUTA E RESISTÊNCIA: A PRESENÇA DO NEGRO NA CONSTRUÇÃO DO PARANÁ

O objetivo deste capítulo é demonstrar que, ao contrário do que foi por muito tempo difundido no imaginário da população brasileira e paranaense, a contribuição da população negra – composta pelos africanos e seus descendentes - foi e continua sendo extremamente importante para o desenvolvimento do estado do Paraná. A construção de um discurso que negava ou diminuía a presença da população negra na história do Paraná está inserida num contexto em que as teorias raciais orientavam a ideologia do branqueamento como ideal civilizatório.

No Brasil a força de trabalho escrava foi o que por séculos garantiu a prosperidade econômica das elites, A partir de meados do século XIX, inúmeras são as revoltas, lutas e desafios que a população escravizada precisou enfrentar por liberdade. Não bastassem as inúmeras batalhas travadas, chega ao Brasil na década de 1870 o dito *racismo científico*, assim considerado por ter sido produzido pelas ciências do século XIX. Uma forma de classificar os humanos e atribuir o conceito de “raças”, onde os tidos como brancos seriam de raça superior e os negros de raça inferior.

O racismo nasce no Brasil ainda no período da escravatura, mas é no pós-abolição que a inferioridade negra se propaga pelo país. Os debates sobre a composição étnica da população brasileira se afloram. O que fazer com um grande contingente de população negra e mestiça considerados inferiores aos moldes das teorias racistas da época, mas que são a maioria da população brasileira? A questão se tornou tão forte no final do século XIX que a imigração de europeus foi “facilitada” com o intuito de *embranquecer* ao longo dos anos a população brasileira. Sobre o branqueamento da população:

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição, juntavam-se mais duas: Primeiro - a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca. Segundo - a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o *gene* branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros [...] (SKIDMORE 2010, p.81)

Tal ideologia fazia crer às elites locais que a miscigenação seria a “solução” para um Brasil majoritariamente negro, onde com o passar dos anos a população seria branca. Para MUNANGA (2004) “a ideologia do branqueamento presente no processo de miscigenação conformou no Brasil a construção de uma identidade nacional baseada na herança branca europeia, negando qualquer possibilidade de se pensar em alguma identidade alternativa, fundamentada na herança negra de origem africana”. Para SKIDMORE (2012) “[...] a miscigenação não produziria inevitavelmente ‘degenerados’, mas uma população mestiça sadia capaz de torna-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente”. Ilustramos através da obra “A Redenção de Cam” que aborda as teorias raciais controversas do fim do século XIX o fenômeno da busca pelo "embranquecimento" gradual das gerações de uma mesma família por meio da miscigenação.



**Figura 7 Redenção de Cam, de Modesto Brocos 1985.
Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.**

A ideologia do branqueamento, pregava a integração dos negros via assimilação dos valores brancos, com isso temos a propagação dos ideais de uma convivência harmoniosa, onde não existiam diferenças raciais e sociais. A teoria denominada de mito da *democracia racial*, projeta uma sociedade onde o processo de branqueamento traria uma população mais próxima dos moldes europeus da época. Todo o processo de deslegitimação da luta negra por valorização racial foi um projeto governamental. Após o fim da escravidão, a população negra escravizada precisou travar outros combates, não houveram políticas de reparação, não houveram doações terras para cultivos de lavouras como foi ofertado aos imigrantes que adentraram ao território brasileiro e muito menos houveram políticas de inserção da população negra nos espaços públicos. A hierarquização das pessoas em termos de sua proximidade a uma aparência branca levou a uma divisão das identidades raciais contribuindo para uma falsa impressão de que os negros eram os únicos culpados por seu baixo nível social, econômico, cultural e político na sociedade brasileira. Para Munanga (2004), “o mito da *democracia racial* tem uma penetração profunda na sociedade, pois encobre os conflitos “raciais”, as desigualdades existentes nos diferentes campos sociais, bem como facilita a alienação dos não-brancos”. Para Octávio Ianni, a ideia de *democracia racial* é utilizada como forma de desmobilização das lutas negras:

O mito da democracia racial, é uma poderosa insígnia ideológica que tem agido como forma de administração, controle, orientação, incentivo ou dominação. Um mito que entra na composição de uma “constelação ideológica” na qual estão presentes e combinam-se mais ou menos eficazmente vários mitos da história passada e presente: O Brasil seria um país com uma história de “revoluções brancas”, ou seja, incruentas, na qual predominam a “conciliação e a reforma”, a “democracia racial” e o “homem cordial”; tudo isso mais ou menos “luso-tropical”. (IANNI, 2004, p. 159- 160).

Para o autor a visão deturpada de uma sociedade “harmoniosa” onde todos estariam inseridos de fato, acabou por contribuir para uma concepção de um Brasil, onde as diferenças sociais não teriam relação com as questões raciais, ou seja, a população escravizada agora liberta, e sem incentivos para ascensão social, ainda assim poderia se considerar pertencente à sociedade.

2.1 O mito do “Brasil diferente” e invisibilização da presença negra no Paraná

O Paraná se torna emancipado enquanto unidade federativa do Império no início da segunda metade do século XIX, mais especificamente no dia 19 de dezembro de 1853. Até então, pertencia à província de São Paulo. (1853), desvinculando-se da Província de São Paulo,

e para estabelecer sua identidade, uma vez que não se considerava a existência de características populacionais marcantes para o modelo de Estado que se pretendia construir, a imigração de europeus que passa a acontecer naquele momento, aparece como uma forma de materializar uma identidade paranaense de matriz europeia, negligenciando-se a existência de outros grupos étnicos e raciais, especialmente do negro e do indígena (CARVALHO, 2016).

O surgimento na década de 1950 do movimento *paranista* ou *paranismo*³⁷ foi uma tentativa de firmar uma auto-imagem do Paraná, que o distinguisse das outras regiões do Brasil e contou com o apoio de intelectuais, literatos e artistas plásticos, dos quais destacam-se Wilson Martins e Alfredo Romário Martins (BATISTELLA, 2012). Foi um movimento de construção identitária regionalista. Após sua emancipação política o estado que surgia precisaria se consolidar enquanto um lugar extremamente acolhedor e benéfico para se morar.

Para confirmar-se enquanto Estado, uma identidade própria do paranaense precisaria estar solidificada, o autor Hobsbawm (1984), define muito bem o que compreende *essa tradição inventada* que influencia nas relações sociais e nas práticas do cotidiano:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, 1984, p.10)

O principal articulador do *paranismo* foi o jornalista e historiador Alfredo Romário Martins, autor de *História do Paraná*, livro publicado em 1899³⁸ e considerado uma das obras fundadoras da historiografia paranaense. A narrativa desenvolvida pelo autor tornou-se a “história oficial do Paraná” e contribuiu para uma visão romantizada das relações entre o colonizador português e o indígena que ao seu ponto de interpretação pouco resistira aos passos largos da dominação portuguesa. É totalmente perceptível ao longo da obra de Alfredo Romário Martins sua intenção em delegar pouca ou nenhuma contribuição africana ao desenvolvimento do território paranaense. Podemos relacionar essa falta de representatividade negra com as teorias raciais do cientificismo – eurocêntrico e racista – do século XIX, que considerava o

³⁷ Movimento que tinha por objetivo construir uma identidade para o Paraná, enfatizando ideias como a do Vazio Demográfico e de uma identidade paranaense herdada das imigrações europeias que teriam sido responsáveis pela maior composição étnica e racial do Estado. (BATISTELLA, 2012; DUARTE, 2015 CARVALHO, 2016; MEDEIROS, 2017; MOTTA, 2019).

³⁸ A primeira edição desta obra continha 250 páginas. Em 1937, essa obra foi reeditada e, com as revisões e os acréscimos, chegou a cerca de 500 páginas. Em 1953 (ano do centenário da emancipação paranaense), essa obra foi novamente republicada, ganhando sua versão definitiva. A edição mais recente dessa obra data de 1995.

negro como uma “raça inferior” e “degenerada”, cujos defeitos seriam transmitidos pela herança biológica³⁹.

Para legitimar o movimento *paranista*, era inadmissível mencionar as contribuições negras e indígenas para o desenvolvimento do território paranaense. A nível nacional ocorriam inúmeras formas de diminuir as contribuições negras e indígenas, e para isso inicia-se um processo de “branqueamento” da população como forma de “clarear” e com base nas teorias racistas da época tornar o Brasil um país extremamente livre das relações africanas. Romário Martins afirma na sua “História do Paraná” que “A população negra e mestiça de negro nunca foi numerosa no Paraná”⁴⁰. Isto é desmentido por trabalhos posteriores que demonstram que a participação “de escravos, índios e africanos, e seus descendentes foi bastante significativa na formação do efetivo populacional do Paraná, tendo persistido durante largo período, imprimindo a essa população as mesmas características do modelo clássico de formação da população brasileira”⁴¹.

Outro ponto levantado durante a obra de Martins era sobre a principal atividade econômica da nova província e segundo ele era a “pecuária a cargo de índios e seus mestiços, e não a agrícola para a qual o negro era preferido”⁴². Eduardo Pena, em sua dissertação⁴³, mostra que a presença do trabalho escravo foi importante até as últimas décadas do período pré-abolição.

No início da década de 60, duas obras já se destacavam. Analisando a estrutura agrária dos campos gerais - e entre eles os campos de Curitiba -, nos séculos XVIII e XIX, Brasil P. Machado, a partir de dados de alguns inventários, constatou o uso de mão-de-obra escrava por parte dos fazendeiros nas atividades as mais variadas, ligadas à agropecuária. Tanto na área de subsistência (produção de gêneros alimentícios derivados do gado e das roças, cultivo de árvores frutíferas e confecção de artefatos para as lides fazendárias), como na de mercado (criação e comercialização de gado para o litoral de São Paulo e, posteriormente, o aluguel de “invernadas” para as tropas de muare que transitavam do Rio Grande para as regiões mineiras), escravos foram utilizados, sempre em “maioria”, segundo o autor, se comparados aos

³⁹ Convém aqui lembrar que intelectuais como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, entre outros – a conhecida “Geração de 1870” – utilizavam o meio e a raça para interpretar a realidade brasileira, inclusive fenômenos políticos e econômicos do país. Seguindo as premissas desse cientificismo eurocêntrico e racista, os intelectuais da Geração de 1870 tentavam explicar o atraso da civilização brasileira. De um modo geral, para eles o brasileiro era o resultado da mestiçagem entre três raças: a branca (tida como superior), a índia e a negra (consideradas inferiores e entraves ao processo civilizatório). Nesse sentido, “o problema estava na presença de ‘raças inferiores’ no sangue do brasileiro”.

⁴⁰ MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba: Ed. Farol do Saber, s/d, p. 158.

⁴¹ GRAF, Maria E. de Campos. A população negra do Paraná no século XIX in Boletim do Depto. de História da UFPR, Curitiba: n. 21, 1974, p. 75-78

⁴² Ibid. p. 154.

⁴³ PENA, Eduardo S. O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, pp. 25-27.

agregados e também a indígenas "administrados". O. Ianni, em estudo mais abrangente, destacou a predominância do regime escravista em todas as fases ou "ciclos" histórico-econômicos principais da região paranaense. Assim, não só nas atividades do criatório e invernagem de muarés, mas também desde os primórdios da colonização, quando da extração de minérios e, principalmente depois, no século XIX, na exploração e exportação da erva-mate, os cativos se constituíram como força de trabalho predominante. (PENA, 1999, p.25-27)

Com base nos registros analisados o autor aponta a presença de escravizados em diversas atividades como cultivo de cereais, pecuária, atividades manufatureiras, dentre outras. Ainda levanta a problematização da imigração dos senhores com suas bagagens e também em posse de escravizados advindos de São Paulo e Minas Gerais em busca de novas terras para o plantio do café. Para Penna, essa pode ser considerada uma lacuna na historiografia paranaense uma vez que esses negros não faziam parte do território paranaense nos documentos que se tem registros. A historiografia paranaense em meados do século XIX não evidenciava a presença negra na demografia e muito menos na economia, mas através do relatório à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná de 1856, o vice-presidente da Província Henrique de Beaurepaire Rohan, chegado ao Paraná como engenheiro de obras - com formação na Academia real Militar - a convite de Zacarias de Vasconcellos, ao discorrer sobre a "conquista, catequese e civilização" dos indígenas, que pelo trabalho de convencimento dos religiosos seriam trazidos à civilização, escrevia que:

A abertura de estradas, que pusessem em comunicação seus alojamentos com as povoações civilizadas, serviço a que eles se prestariam mediante módica retribuição, daria o último garrote a seus hábitos selvagens. Convém utilizar essas forças, que vivem dispersas pelos desertos, procurando adicioná-las à população civilizada, que cobre uma pequena parte do nosso território. Parece àqueles, que lançam uma vista d'olhos superficial sobre a nossa estatística moral, que os povos da raça Tupi, tão numerosos outrora, desaparecerão da superfície do Brasil, sob a pressão dos vícios e da miséria; é esse, porém, um erro que não partilharão aqueles que considerarem a questão pelo lado da ciência. A presença da raça caucásica tende certamente a extinguir todas as mais raças, em que se divide a espécie humana; mas é pelo cruzamento que se deve operar este fenômeno providencial, como já entre nós se pode observar, tanto a respeito dos primitivos habitantes do Brasil, como a respeito da raça etiópica, de que futuramente não haverá um só traço em nossa população (BEAUREPAIRE ROHAN, 1856, p.51-52)

O discurso presente em 1856 no Paraná compactuava com o pensamento tradicional atribuído desde o período imperial no Brasil sobre a negação de um passado negro e miscigenado. Para a legitimação de um território paranaense branco, os intelectuais predestinados a construir essa narrativa fizeram uso do *determinismo racial*, *darwinismo social*

ou *teoria das raças* para reverberar os ideais defendidos por uma classe que buscava um modelo de paranaense que fugisse de sua realidade de miscigenado. A necessidade de se estabelecer uma identidade nacional aos moldes internacionais, contribuiu para uma identidade inventada enquanto branca e europeia. De acordo com Zygmunt Bauman, a questão da identidade só é debatida no momento em que o “pertencimento” sai da zona de conforto.

Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável, a “identificação” se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a que possam pedir acesso. (BAUMAN 2005, p.30)

Em sua obra, Martins procura forjar um ideal de identidade para a população paranaense. É extremamente importante ressaltarmos o *lugar de fala*⁴⁴ no qual Alfredo Romário Martins está inserido quando da consolidação do estado paranaense. Alfredo Romário Martins nasceu em 1874, seu pai era militar e sua família tinha posses. Construiu uma carreira política, foi deputado estadual por oito vezes, entre os anos de 1904 e 1928. Em 1900 atuou como Superintendente do Ensino Público. Participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGP), presidido por ele cerca de 20 anos⁴⁵. Participou ativamente do movimento que buscava a fundação da Universidade Federal do Paraná. Na década de 1920 dirigiu o Museu Paranaense. Envolveu-se também com instituições culturais internacionais como a Sociedade Geográfica de Lisboa e a Sociedade de História Internacional de Paris. Além disso, trabalhou nos jornais Diário do Comércio, A República, na revista Ilustração Paranaense, dentre outros. Enquanto deputado estadual foi autor de várias leis dentre as quais estabeleceram símbolos como a bandeira e o brasão de armas do Paraná.

A narrativa construída por Martins para uma “História do Paraná” vinculou-se com a narrativa criada pelo Instituto Histórico Geográfico do Brasil (IHGB) fundado em 1839, no Rio de Janeiro, que buscava uma consolidação de nação brasileira com caráter homogeneizador. A concepção adotada como “história oficial” do Brasil pelo IHGB é a apresentada pelo alemão Carl Friedrich Phillip von Martius, em seu texto premiado pelo instituto em 1847, chamado *Como se deve escrever a história do Brasil*. Neste texto, a questão étnica passa a ser o eixo para a construção identitária brasileira. Segundo von Martius, a população brasileira seria constituída pelos indígenas, pelos negros e pelos brancos de origem europeia⁴⁶.

⁴⁴ Ribeiro D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento; 2017.

⁴⁵ IURKIV, J.E. Romário Martins e a historiografia paranaense. Educare, UNIPAR, vol.2 n.2, 2002.

⁴⁶ GUIMARÃES, M.L.S. História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, vol.VII, jul.- out. 2000, p. 389-410.

A narrativa construída no Brasil e muito presente na historiografia Martins por compactuar com a história difundida pelo Instituto Histórico Geográfico do Brasil (IHGB), possibilitou a consolidação da obra e sua reimpressão em diversos momentos, como em 1937, onde o Presidente em questão era Getúlio Vargas, muito preocupado com a criação de um sentimento de nacionalidade. A reimpressão da obra nesse momento tinha o objetivo de reafirmar a importância de uma nacionalidade brasileira, mas no território paranaense que recebeu número considerável de imigrantes, o discurso difundido por Vargas não foi bem recebido, uma vez que para Alfredo Martins os estrangeiros contribuíram de forma ímpar para o desenvolvimento do Paraná.

Em 1953, que marca o centenário da emancipação política do Estado do Paraná, esta obra foi novamente publicada e adotada pelas escolas do Estado como sendo a obra “oficial” da história paranaense⁴⁷. Houve, desta forma, grande disseminação do discurso presente neste livro por toda a sociedade. Esta obra contém um projeto de modernidade das elites locais, centrada na ideia de um Paraná “branco”, que seria grande promessa para o futuro do Brasil.

Em 1955 a obra “Um Brasil diferente”, de Wilson Martins, buscava evidenciar as transformações sociais no estado do Paraná. Para o autor o território paranaense nada se comparava as definições de identidade nacional empregada pelo Instituto Histórico Geográfico do Brasil (IHGB).

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. (MARTINS, 1989, p. 446)

Wilson Martins buscava definir o paranaense através das relações sociais entre as inúmeras etnias que adentraram ao território através das ondas migratórias do século XIX. Para ele a influência negra não faz parte da história do Paraná, em um trecho de sua obra chega a afirmar que o Paraná não recebeu contingente de escravizados.

[...] a escravidão foi insignificante na província e que, por isso mesmo, e também em virtude do povoamento por estrangeiros não portugueses, os negros pouco penetraram sexualmente na família paranaense. Há, pois, antes de mais nada, um elemento de fato que impediu quase totalmente a influência de hábitos ou de tendências africanas no Paraná. Seus traços culturais, como decorrência lógica, também não puderam impor-se e, ao contrário,

⁴⁷ GILLIES, A. M. R. Identidade, cultura, relações étnico-raciais e representações no Paraná. Anais do II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO. 2015.

desapareceram totalmente. É, sem dúvida, a influência negra que dá às cerimônias religiosas de outras regiões do Brasil a sua coloração dionisíaca e pagã. O negro, por seu lado, rejeita geralmente uma religião que, como o protestantismo, não admite o extravasamento dessas tendências compensatórias. (MARTINS 1989, p. 429)

O autor empenhou-se em definir um Paraná diferente das demais regiões do Brasil, onde a presença negra foi de extrema importância para o desenvolvimento do território brasileiro. Seu objetivo foi o de criar uma hierarquia das etnias, onde os alemães e italianos ocuparam o topo do *ranking*, nas posições mais baixas os eslavos, poloneses e ucranianos e na última colocação os negros que segundo Wilson Martins embora presentes não contribuíram para o desenvolvimento do Paraná.

A procedência principalmente urbana dos colonos alemães, e sua conseqüente localização nas cidades, será responsável, sem dúvida, pelo menos em grande parte, pelo clima de simpatia para com a técnica existente nas zonas de colonização germânica. É fato de observação corriqueira que o estado de Santa Catarina pode ser caracterizado por suas pequenas ou grandes indústrias, o mesmo acontecendo nas zonas urbanas do estado do Paraná. E se no interior deste último não ocorre o mesmo é porque outras etnias aí concorreram para o seu povoamento, todas de origens e vocação agrícola [...]. Mas, como é a cidade que mentalmente dá o tom a uma civilização, o Paraná, ainda que na prática o seu desenvolvimento industrial esteja longe de ser satisfatório, oferece todas as condições favoráveis a um rápido progresso no campo do equipamento mecânico. (MARTINS 1989, p. 333)

O autor ao dividir as etnias por posições, não as definiu por quantitativo de imigrantes, mas pela inserção social e suas contribuições financeiras. Enquanto Romário Martins relativizou a presença africana e utilizou o mito do bom selvagem para representar o indígena paranaense, Wilson Martins simplesmente excluiu totalmente o negro, o índio (e até mesmo os luso-brasileiros) da história do Paraná. Assim, o Paraná seria “um Brasil diferente” por não ter conhecido a existência da escravidão e por ter sido colonizado por europeus (alemães, italianos, ucranianos e poloneses) que se adaptaram perfeitamente ao clima agradável do estado, onde puderam trabalhar e, conseqüentemente, contribuíram para o progresso.

A narrativa construída no movimento *paranista* corroborou para a desconstrução da identidade negra paranaense, reverberando um discurso de harmonia racial e superioridade branca. Com o objetivo de evidenciar a presença negra no Paraná, adiante trataremos de demonstrar que a população negra resistiu às mais diversas formas de violência e negação de suas contribuições no território paranaense.

2.2 A trajetória de luta e resistência dos negros paranaenses: dos quilombos ao movimento negro contemporâneo

Ao contrário da narrativa construída de uma região branca e com influências europeias, o Paraná abrigou um contingente expressivo de africanos escravizados, tal como aconteceu em outras regiões do Brasil. Horácio Gutiérrez (2006) nos apresenta as seguintes informações:

Em 1798, no primeiro quadro global reunindo informações de Antonina, Guaratuba, Paranaguá, Castro, Curitiba, Lapa e São José dos Pinhais, isto é, de todas as localidades então existentes, foram relacionados 4.273 cativos dentro de uma população de 20.999 pessoas. O peso relativo de 20,3% com que os escravos figuraram nesse ano se manteria com poucas variações nas décadas seguintes: 18,6% em 1810 e 17,1% em 1830. Neste último ano a população total do Paraná já havia subido a 36.701 habitantes e o contingente de escravos crescera para 6.260 pessoas. As vilas mais escravistas eram as mais vinculadas ao mercado em virtude da pecuária: em Castro os escravos representavam 21,8% da população em 1810, e vinte anos depois registrava 26,9%; o percentual de Ponta Grossa (freguesia subordinada a Castro) era em 1830 de 19,1% e o de Palmeira de 31% (Costa & Gutiérrez, 1985). A proporção de escravos era baixa, embora similar à existente em outras áreas de economias internas, como era o caso da maior parte das vilas paulistas nessa época e de Minas Gerais durante todo o século XIX. (GUTIÉRREZ 2006, p. 110-122)

Segundo as autoras Lucineia Cunha Steca e Marileia Dias Flores (2002) “As regiões que mais colaboraram para o aumento de escravizados no Paraná, primeiramente indígena e depois africano, foram aquelas em que havia lavras de ouro: Paranaguá, Iguape, Cananea, Ribeira (Apiaí), Sertões de Açungui (Itambé), Furnas e Campos de Curitiba.”⁴⁸ As autoras ainda afirmam que o trabalho escravo foi imprescindível na exploração do ouro e também na extração da erva-mate. Porém, com a escassez do ouro em Paranaguá, no final do século XVII, houve o enfraquecimento da economia que tinha como base sua extração, e muitos deixaram a localidade, que caiu em decadência.

Através de seus estudos GRAF (1990) pontua, contudo, que os moradores de mais posses possuíam de quatro a cinco escravizados que trabalhavam nas lavouras ou nas minas. No final do século XVIII, na Vila de Curitiba, a população escravizada representava 18% dos habitantes. Sua base econômica estava concentrada na produção de bens de consumo próprio, na qual os escravizados desempenharam relevante papel nesta atividade de produção. Portanto, temos nesse espaço temporal, tanto a vila de Curitiba, quanto o litoral que apresentavam suas

⁴⁸ STECA, Lucineia Cunha, FLORES, Marileia Dias. História do Paraná: do século XVI à década de 1950. Londrina, PR: Ed. UEL, 2002, p. 63

estruturas econômicas, fundamentadas na mão de obra escravizada e constituída fundamentalmente em função da produção de subsistência, e estatisticamente com “a seguinte composição de homens livres: 3.683 brancos, 1.479 pardos e 135 pretos; os escravizados contavam com: 341 pardos e 839 pretos”. OLIVEIRA (2006)

Ainda que fontes refutem a composição étnica do paranaense a população “do Paraná da mineração, da pecuária, das indústrias extrativas do mate e da madeira, da lavoura de subsistência”, era mista e contava com os mesmos elementos que constituíam as outras regiões brasileiras: o índio, o europeu, o branco, o negro e os mestiços. A Província do Paraná, já em 1872, possuía registro de cerca de 10.500 negros escravizados. Em 1887, o número teria diminuído para 3.600 e esse declínio foi atribuído mais às mortes, vendas e transferências para outras províncias do que pela libertação concedida pelos senhores escravocratas. (TUMA, 2008)

A ocupação do território paranaense foi baseada no trabalho com o solo, nas atividades econômicas e pelo trabalho escravo. Dentre os trabalhos desenvolvidos pelos escravizados negros e indígenas estavam a produção da erva-mate e a exploração da prata. Após o período da escravidão o tratamento dispensado aos escravizados não foi diferente das demais regiões do território brasileiro. Com a política do *branqueamento* difundida no Brasil, a população negra no Paraná também não obteve reconhecimento pelo desenvolvimento socioeconômico da região.

As comunidades quilombolas do Paraná

A presença afro-brasileira no Paraná pode ser retratada também pelos inúmeros quilombos que estão espalhados pelo território paranaense. Os remanescentes quilombolas, muitos desses ex-combatentes na Guerra do Paraguai, conquistaram suas terras por meio de pagamento por serviços prestados ao governo. Houve também terras que pertenciam a ordens religiosas e foram deixadas sob a administração de escravos libertos no início da segunda metade do século XVIII; fazendas abandonadas que foram ocupadas por negros fugidos do sistema escravistas; terras doadas por donos de escravos e terras compradas por negros alforriados por ser rota das tropas oriundas do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, os caminhos do Paraná se mostrou terreno fértil para a formação de quilombos.

A Fundação Cultural Palmares⁴⁹ reconheceu 34 comunidades quilombolas espalhadas em 14 cidades paranaenses. É extremamente importante demonstrarmos que a presença negra no desenvolvimento do território paranaense foi tão expressiva que os Quilombos resistem e contribuem desde então para a valorização étnico-racial.



Figura 8 População negra e comunidades quilombolas no Estado do Paraná
Fonte: GTCM (2010)

Os Quilombos carregam consigo as raízes da história negra de um Brasil que através de um projeto de governo tentou apagar suas verdadeiras contribuições, definir *Quilombo* é muito mais complexo do que se possa imaginar. O autor José Maurício Arruti (2008), busca expor a amplitude do conceito de *Quilombo*, segundo ele:

Tomemos aquele que nos é oferecido em um documento do extinto Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)⁵⁰. Ele nos será estratégico por uma série de razões que

⁴⁹ A fundação é uma entidade pública brasileira vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. No artigo 1º, da Lei que a instituiu, lê-se: (...) promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. A entidade teve seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 418, de 10 de janeiro de 1992, e tem como missão os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, além de fomentar o direito de acesso à cultura e à indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras. O artigo 215 da Constituição Federal de 1998 assegura que o "Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

In: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis01.pdf>

⁵⁰ Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais (Rio de Janeiro, 17-18 de outubro de 1994), produzido a partir de uma reunião que precedeu o XIX Encontro da ABA (Niterói, 20-27 de março de 1994)

serão abordadas em seguida. O documento inicia reconhecendo que “ainda que tenha um conteúdo histórico, o [termo ‘quilombo’] vem sendo ressemantizado” pela literatura especializada e pelas entidades da sociedade civil que trabalhavam junto aos “segmentos negros em diferentes contextos e regiões do Brasil”. Partindo de uma definição negativa – eles não se referem a resíduos, não são isolados, não têm sempre origem em movimentos de rebeldia, não se definem pelo número de membros, não fazem uma apropriação individual da terra – o documento propõe que os quilombos sejam tomados como **“grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”**, cuja identidade se define por **“uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados”**. Nesse sentido, eles constituiriam **“grupos étnicos”**, isto é, **“um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão”**, segundo a definição de **Fredrick Barth (ABA, 1994)**. Apesar desta escolha teórica, eles seriam caracterizados também por alguns traços substantivos, todos relativos à sua territorialidade, como o predomínio do uso comum e a utilização dessas áreas obedecendo à sazonalidade das suas atividades produtivas ou outras, “caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade.” (ARRUTI 2008. p. 2. grifo nosso)

O autor sobre as especificidades do termo *Quilombo* afirma que este sofre “ressemantizações” ao longo de todo período histórico, por exemplo a definição enquanto símbolo de *resistência cultural*, empregada por Nina Rodrigues (1977) ao se referir ao Quilombo de Palmares. Para o autor essa definição traz inúmeras questões a se pensar, quais as relações que se estabelece com o território africano; as estruturas de poder brasileiras se assemelham às estruturas do território africano. Para além dessas indagações, José Maurício Arruti ainda pontua que pensar em Quilombo somente enquanto resistência cultural é extremamente problemático uma vez que o africano sofreu uma desagregação cultural sob o regime escravocrata.

Outra forma de ressemantização foi atrelada a de Quilombo enquanto *resistência política*, servindo de modelo para se pensar a relação (potencial) entre classes populares e ordem dominante. Onde o quilombo pode ser visto de forma classista. A partir desta visão surgem os trabalhos de Clovis Moura⁵¹, dentre outros autores que trouxeram os quilombos e revoltas escravas como assunto de destaque. A terceira forma de ressemantização do termo quilombo é deste enquanto *resistência negra*, onde o termo é empregado pelo Movimento

e que contou com a participação de Ilka Boaventura Leite, Neusa Gusmão, Lúcia Andrade, Dimas Salustiano da Silva, Eliane Cantarino O’Dwyer e João Pacheco de Oliveira (que assina o documento, como presidente ABA).

⁵¹ As análises de Clóvis Moura (1972), por exemplo, dão destaque às táticas de luta e fuga utilizadas, associadas ao modelo das “guerras-de-guerrilha”, como na literatura contemporânea sobre as revoluções e sublevações socialistas na América Latina e Central.

Negro que traz inúmeras pautas como por exemplo o dia 20 de novembro (data em que se registra a morte de Zumbi do Palmares) como data alternativa ao treze de maio “oficial”, e a insistência ainda para que os livros didáticos incluíssem a história do negro.

Em 1980, Abdias do Nascimento publica o livro “O Quilombismo” tomando-o como movimento social de resistência física e cultural da população negra, que se estruturou não só na forma dos grupos fugidos para o interior das matas na época da escravidão, mas também, em um sentido bastante ampliado, na forma de todo e qualquer grupo tolerado pela ordem dominante em função de suas declaradas finalidades religiosas, recreativas, beneficentes, esportivas. “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1980)

No livro Paraná Negro (2008), os autores, Jackson Gomes Júnior, Geraldo Luiz da Silva, Paulo Afonso Bracarense Costa traçam um panorama dos quilombos no Paraná. Logo no início da obra, os autores buscam evidenciar o quanto é difícil retratar a história negra do Paraná, seja pela escassa bibliografia sobre o tema, seja pela insistência em se retratar o território paranaense como terra de todas as etnias. A FUNPAR (Fundação da Universidade Federal do Paraná) sintetizou as pesquisas realizadas pelo Grupo de Trabalho Intersecretarial – do Governo do Paraná – Clóvis Moura, que desde 2004 tem mapeado as comunidades negras tradicionais no Estado. Até 2008, foram encontrados 90 agrupamentos. No entanto, esta publicação retrata somente os 36 quilombos já certificados pela Fundação Palmares, instituição vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela identificação desses grupos no Brasil. Este livro foi uma parceria do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, à Secretaria Estadual da Educação do Paraná, à Secretaria Estadual da Ciência e Tecnologia do Paraná, à Fundação Araucária e à Fundação Palmares, do Ministério da Cultura. Segundo os autores esta publicação da FUNPAR é uma tentativa de resgate da imagem e cultura desse povo, que durante décadas luta por liberdade e justiça. Sobre a presença quilombola no Paraná eles ainda afirmam:

No limiar do século 21, o Estado do Paraná retirou, pela ação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, o véu que invisibilizava quase uma centena de comunidades negras, isoladas em alguns pontos do território paranaense. Elas estão instaladas, basicamente, ao longo do Vale do Ribeira, passando pela Região Metropolitana de Curitiba (Município de Campo Largo) e chegando a cidades como Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva. Também estão presentes em áreas mais extremas, como a cidade de Guaíra. Filhas, talvez não tão diletas, da escravidão, essas comunidades são também uma herança da marginalização que perseguiu os descendentes de escravizados na sociedade brasileira, de sorte que muitas delas, embora formadas a partir da compra ou recebimento por herança das terras em que estão instaladas, ainda sofrem com o assédio, violência e má-fé que têm resultado na perda de parte significativa de seu

território. A ausência da terra inviabiliza seu modo de vida e de organização, tanto do ponto de vista econômico, quanto no aspecto da sobrevivência de elementos identitários essenciais à manutenção do modelo civilizatório de que são originárias essas pessoas. (GOMES; SILVA; COSTA 2008. p.18)

Inúmeras são as provocações feitas pelos autores ao longo da obra, dentre elas a falta de uma história negra que ressalte o legado cultural, artístico, científico e filosófico do continente africano. A busca por um passado diferente do que foi imposto, diferente de um passado hegemônico onde as contribuições negras para o desenvolvimento do território brasileiro não se resumam a dor e sofrimento, onde o negro tenha conhecimento das lutas, das resistências e principalmente do seu legado.

Outra informação que nos leva a refletir sobre a falta de valorização étnico-racial no Paraná é a de que dentre os quilombos já certificados no Estado do Paraná, há situações em que a definição do município a que pertencem só foi possível pelo uso do GPS. O trabalho foi efetuado pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geo-refereciamento do Estado do Paraná (ITCG). Foi a partir disso que se pôde informar a alguns prefeitos que em seus municípios havia comunidades remanescentes de quilombo.

É mister, portanto, que sejam implementadas diretrizes e ações pensadas em uma perspectiva na qual o recorte étnico seja levado em conta. Desse modo, esses indivíduos serão incluídos qualitativamente no processo de organização socioeconômico e político, assim como as referidas medidas serão elaboradas e executadas com base em um viés histórico, sociológico e antropológico que fundamentam a sua constituição e sobrevivência. A boa e velha especificidade. (GOMES; SILVA; COSTA 2008. p.20)

O livro Paraná Negro (2008), demonstra com riqueza de detalhes as especificidades de uma região quilombola, as comunidades, a organização de trabalho, as distribuições de tarefas e assim por diante. É necessário diferenciarmos “Comunidade Negra Rural Tradicional” de “Comunidades Remanescentes de Quilombo” Fundamentalmente, uma Comunidade Negra Tradicional é a soma das pessoas que a compõem. Elas são um coletivo e muito próximas umas das outras, mesmo quando a distância física as separa. A proximidade afetiva, de parentesco ou amizade, não se dá apenas no interior de cada comunidade. Segundo os autores boa parte dessas pessoas identificadas pela Coordenação de Ação no Campo do Grupo de Trabalho Clóvis Moura foi encontrada a partir de informações recebidas no contato com outras comunidades com as quais aquelas se relacionavam. Já as “Comunidades Remanescentes de Quilombo” são aquelas em que se fez a autodeclaração e, por consequência, se obteve a certificação.

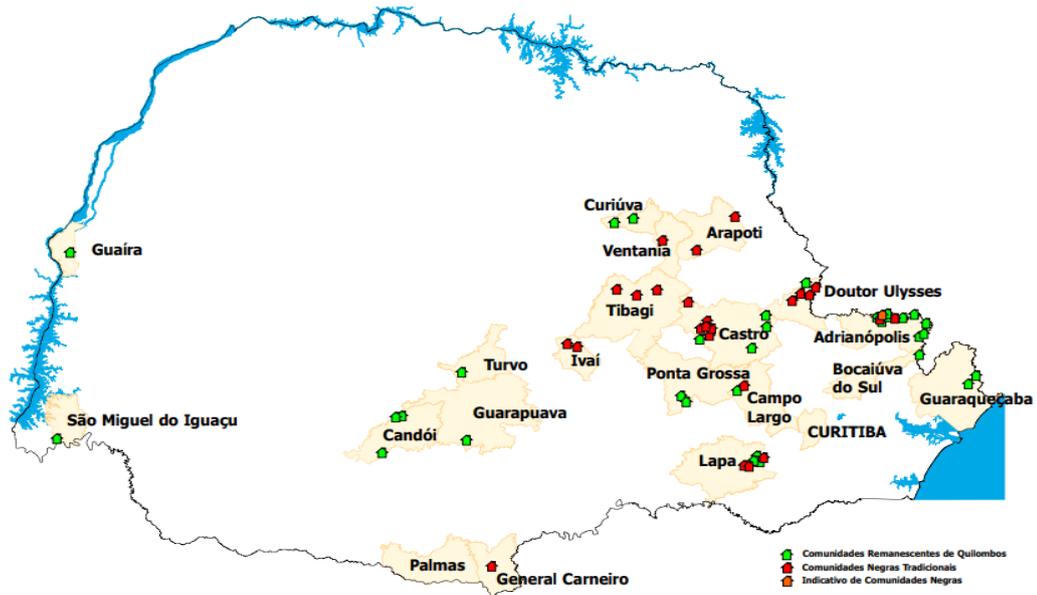


Figura 9 comunidades remanescentes de quilombos e comunidades negras tradicionais.

Para além do mapa, **Figura 9** que identifica cada uma das regiões quilombolas, o livro ainda traz as 36 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, como se pode ver nas imagens a seguir:



Figura 10 Quilombo Tronco

O certo é que o Quilombo se formou com os negros que foram escravizados na fazenda Canhaporanga, no Município de Castro.



Figura 11 Quilombo Manoel Ciríaco dos Santos

A comunidade fixou-se no Paraná, após sucessivas tentativas de resistência à escravidão. Manoel Ciríaco dos Santos que, depois de muito trabalhar para os fazendeiros em Minas Gerais como homem livre, foi para São Paulo e, finalmente, para o Estado do Paraná, na década de 1960, fixando sua comunidade no Patrimônio do Maracaju dos Gaúchos, no Município de Guaíra.



Figura 12 Quilombo Campina dos Morenos

Localizada no limite entre os municípios de Turvo e Guarapuava a comunidade originou-se com a fuga de indivíduos escravizados nas fazendas da região. Segundo relatos, os pioneiros se instalaram nesse local, de difícil acesso, por volta de 1850. Atualmente os quilombolas sobrevivem tanto da agricultura de subsistência quanto do trabalho nas fazendas da região. Consta que em 1870, aproximadamente, havia na comunidade cerca de 100 famílias. Hoje são 40 remanescentes de quilombos que mantêm os costumes antigos, inclusive o uso coletivo da terra para a agricultura, moradia e criação de suínos

2.3 A presença do negro no interior do Paraná

Por sua vez, a presença negra na região norte do Paraná ocorreu sobretudo a partir de meados do século XX, quando se iniciou com mais intensidade o processo de colonização das terras usurpadas dos povos originários. Impulsionado pelo avanço da cultura do café, este processo trouxe para a região milhares de indivíduos de outras partes do país, notadamente do estado de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Junto ao contingente de migrantes que reuniam descendentes de europeus, estavam muitos brasileiros que também buscavam construir uma vida de prosperidade. É nesse último grupo que estavam muitos homens e mulheres negras.

Conforme mencionamos anteriormente as obras utilizadas para pontuarmos sobre a importância negra para o município do Paraná ainda são escassas, embora poucas, essas fontes são importantíssimas para um maior entendimento das contribuições negras. Como forma de valorizar e preencher lacunas quanto à história da população negra, evidenciaremos a seguir a trajetória de três instituições voltadas a (re) existir no Paraná, mais precisamente (re) existir na cidade de Maringá localizada na região noroeste do Paraná.

CAPÍTULO 3

O MOVIMENTO NEGRO DE MARINGÁ-PR (1985-2019): UMA LEITURA A PARTIR DE SUAS PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES NEGRAS

Neste terceiro e último capítulo abordaremos a trajetória de histórias e memórias negras construídas no Município de Maringá, tendo como foco a trajetória de algumas de suas principais lideranças bem como das principais instituições negras da cidade, a saber: a Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM), de 1985; o Centro Cultural Jhamayka, de 2001; e o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (IMNEAM), de 2005. Como mencionado na introdução deste trabalho, sabemos que existem outras importantes entidades e personalidades que muito fizeram – e ainda fazem – pela causa do povo negro na cidade; mas, infelizmente, o tempo e os esforços necessários a estas investigações impuseram o presente recorte.

As memórias são elementos chave nas reconstruções de identidades individuais e coletivas, nesse sentido, apresentar as memórias da população negra de Maringá é essencial para a valorização e superação da invisibilidade e do silenciamento dessa história. Por isso, acreditamos que a atuação da Associação União e Consciência Negra de Maringá, do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques e do Centro Cultural Jhamayka devem ser publicamente reconhecidas, uma vez que há mais de 30 anos tornam os espaços públicos menos dolorosos para a população negra.

A memória se faz através das pessoas enquanto sujeitos de suas próprias narrativas. Inúmeros são os autores que evidenciam sobre a construção da memória. Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs, por mais pessoal que possa ser, a memória é construída socialmente:

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Ainda de acordo com o autor, as memórias são construídas por grupos sociais e são os indivíduos que lembram, mas são os grupos sociais que definem o que é memorável, os grupos nos quais as pessoas estão inseridas é que estruturam o que devesse ser rememorado. Na

concepção de Halbwachs, a memória pode ser entendida como uma reconstrução do passado realizada com o auxílio de dados do presente. O autor destaca ainda que a padronização do tempo e do espaço permitem, portanto, a formação das memórias, elas contribuem para a manutenção e coesão dos grupos, na medida em que ajudam a produzir o sentimento de identidade entre seus membros.

Após levantarmos ainda que de forma sucinta sobre “Memória”, é pertinente explicitarmos sobre os “lugares de memória”. Partindo dessa premissa, as memórias tanto individuais quanto coletivas se interligam. A Associação União e Consciência Negra de Maringá, o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques e o Centro Cultural Jhamayka são exemplos de associações que permitem que ocorra uma análise da Memória. Jacques Le Goff afirma:

[há] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações (LE GOFF, 1990, p.473).

O uso que se faz da Memória de fato ocupou lugar dentro da academia, e o olhar que se fazia da História de forma a lançar expectativas para o futuro hoje permite que os olhares sejam lançados na relação entre passado-presente como uma forma de compreender a cultura da Memória. Inúmeras são as perguntas sobre o uso da Memória enquanto fonte histórica, dentre elas tem-se o uso das fontes orais pelos historiadores. A problematização da interferência do historiador nos usos historiográficos da memória levantou inúmeras discussões principalmente no período em que a História se firmava enquanto Ciência, uma vez que as memórias eram registradas por viajantes, memorialistas, biógrafos e políticos. Com o intuito de expandir o campo de atuação dos historiadores em meados do século XX temos o uso de outras fontes para além dos documentos escritos, onde surge a História Oral, que traz para a discussão o indivíduo que está às margens em se tratando de “fontes oficiais”.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar

um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 2002, p.44)

Para Paul Thompson, a história oral é a história das mudanças ocorridas na sociedade e segundo o autor é através da história oral que as lembranças e experiências aparecem. Stuart Hall (1997) contribui de forma a afirmar que a Memória é um “sistema de representação” que permite com que o passado possa ser “recriado” e isso contribua com o que é refletido no presente.

Representação é a produção de significado e dos conceitos em nossas mentes através da linguagem. É o elo entre os conceitos e a linguagem que nos permite nos referir ao mundo "real" de objetos, pessoas ou eventos, ou mesmo a mentes imaginárias de objetos, pessoas ou eventos. (HALL, 1997, p.7)

Trazer as memórias e trajetórias do Movimento Negro de Maringá através das entrevistas orais, documentos e fotografias da Associação União e Consciência Negra de Maringá, do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques e do Centro Cultural Jhamayka permitirá uma maior compreensão sobre a luta negra em diversos espaços, no decorrer do capítulo será possível também explicitar o quanto a população negra resiste diariamente.

3.1. Trajetória de três lideranças do movimento negro de Maringá

Muitos foram os indivíduos que lutaram – e ainda lutam – pela promoção da igualdade racial na cidade de Maringá. Dados os limites temporais desta pesquisa, infelizmente não trataremos da trajetória da maioria dessas importantes lideranças – o que, no entanto, será possível e necessário fazer em futuras pesquisas. Contudo, consideramos importante abordar, ainda que de forma breve, a biografia daqueles que mais se destacaram nessa longa caminhada. São eles, o advogado Alaor Gregório de Oliveira, a professora Aracy Adorno Reis e o também professor Jairo de Carvalho.

3.1.1. Alaor Gregório de Oliveira (1943-2021)

A história do advogado Alaor Gregório de Oliveira se confunde com a história do movimento negro de Maringá. Infelizmente, não nos foi possível entrevista-lo para a presente pesquisa. Com a saúde bastante debilitada em razão de estar acometido do mal de Alzheimer, seu Alaor já não se comunicava e ultimamente vivia numa clínica de repouso, onde faleceu no dia 12 de agosto de 2021. As circunstâncias que cercam sua morte inclusive estão sob investigação do Ministério Público, devido às denúncias de que ele e outros idosos vinham sofrendo maus tratos na casa de repouso em que estava internado.⁵² Entretanto, sua constante atuação frente à AUCNM nos forneceram importantes pistas acerca de sua trajetória profissional e de vida. Além disso, a monografia de sua autoria apresentada como conclusão do curso de especialização em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá (2004), intitulada: *Reflexões sobre as relações interétnicas e a questão racial no Brasil*, também traz preciosas informações acerca de sua biografia. É a partir dessas fontes, portanto, que traçamos seu breve perfil biográfico.



Imagem 1 Advogado Alaor Gregório de Oliveira
Fonte: (divulgação)

Alaor Gregório de Oliveira nasceu no dia 08 de novembro de 1943, na cidade de Presidente Prudente, no interior do estado de São Paulo, vindo radicar-se no Paraná ainda criança. Autodeclarado mestiço, era filho de “mãe branca e pai negro”. No começo dos anos

⁵² Ver <https://gmconline.com.br/destaques/funcionaria-de-asilo-de-maringa-diz-que-feridas-de-idoso-eram-limpas-com-agua-sanitaria-1/>.

1960, migrou para a capital paranaense em busca de melhores oportunidades, permanecendo ali até o final daquela década. Neste período, conviveu com um grupo exclusivamente de negros que, segundo ele, “de certa forma, se *guetizavam*, saindo juntos, frequentando os mesmos locais, namorando somente garotas negras (e essas também namorando somente negros) e frequentando festas nas quais a presença de negros era quase absoluta” (OLIVEIRA: 2004, p. 9). Esta experiência lhe marcou pelo fato de que, até então, suas vivências no norte do Paraná eram caracterizadas pelo contato “com brancos, negros, japoneses, nordestinos, árabes, indistintamente, sem nenhum problema, pelo menos aparentemente” (OLIVEIRA: 2004, p. 9). Foi em Curitiba que Alaor passou pelas primeiras experiências explícitas de racismo, sendo alvo de ofensas raciais (xingamentos) e de discriminação racial, como ocorrido quando procurava emprego:

Um amigo me informara que na loja em que trabalhava, estavam precisando de dois rapazes para trabalhara como auxiliares de escritório. Eu já tinha experiência na função e necessitava com urgência trabalhar, pois já estava desempregado há alguns meses. No caminho encontrei com um amigo e disse para onde estava indo. Perguntou-me se podia ir junto porque também estava procurando emprego, apesar de não ter a experiência exigida. Fomos. Fizemos os mesmos testes e nos saímos bem. Pensávamos que estávamos ambos empregados, uma vez que havia duas vagas e tínhamos sido os únicos a fazer os testes naquela manhã. Ele conseguiu o emprego e eu não. Detalhe: ele era branco. Meu amigo percebeu a situação, se aborreceu e pediu-me desculpas. Ele não foi culpado. Continuei por um bom tempo procurando emprego (OLIVEIRA: 2004, pp. 10-11).

Iniciava-se, aí, o despertar de sua consciência racial e a necessidade de lutar para combater a discriminação e o preconceito racial que ele e outros milhares de negros sofriam diariamente nos quatro cantos desse país.

Alaor mudou-se para a cidade de Maringá no ano de 1974. Na ocasião, começou a exercer um cargo no Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), órgão responsável por fiscalizar o cumprimento do pagamento de impostos provenientes da comercialização da produção rural.⁵³ Ali fez carreira, chegando a ocupar o posto de diretor. Nesse período, casou-se com a professora Maria Auxiliadora Teixeira de Barros, com quem teve Keila Cristina, sua única filha.

⁵³ O Funrural foi instituído em 1971, com a criação do Programa de Previdência e Assistência Rural. Seu objetivo era financiar a previdência para o trabalhador do campo e para tanto foi instituída a cobrança de 2% sobre a comercialização da produção rural destes trabalhadores. No ano de 1988, com aprovação da nova Constituição Federal, os trabalhadores rurais foram incluídos no Regime Geral da Previdência Social.



Imagem 2 Alaor e sua filha Keila, por ocasião do recebimento do Troféu Consciência Negra em 21/11/2014. Fonte: (Prefeitura de Maringá).

Muito ativo na vida social, Alaor participou de grupos de teatro e entidades cívicas, como o Centro Patriótico Tiradentes. Na vida política, Alaor foi membro do antigo MDB,⁵⁴ partido pelo qual chegou a disputar eleições para o cargo de vereador. Após a aposentadoria no Funrural, ainda trabalhou por muitos anos como advogado e também como procurador jurídico da Câmara Municipal de Maringá (2003-2008).

Cabe destacar que, apesar de exercer todas essas atividades profissionais, Alaor Gregório sempre encontrava tempo para dedicar-se ao movimento negro. Tanto assim que exerceu a presidência e outros cargos na AUCNM em diversas oportunidades. Nesta entidade, fazia um pouco de tudo: cuidava da parte jurídica; proferia palestras e cursos; representava a associação em eventos e solenidades; organizava encontros e outras atividades. Como veremos adiante, seu carisma, competência e protagonismo foram fundamentais para o crescimento e reconhecimento da questão racial na cidade e região.

3.1.2. Aracy Adorno Reis (1947)

⁵⁴ Fundado em 1980, o MDB – Movimento Democrático Brasileiro ou PMDB, foi idealizado por políticos que em décadas anteriores se opuseram ao regime Militar (1964-1985). Durante décadas, foi o maior partido brasileiro, contando com ampla de maioria de prefeitos, deputados, governadores e senadores. Para mais dados sobre este partido, ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Democr%C3%A1tico_Brasileiro_\(1980\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Democr%C3%A1tico_Brasileiro_(1980)).

Outra grande protagonista na caminhada de luta do povo negro em Maringá é a professora Aracy Adorno Reis. Nascida em 29 de setembro de 1947 na pequena cidade de Lajedinho, na Chapada Diamantina, interior do estado da Bahia, Aracy pertencia a uma família de origem muito pobre e humilde que, no final dos anos 1950, resolveu migrar para o sul do país em busca de melhores oportunidades. De início, a família se instalou na cidade de Paranacity, onde viviam da atividade agrícola. Aracy conta que foi alfabetizada em uma escola rural ao mesmo tempo em que trabalhava duro na roça. Desde pequena, demonstrou grande facilidade e habilidade com a Matemática, fato que a conduziu à docência de forma bem precoce: “naquela época, eu dava aula num período, trabalhava na roça outro período e à noite eu fazia escola normal”.⁵⁵

Após a conclusão do curso na escola normal, Aracy recebeu um convite para lecionar na cidade de Xambrê, pequeno município situado nas proximidades da cidade de Umuarama. A mudança para esta cidade representou a oportunidade de poder dar uma vida melhor para os pais e irmãos, pois o novo trabalho lhe garantia uma remuneração bem superior ao que recebia em Paranacity. Com o recebimento dos primeiros salários, Aracy alugou uma casa em Maringá e trouxe toda a família para morar na cidade, onde seus pais teriam mais conforto e seus irmãos e irmãs mais oportunidades de trabalho e estudo. Como arrimo de família, ela permaneceu lecionando em Xambrê até que surgiu uma oportunidade melhor de trabalho na cidade de Guarapuava, na região central do estado. Ali, além de ensinar no município, ministrava aulas em escolas particulares. Nesta cidade, cuja composição da população contava com poucos negros, Aracy disse ter sido muito discriminada e por várias vezes teve de acionar a Secretaria de Educação para se defender dos ataques sofridos no ambiente escolar.

A mudança para a cidade de Maringá veio após um pedido da mãe, que àquela altura morava em São Paulo com uma de suas filhas, onde fazia um tratamento de saúde em decorrência de um derrame. Nessa época, Aracy já havia conseguido cursar o ensino superior, graduando-se em Licenciatura em Matemática na Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Logo depois de transferir-se para Maringá, ela ingressou na carreira do magistério na educação básica do Estado como professora efetiva. Por mais de três décadas, Aracy lecionou em diversas escolas da cidade, em especial no Colégio Estadual Unidade Pólo de Maringá, vindo a aposentar-se no ano de 2003. Foi a partir da escola que Aracy iniciou suas ações de

⁵⁵ A Escola Normal tinha por função habilitar professores para o exercício do magistério no ensino primário.

militância em prol da igualdade racial. Além do trabalho de conscientização dos alunos, ela também integrou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial APP – Sindicato.⁵⁶



Imagem 3 Aracy Adorno Reis. Fonte: (reprodução da internet)

Sempre muita dinâmica e ativa, Aracy aproveitou a aposentadoria da docência para se dedicar ainda mais às causas sociais e ao Movimento Negro. Entre 2004 e 2008, por exemplo, ela foi eleita para integrar o Conselho Tutelar de Maringá, onde defendeu os direitos e deveres das crianças e adolescentes do município. Foi também nesse período que liderou a criação do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (2005), uma ideia que nutria há tempos e do qual falaremos mais adiante. No ano de 2013, Aracy foi agraciada com o Troféu Consciência Negra, oferecido pela Prefeitura de Maringá em reconhecimento do seu trabalho na promoção da igualdade racial na cidade. Mais recentemente, entre 2017 e 2018, ocupou o cargo de Secretária Municipal Mulher, Igualdade Racial, Juventude e Pessoa Idosa (Semulher), na primeira gestão (2017-2020) do prefeito Ulisses Maia. A sua chegada no alto escalão da administração municipal representou um marco na luta pela igualdade racial na cidade, posto que foi a primeira mulher negra a ocupar uma Secretaria na prefeitura de Maringá.⁵⁷

⁵⁶ Fundada no dia 26 de abril de 1947, a Associação dos Professores do Paraná (APP) é o sindicato responsável por defender os interesses dos trabalhadores (as) da educação pública do Estado do Paraná.

⁵⁷ A saída prematura de Aracy da Semulher ocorreu por questões políticas, como a própria Secretária informou em suas redes sociais: “Comunico à todas e todos que a partir de hoje não ocupo mais o cargo de secretária na Secretaria Municipal da Mulher de Maringá. Sem aviso prévio, fui informada sobre minha exoneração por “motivos políticos”. A assessoria do prefeito Ulisses Maia elogiou meu trabalho na gestão e os avanços que a Semulher alcançou com meu trabalho e de minha equipe. No entanto, o bom trabalho prestado parece não ter sido suficiente para fazer frente às necessidades políticas da administração no momento. Agradeço o apoio de todas e todos que cruzaram nosso caminho nestes quase dois anos de trabalho. Me sinto satisfeita e orgulhosa do que

Como veremos mais adiante, Aracy foi uma das idealizadoras da criação da primeira entidade de defesa dos direitos da população negra de Maringá e região, a AUCNM, ao lado de Alaor Gregório e de Jairo de Carvalho, dentre outros.

3.1.3. Jairo de Carvalho (1959-2021)

Quem também marcou presença constante no movimento negro de Maringá foi o professor Jairo de Carvalho, falecido recentemente. A entrevista com Jairo foi feita no dia 08 de setembro de 2020, em sua residência, obedecendo aos protocolos de distanciamento social e demais medidas sanitárias. Nascido em Maringá, no dia 30 de maio de 1959, Jairo era filho do casal baiano Adenias Raimundo de Carvalho e de Celina Maria de Carvalho e de cuja união nasceram também o jornalista Luiz de Carvalho e a professora Maria Lúcia de Carvalho (Imagem 4). Em busca de melhores condições de vida, seus pais migram da Bahia inicialmente para a região de Ourinhos, no estado de São Paulo, vindo depois se estabelecer na região de Maringá, onde trabalhavam na roça. Anos depois, o casal se fixou na cidade, tendo seu pai exercido as profissões de servente de pedreiro, de “peão” na Companhia Melhoramentos, e posteriormente de “saqueiro” junto ao Sindicato dos Carregadores de Café – profissão está, aliás, exercida por outros negros que viviam em Maringá. Segundo Jairo, o Sindicato funcionava como uma espécie de cooperativa e tinha por função negociar o pagamento relativo ao transporte de carga e descarga das sacas de café junto ao Instituto Brasileiro do Café (IBC) e outras empresas. Trabalho árduo e pesado, que “arrebentava com a coluna” daqueles trabalhadores”, conta.

construímos em tão pouco tempo. Muitas sementes foram plantadas, alguns frutos foram colhidos e outros serão colhidos pelos que vierem. Afroabraços”. Fonte: página pessoal do Facebook de Aracy Adorno Reis.



Imagem 4 Jairo de Carvalho e sua família. Fonte: (reprodução da internet)

Jairo fez os estudos primários e o ensino fundamental e médio em escolas públicas. No ano de 1981 ingressou na Universidade Estadual de Maringá para cursar a licenciatura em História, curso que conclui no ano de 1986.⁵⁸ Na UEM, destacou-se também como líder do movimento estudantil. Era ele o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) na época das manifestações a favor da gratuidade nas universidades públicas paranaenses. Naquele ano de 1984, um grupo de estudantes ocupou a Reitoria da UEM para exigir, dentre outras reivindicações, que a universidade não cobrasse mensalidades dos alunos. Após muita luta, o movimento foi exitoso pois o governador do Estado decretou a gratuidade do ensino nas universidades paranaenses.⁵⁹

O dom e a paixão pela política parecem lhe ter sido transmitidos pelos pais. Seu Adonias, falecido aos 93 anos, foi um dos pioneiros de Maringá e durante algum tempo presidiu o Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café. Foi seu pai quem, em abril de 1964, liderou a primeira greve de trabalhadores do país durante o governo militar. Sua mãe também gostava de política e foi uma das fundadoras do PMDB em Maringá. Da universidade, Jairo foi fazer política na sociedade. Participou da fundação partido dos Trabalhadores (PT) em Maringá,

⁵⁸ Em 1988, concluiu o curso de especialização em Culturas Africanas e Relações Inter-étnicas na Educação pela Faculdades Integradas Espírita, de Curitiba-Pr.

⁵⁹ Sobre o movimento estudantil ver DIAS, Reginaldo Benedito. *Uma universidade de ponta-cabeça: a ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade*. Maringá-Pr: Eduem, 2008.

onde foi importante dirigente e chegou a disputar eleições para o cargo de vereador (1982) e vice-prefeito (1992).⁶⁰

Na vida profissional, e antes de dedicar-se plenamente à docência, Jairo trabalhou por muitos anos como desenhista. Nascido com agnesia transversal – no caso, uma má formação congênita de um dos braços -, ele compensou a deficiência no braço esquerdo com a precisão para o desenho na mão direita. Naquela época, os trabalhos publicitários e gráfico eram todos feitos manualmente e por isso a função de desenhista ou arte-finalista era essencial. Jairo lembra que não havia muitos profissionais com tais habilidades na cidade e por isso seu trabalho era bastante valorizado e reconhecido:

Durante uns dez anos ou mais, da minha vida, eu fui desenhista... trabalhava pra gráficas, né, fazendo..., para a estamperia, agências de publicidade, fazendo arte final, que na época era tudo na mão, né. Hoje em dia ninguém mais faz isso! E eu não aprendi fazer no computador. Então eu trabalhei com isso até que eu comecei a dar aula. (CARVALHO, Jairo de. Entrevista concedida a Marcela Santos de Carvalho. Maringá, 2021).

Jairo de Carvalho iniciou a carreira como professor de História no final dos anos 1980, atividade que, de início, conciliava com a profissão de arte-finalista. Inicialmente, ele lecionou no Colégio Estadual Santa Maria Goretti, onde, aliás, também foi aluno. Em 1996, após passar em concurso público, começou a ensinar História no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) Professor Manoel Rodrigues da Silva - onde permaneceu lecionando até o seu falecimento. Além de atuar na educação básica, Jairo também trabalhou na universidade em que estudou. Desde o ano de 1989, era professor auxiliar na Universidade Estadual de Maringá, onde atuava junto ao Núcleo de Educação à Distância (NEAD).

Jairo de Carvalho era casado com a professora Conceição Franco, mais conhecida como “Zica”, com quem teve uma filha, a jornalista Hortênsia Franco de Carvalho. Sua morte, em 09 de abril de 2021, ocorreu de forma repentina e pegou a todos de surpresa em meio ao trágico momento em que estamos atravessando devido à pandemia de covid-19. Vítima de um agressivo câncer de pulmão descoberto recentemente, Jairo deixou um legado de luta e de exemplo para todos que o conheciam e será sempre lembrado pelo seu jeito sereno, sabedoria e bom senso.

⁶⁰ Sobre a trajetória deste partido em Maringá, consultar: DIAS, Reginaldo B. A trajetória do PT em Maringá (PR): da fundação à conquista da prefeitura. In: Perseu: *História, Memória e Política*, v.7, pp.227-256, 2011.



Imagem 5 Aracy Adorno Reis, Jairo de Carvalho e Alaor Gregório de Oliveira.
Fonte: Acervo pessoal do Sr. Alaor Gregório de Oliveira

Na foto, vemos, da esquerda para a direita, Aracy, Jairo e Alaor. Os três compõem uma mesa redonda, cuja palavra é naquele momento exercida por Alaor, que empunha o microfone ao falar para a plateia. A necessidade de tal recurso tecnológico para a sustentação de sua fala indica que se trata de um evento, assembleia ou curso – como os muitos promovidos pela AUCNM ao longo de sua existência.

Agora que conhecemos um pouco da biografia de três das principais referências do movimento negro na cidade de Maringá e região, passaremos a abordar a história da criação e as atividades da Associação União e Consciência Negra de Maringá; do Centro Cultural Jhamayka e do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques.

3.2. A Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM)

A Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM) foi criada em meados dos anos 1980, mais precisamente em 20 de novembro de 1985.⁶¹ Segundo relato de um de seus principais idealizadores, o advogado Alaor Gregório de Oliveira (1945-2021), a ideia de se criar uma entidade destinada a promover ações do Movimento Negro na cidade e região surgiu a

⁶¹ A data da fundação – 20 de novembro - foi cuidadosamente escolhida por representar o dia da morte de líder negro Zumbi dos Palmares, grande referência do movimento negro brasileiro. Nesta data, é comemorado nacionalmente o dia da Consciência Negra e em muitas cidades brasileiras é feriado.

partir de conversas que ele, Alaor, mantinha com o amigo Silvestre Fernandes da Silva.⁶² Neste processo, ficaram sabendo que a professora Aracy Adorno dos Reis nutria esse mesmo desejo e já estava desenvolvendo um interessante trabalho acerca das questões raciais no Colégio Estadual Unidade Pólo de Maringá. Prontamente, os dois se juntaram a ela e em seguida convidaram mais pessoas para participar do movimento. Ainda de acordo com o Sr. Alaor, partiu da professora Aracy a ideia e o incentivo para a filiação ao Grupo União e Consciência Negra (Grucon), haja vista que ela havia mantido contato com algumas de suas lideranças nacionais. Tal fato nos foi corroborado pela professora Aracy em entrevista concedida em 27/01/2021:

Eu fui nas férias para o Espírito Santo e eu conheci um Movimento Negro que aqui não tinha, eu e alguns companheiros, a gente se reuniu e fundamos a Associação União e Consciência Negra na década de 80; e a gente fez milhares de coisas, milhares, a gente se reunia e a Diretora permitia que a gente fizesse as reuniões lá, a primeira sede foi lá, no Colégio Unidade Polo, e a gente começou um combate a qualquer preconceito, qualquer discriminação. (REIS, Aracy Adorno entrevista concedida a Marcela Santos de Carvalho. Maringá, 2021).⁶³

Segundo José Geraldo da Rocha, o surgimento do Grucon estava “relacionado com a necessidade de trabalhar o processo de conscientização da sociedade brasileira para a situação da discriminação e desvalorização da comunidade negra” (ROCHA: 1998, p. 49). Fundado em 1981, na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, o Grucon nasceu dentro dos debates promovidos pela Igreja Católica para tratar da questão do negro no Brasil, como relatou um de seus fundadores, o Frei David:

Em 1981 foi criado em Petrópolis o Grupo União e Consciência Negra, Grucon, do qual eu fazia parte. Fizemos vários seminários sobre o negro no Brasil com gastos financiados da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos no Brasil. A CNBB financiou grandes assembleias do Grucon. O objetivo era criar um grupo de negros católicos que trabalhasse com qualidade a questão do negro no Brasil. (PEREIRA: 2013, p. 266).

A parceria do Grucon com a Igreja Católica, contudo, não durou muito tempo. Logo após a sua criação, o grupo passou a atuar de forma independente, posto que a maioria dos seus membros entendia que o movimento não deveria ter vinculação com a igreja. Algumas

⁶² Silvestre Fernandes da Silva exerceu o cargo de Oficial de Justiça da comarca de Maringá.

⁶³ REIS, Aracy Adorno. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice deste trabalho.

lideranças, inclusive, argumentavam que historicamente a igreja havia apoiado e ajudado legitimar ideologicamente a escravização dos negros (ROCHA: 1998, p.50).⁶⁴

A opção por vincular-se a essa entidade nacional parece ter sido uma escolha consciente por parte das lideranças de Maringá. É o que podemos auferir a partir das palavras do Sr. Alaor Gregório de Oliveira:

No início dos anos oitenta, tínhamos conhecimento da existência no Brasil de dois grandes grupos do Movimento Negro Organizado, voltados ao combate do racismo, o MNU – Movimento Negro Unificado, nascido após a concentração histórica nas escadarias do teatro Municipal de São Paulo, e a União e Consciência Negra. Ouvimos falar da existência desses grupos, que existiram em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, mas não sabíamos como eram estruturados. (OLIVEIRA, 2004. p. 16).

Conforme se pode notar do seu relato, as lideranças locais tinham conhecimento da existência de dois grandes grupos do movimento negro em nível nacional. O fato de a professora Aracy já ter estabelecido contato com lideranças do Grucon possivelmente facilitou o processo de filiação a esta entidade. E assim, prossegue o Sr. Alaor, “nos filiamos a ele, usando o seu estatuto como modelo para a elaboração do nosso, adaptando-o à nossa realidade e pretensão” (OLIVEIRA: 2004, p.16). Aliás, foi o seu Alaor quem fez a referida adaptação, já que era advogado de formação. Além disso, o cuidado em considerar as especificidades locais regionais na confecção do estatuto indica a preocupação em dotar a entidade de autonomia frente às instâncias estadual e nacional. Daí decorre o fato de a entidade ter sido registrada como Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM) e não como Grupo União e Consciência Negra de Maringá. A esse respeito, Aracy Adorno Reis relata que:

Eu fui para uma viagem no Espírito Santo, passei por lá em alguns movimentos, e voltei com uma ideia de fundar uma associação negra, consciência negra, não com esse nome, mas.... Já existia no Brasil o Grupo União e Consciência Negra. Inclusive tinha um grupo desse em Curitiba. Nós convidamos a presidente lá, que era a Dalzira⁶⁵... e ela veio para nos dar um suporte de como criar... **Nós imaginamos que se a gente criasse uma associação, a gente podia a partir dali dar suporte a todos o grupo que surgisse... E foi, hoje em minha leitura, foi uma feliz ideia!** (REIS, Aracy

⁶⁴ Por sua vez, dentro dos canais oficiais da Igreja, foi formado o grupo de Agentes de Pastoral Negros -APNs. (ROCHA: 1998).

⁶⁵ A Ialorixá Dalzira Maria Aparecida ou Iyagunã Dalzira nasceu em Minas Gerais em 1941, mas desde criança passou a viver com a família no estado do Paraná. Sua militância junto ao movimento negro paranaense se deu ainda na juventude e até hoje é a representante do estado do Paraná junto ao Grucon. Dalzira é graduada em Relações Internacionais pela Universidade do Brasil (2009), possui mestrado em Tecnologia pela Universidade Federal Tecnológica do Paraná (IFTPR), e atualmente cursa o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Adorno Reis. Entrevista ao programa Conversas Feministas, em 19 de fevereiro de 2007. Os grifos são nossos).

Essa mesma orientação foi adotada pelo movimento negro na cidade de Londrina, como destaca Idalto José de Almeida, um de seus militantes:

O Grupo União e Consciência Negra de Londrina estava vinculado a uma estrutura de organização nacional, oriunda das bases da Igreja Católica. Na medida em que íamos refletindo sobre nossa realidade e resgatando nossa própria história, as contradições sobre o papel da igreja católica na história da escravidão no Brasil iam de afluando. Afinal a igreja católica fora conveniente com a escravidão negra no Brasil. Assim, foi inevitável a independência do movimento negro de Londrina da estrutura nacional, passando então de Grupo União e Consciência Negra de Londrina para Movimento de União e Consciência Negra de Londrina (ALMEIDA: 2004, p.115).

Até o ano de 1988, o estado do Paraná contava com nove entidades que representavam o movimento negro, sendo que pelo menos seis delas eram ligadas de alguma forma ao Grucon, conforme consta do Catálogo de Entidades do Movimento Negro no Brasil e do relato de Dalzira Maria Aparecida (2021: p.39), que como vimos era a representante estadual no movimento nacional. Além da AUCNM, haviam: o Grupo União e Consciência Negra de Curitiba; o Grupo União e Consciência Negra de Londrina; o Grupo União e Consciência Negra de Cornélio Procopio; e o Grupo União e Consciência Negra de Umuarama; e o Grupo União e Consciência Negra de Campo Mourão.⁶⁶

Logo após o início de sua criação, a AUCNM procurou estabelecer articulações com alguns desses grupos, como indica o depoimento de Aracy Reis e também o documento a seguir:

⁶⁶ O catálogo foi elaborado pelo Instituto de Estudos da Religião –ISER. No documento, foram mapeadas 573 entidades no território nacional, sendo 08 delas no estado do Paraná. Além das entidades mencionadas anteriormente, existiam ainda: a Associação Cultural Afro-Catarinense, em Cianorte; a Casa da Cultura Americana, em Curitiba; e o Núcleo de Estudos Afro0-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Ver Comunicações do ISER, nº 29, 1988, pp.52-53.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RECIBO DE POSTAGEM TOTAL PAGO
 R\$ 300

Nº DO REGISTRO 499517

MARINGÁ
 * 05 AGO 86

Maringá, 04 de agosto de 1986

NATUREZA VALOR DECLARADO PESO
 010

A SER PREENCHIDO PELO REMETENTE SEM RASURA

NOME DO DESTINATÁRIO *Associação União e Consciência Negra*
de Londrina

ENDERECO *R. Gen. Faria Fraga, 124*
 CEP *86108* CIDADE *Londrina* UF *PR*

Compenheiros

Tem presente a finalidade de comunicar que nós, da Associação União e Consciência Negra de Maringá, após reunião havida com todos os componentes do Grupo, resolvemos receber os compenheiros dos movimentos de Londrina e Curitiba para a reunião que será realizada no dia 19 de outubro do corrente ano.

Outrossim, estamos encaminhando, a nível de proposta, as seguintes itens para pauta de reunião:

- Discussão e aprovação dos Estatutos;
- Registro da entidade a nível estadual;
- O Negro e a Constituinte.

O local escolhido para o encontro será a Escola Unidade Polo Ensino de 1º Grau de Maringá (Av. Dr. Sofia Resguleriff, 835 - Jardim Alvorada), onde serão servidas as refeições patrocinadas pelo Grupo anfitrião.

Sem mais para o momento, aproveitamos para ratificar as nossas saudações negras.

Atenciosamente

ASSOC. UNIÃO E CONSC. NEGRA
 MARINGÁ/PR

A
 UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE CURITIBA
 CURITIBA - PR

Figura 13 Ofício da AUCNM ao Grucon Estadual do Paraná.

Neste ofício, datado de 04 de agosto de 1986, o grupo formaliza o convite para os grupos União e Consciência Negra de Curitiba e Londrina virem a Maringá para participar de uma reunião, cuja pauta inicial tratava da discussão e aprovação de seus estatutos; do registro da entidade a nível estadual e do debate sobre o negro e a Constituinte. Sobre este último ponto, o historiador Almicar Pereira destaca que

em meados da década de 1980 foram realizados diferentes eventos que procuravam intervir na elaboração da Constituição promulgada em 1988. O ano de 1986 foi de bastante mobilização do movimento, por conta das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, ocorridas em 15 de novembro (PEREIRA: 2013, p. 298).

A participação da AUCNM e outras entidades do Paraná demonstra o quanto estas estavam a par dos debates em âmbito nacional. Cabe destacar que um desses eventos foi a Convenção Nacional “O Negro e Constituinte”, organizada pelo MNU, em agosto de 1986. Dentre as importantes pautas debatidas nesse e noutros eventos estava a proposta de criminalização do racismo como crime inafiançável e imprescritível e também o reconhecimento e regularização das terras quilombolas. Tais demandas acabaram sendo incorporadas no texto final da carta magna de 1988 – o que demonstra o quão importante foi a mobilização do movimento negro nas diversas regiões do país (NERIS: 2018).

A criação da associação foi bem recebida pela comunidade negra de Maringá, pois segundo o relato do Sr. Alaor,

Havia no início do grupo um número grande de participantes (mais de sessenta pessoas) totalmente heterogêneo: donas de casa, estudantes, professores, funcionários públicos, católicos, espíritas, mães de santo, além de pessoas curiosas que participavam apenas uma única vez e não voltavam talvez amedrontadas com o tema (OLIVEIRA: 2004, p.17).

A heterogeneidade a que o Sr. Alaor se refere é um importante indicativo da necessidade que a população negra tinha de ser representada por uma entidade que defendesse seus direitos. Além dele, da Aracy e do Jairo, foram membros fundadores Mestre Pedro, Valdeir Gomes de Souza, Cleuza Souza Teodoro, dentre outros. Nos anos seguintes, também se filiaram à associação Ademir Félix, Osmar Batista, Paulo Bahia, Eliana Santos de Oliveira e Souza, etc. Infelizmente ainda não obtivemos acesso à maioria das atas da entidade, fato este que poderia muito nos auxiliar na identificação dos associados.

O primeiro presidente da AUCNM foi um capoeirista baiano conhecido por Mestre Pedro.⁶⁷ A tabela a seguir apresenta os presidentes (as) que estiveram à frente da AUCNM nos seus trinta anos de existência:

⁶⁷ Pedro Carlos Tomás, conhecido como Mestre Raiz, foi aclamado mestre no ano de 1974, no estado da Bahia, de onde é natural. Ao migrar deste estado, trabalhou no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, vindo então a se radicar em Maringá, onde fundou a Associação Cultural Capoeira Mandinga-ê (ACCAMÊ). Para além das atividades envolvendo a capoeira, Mestre Pedro também atuou como líder religioso. Ver: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2013/11/13/mais-de-6-mil-pessoas-prestigiaram-atividades-do-festival-afro-brasileiro/21250>.

| BIÊNIO | PRESIDENTES DA AUCNM |
|---------------|-----------------------------|
| 1985-1987 | Mestre Pedro |
| 1987-1989 | Alaor Gregório de Oliveira |
| 1989-1991 | Alaor Gregório de Oliveira |
| 1991-1993 | Aracy Adorno Reis |
| 1993-1995 | Aracy Adorno Reis |
| 1995-1997 | Valdeir Gomes de Souza |
| 1997-1999 | Valdeir Gomes de Souza |
| 1999-2001 | Alaor Gregório de Oliveira |
| 2001-2003 | Aracy Adorno Reis |
| 2003-2005 | Alaor Gregório de Oliveira |
| 2005-2007 | Aracy Adorno Reis |
| 2007-2009 | Valdeir Gomes de Souza |
| 2009-2011 | Alaor Gregório de Oliveira |
| 2011-2013 | Alaor Gregório de Oliveira |
| 2013-2015 | Jairo de Carvalho |
| 2015-2017 | Cleuza de Souza Theodoro |
| 2017-2019 | Valdeir Gomes de Souza |
| 2019-2021 | Jairo de Carvalho |

Tabela 1 Presidentes da AUCNM

Conforme mencionado anteriormente, a primeira sede da AUCNM foi o Colégio Estadual Unidade Pólo de Maringá, localizado no bairro Jardim Alvorada, onde a professora Aracy Adorno Reis lecionava e exercia o cargo de diretora auxiliar. Cabe destacar que o Jardim Alvorada era, à época, um bairro muito popular, que abrigava a população menos abastada da cidade e da qual fazia parte muitos negros. Contudo, o fato de a escola pertencer ao Estado impediu que a entidade continuasse a desenvolver suas atividades naquele espaço, haja vista que estas passaram a se diversificar e ganhar notoriedade. Além das reuniões, a associação mantinha também um grupo de capoeira liderado por Mestre Pedro e já havia começado a organizar encontros estaduais e regionais.

Diante da falta de recursos para adquirir ou construir uma sede própria, a AUCNM foi, nos anos seguintes, abrigada em diversos locais. Primeiro, num espaço cedido pela Cúria Diocesana de Maringá e, algum tempo depois, em 1999, numa sala comercial alugada pela entidade. Mas a falta de recursos inviabilizou a continuidade do pagamento dos aluguéis, de modo que a partir do ano 2000 a associação teve de devolver a sala (OLIVEIRA: 2004, p. 18). Durante esse período, O SISMMAR – Sindicato dos Servidores Municipais de Maringá cedeu um espaço provisório para que fossem mantidos os pertences da instituição e a sala de reuniões da APP/Sindicato foi utilizada para as reuniões mensais, as quais que aconteciam no último

sábado de cada mês. Em fevereiro de 2001, seu Alaor, então no exercício do cargo de presidente da associação, por meio de ofício endereçado ao prefeito José Cláudio Pereira Neto (PT), solicitou da prefeitura municipal a cessão de um espaço físico, na forma de comodato, para instalar a sede da AUCNM. Ao que tudo indica, tal solicitação não foi atendida, pois a entidade a partir de então teve por endereço o seu próprio escritório de advocacia, situado na Avenida Brasil, nº 3746, sala 218.

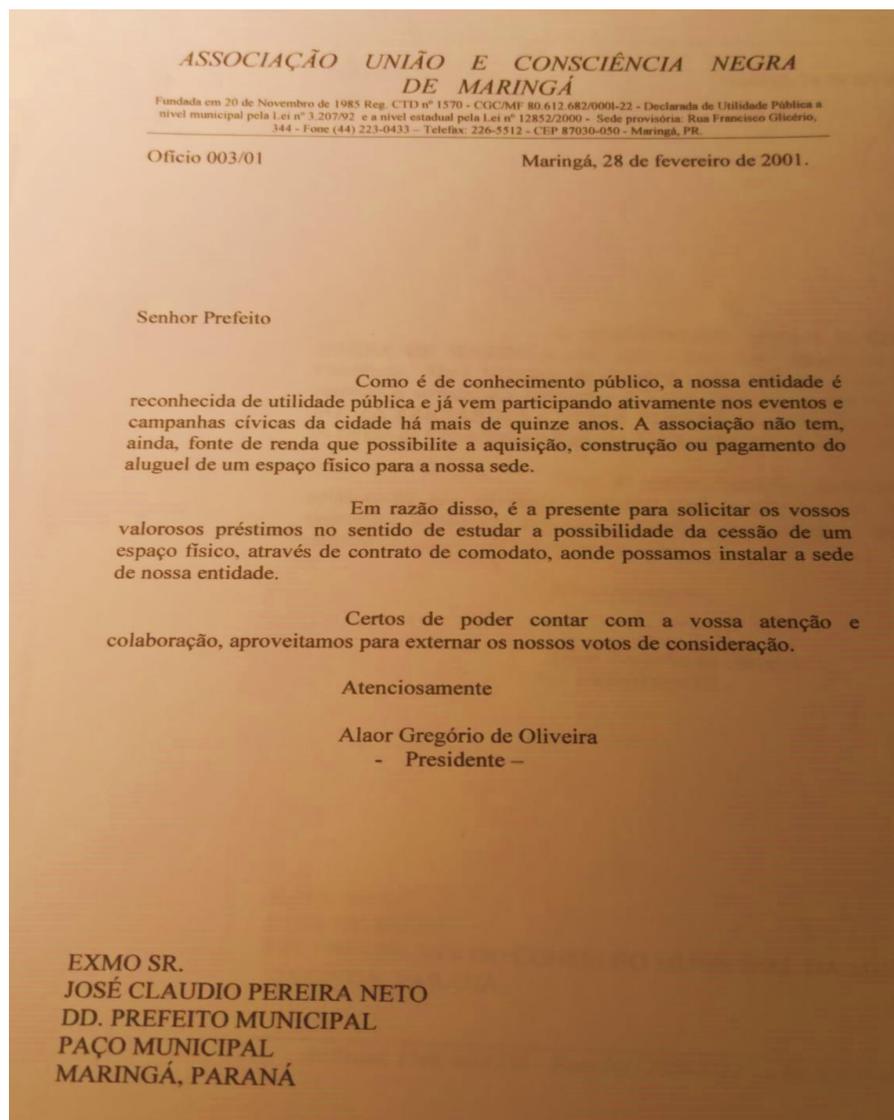


Figura 14 Ofício de solicitação de uma sede para a Associação União e Consciência Negra de Maringá – AUCNM. Fonte: Arquivo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira

O fato de não ter conseguido adquirir uma sede própria não foi empecilho para que a AUCNM realizasse diversas atividades. Trabalhando com poucos recursos, mas com o entusiasmo e a garra de suas lideranças, a associação promoveu muitas ações na cidade de Maringá e região, como veremos a seguir.

3.2.1. As ações da AUCNM: a educação

A estratégia de atuar no âmbito da educação foi muito utilizada por organizações negras em vários estados brasileiros (PEREIRA: 2013, 279). Nesse sentido,

Na luta pela superação desse quadro de negação de direitos e de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participou e participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e das ações de seus militantes, elegeu e destacou a educação com um importante espaço-tempo possível de intervenção e de emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista (GOMES: 2017, pp.24-25).

O movimento negro de Maringá também apostou fortemente nesse caminho. Como vimos, antes mesmo da formalização da AUCNM a professora Aracy Adorno Reis já desenvolvia um importante trabalho nas escolas da cidade, como destacou Sr. Alaor em sua monografia:

[...] ela tem desenvolvido, principalmente nas escolas por onde tem trabalhado, uma intensa atividade de resgate das manifestações da cultura negra e da autoestima da criança negra. Tem realizado um trabalho interessante no sentido de acabar com a invisibilidade do negro na escola: nos trabalhos escolares, nos cartazes, nas festividades. As escolas por onde tem passado deixaram de ser as mesmas: professores, funcionários e os alunos passam a “ver” a importância e a participação do negro em nossa sociedade com um outro olhar. (OLIVEIRA: 2004, p.17).

Assim como a professora Aracy, os demais membros da AUCNM compreendiam que o racismo só seria combatido através da educação e conscientização da população. Era preciso conscientizar tanto os negros quanto os brancos acerca das desigualdades raciais do Brasil. Dessa forma, inúmeros foram os projetos desenvolvidos pela associação nas escolas da rede pública do município e do estado; por isso, foi nesses espaços que primeiramente “a entidade acabou por ficar mais conhecida” (OLIVEIRA: 2004, p.20). De acordo com seu Alaor, durante o trabalho nas escolas os militantes da associação conseguiram “detectar muitos casos de discriminação racial entre os alunos, como também no tratamento dispensado pelos professores às crianças e jovens negros” (OLIVEIRA: 2004, p.20). Ele destaca ainda que, de início, a AUCNM adotou como estratégia de combate à discriminação racial no ambiente escolar a

realização de palestras visando conscientizar os alunos – estes, em sua grande maioria crianças e adolescentes. Mas tal iniciativa não surtiu os efeitos esperados:

Duas eram as reações que mais ocorriam: ou a turma não prestava nenhuma atenção, com os alunos totalmente inquietos, ou as presenças autoritárias das professoras os faziam estáticos e alheios ao que se estava expondo. Não havia participação e saíamos com a incômoda sensação de que eles não tinham entendido nada (OLIVEIRA: 2004, p.20).

O caminho então foi a mudança de estratégia. Assim, as palestras formais foram então substituídas por atividades culturais que falavam diretamente às crianças e adolescentes:

Tal situação foi em parte resolvida quando passamos a levar para essas turmas, grupos de capoeira, maracatu, de *street dance*, ou promover desfiles de alunos com trajes típicos da cultura afro-brasileira. O objetivo era demonstrar o quanto a cultura do negro contribuiu e continua contribuindo na nossa formação cultural. Ao final das apresentações informávamos que aquilo era manifestação da cultura negra, quer do Brasil, como a capoeira e o maracatu, quer dos negros da América do Norte, com relação à *street dance* e o *hip hop*. Houve ocasiões em que, durante as apresentações de música e dança, a escola toda se envolvia, com a participação de alunos e professores, numa demonstração de que as manifestações culturais de raízes afro-brasileiras exercem forte atração e que bem trabalhadas podem funcionar como um instrumento eficaz no combate à discriminação racial e elevação da autoestima da criança negra. (OLIVEIRA, 2004. p. 20).

Ao levar as atividades culturais para as escolas, a AUCNM estabeleceu um canal de comunicação mais eficiente com os alunos e professores e assim o trabalho de valorização da cultura africana e afro-brasileira se tornou mais produtivo.

No ano de 1995, por conta das comemorações pelos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares,⁶⁸ a Associação União e Consciência Negra promoveu o *Concurso de Redação 300 Anos de Zumbi Dos Palmares* (Figura15).

⁶⁸ Zumbi dos Palmares provavelmente nasceu no ano de 1655, no estado de Alagoas. Ícone da resistência negra à escravidão, liderou o Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos das fazendas no Brasil Colonial. Localizado na região da Serra da Barriga, atualmente integra o município alagoano de União dos Palmares. In. http://www.palmares.gov.br/?page_id=8192. [Acesso 23/ ago. 2021].

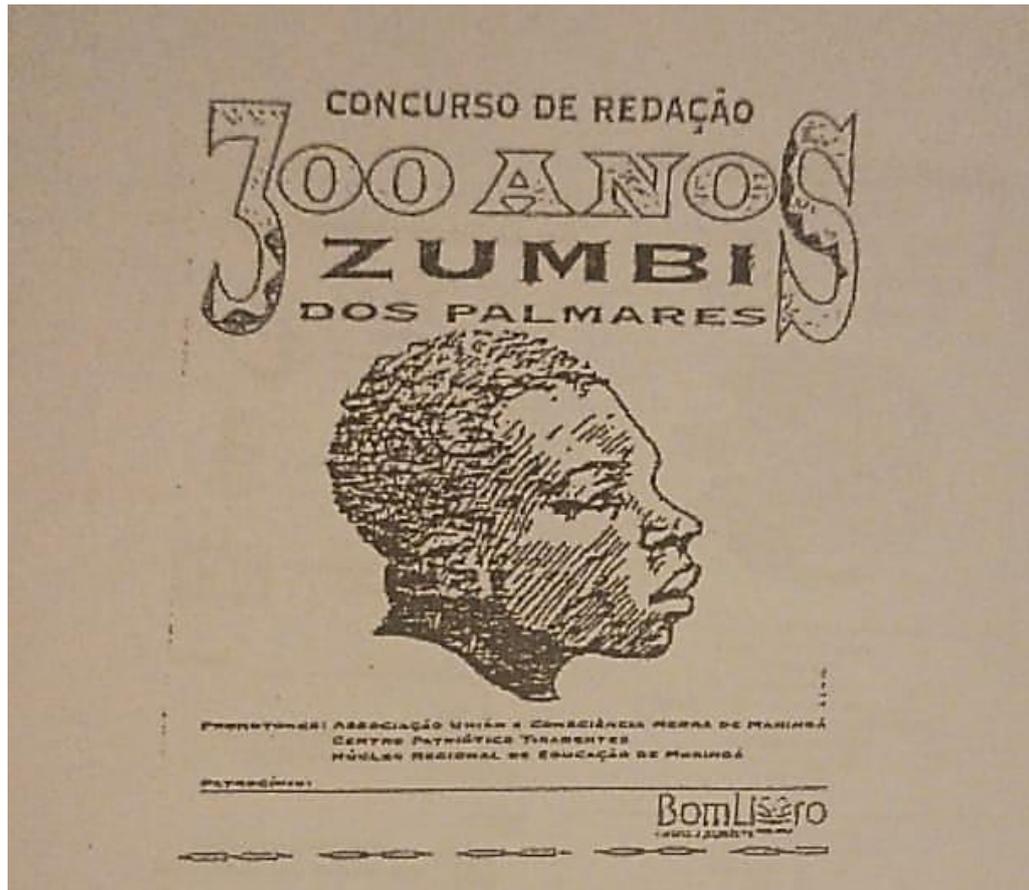


Figura 15 Cartaz do Concurso de Redação 300 anos de Zumbi dos Palmares (1995)
Fonte: Arquivo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira

O concurso, feito em parceria com o Núcleo Regional de Educação de Maringá (NRE) e o Centro Patriótico Tiradentes, e teve como público alvo os alunos da rede pública e privada de Ensino da cidade de Maringá. Foram inscritos 147 trabalhos, dos quais três acabaram escolhidos por uma Comissão julgadora. Cabe destacar que todos os participantes receberam certificado de participação, conforme o modelo a seguir. **(Figura16)**

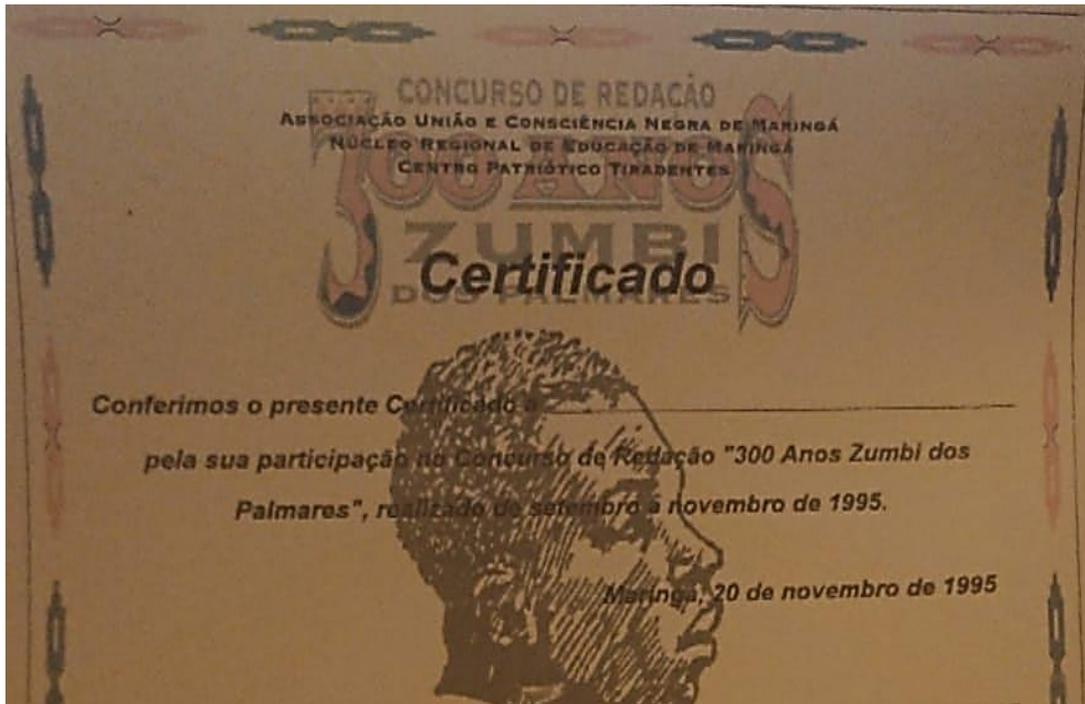


Figura 16 Certificado de participação no Concurso de Redação 300 anos de Zumbi dos Palmares (1995).
Fonte: Arquivo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira

Outra grande iniciativa da AUCNM foi a criação do *Curso Pré-Vestibular Professor Milton Santos*.⁶⁹ Segundo Amilcar Pereira (2013: p. 315), tal estratégia foi adotada em âmbito nacional em meados dos anos 1990 visando “levar jovens negros às universidades através da criação dos primeiros pré-vestibulares para negros e carentes”. Historicamente, a universidade brasileira sempre excluiu de seus bancos escolares os mais pobres e, dentre estes, sobretudo os negros. Nos anos 1980 e 1990, o percentual de negros nas instituições de ensino superior era baixíssimo. Sem ter condições de custear os estudos em escolas particulares ou pagar cursinhos pré-vestibulares, boa parte dos alunos negros sequer nutria o sonho de chegar à universidade. E, quando, persistiam, enfrentavam a concorrência da classe média e das elites, que, devido ao fato de terem melhores condições financeiras, se preparavam melhor para as provas do vestibular.

⁶⁹ Considerado o maior geógrafo brasileiro, Milton Santos nasceu no estado da Bahia, no município de Brotas de Macaúbas, em 3 de maio de 1926. Bacharel em Direito, Santos trocou os tribunais pela sala de aula em razão de sua paixão pela Geografia. Em 1958, já atuando no ensino superior, concluiu o doutorado em Geografia pela universidade de Strasbourg (França). Ativo na vida política, foi preso em 1964, quando o país sofreu um golpe militar. No exílio, lecionou em diversas universidades estrangeiras em países como os Estados Unidos, Canadá e França. Ao retornar ao Brasil, ingressou na faculdade de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), onde fez carreira. Faleceu em 24 de junho, em São Paulo, deixando uma extensa e importante obra sobre a geografia urbana brasileira e mundial. Sobre a trajetória intelectual de Milton Santos, ver: SILVA, Maria Auxiliadora da. Milton Santos: o homem, o seu tempo e o seu espaço. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. O mundo do cidadão, um cidadão do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

Nesse contexto, a existência de um curso preparatória representava para muitos jovens negros a oportunidade ingressar no ensino superior. Assim como ocorreu em outros pré-vestibular ofertados pelo movimento negro pelo país, as aulas do curso ofertado pela AUCNM eram ministradas por professores voluntários, pois a entidade não possuía recursos suficientes para remunerá-los.

ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ
 Fundada em 20 de novembro de 1985 - Reg. CTD nº 1570 - CNPJ 80.612.682/0001-22
 Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 3.207/92 e Estadual pela Lei nº 12852/2000
 Sede Provisória: Av. Brasil, 3746 - Telefax: 226-5512 - CEP: 87013-903 - Maringá PR

CURSO PREPARATÓRIO MILTON SANTOS
FICHA DO ALUNO

Nome _____

Pai _____

Mãe _____

Naturalidade _____ Cor _____ Religião _____

Endereço _____

Bairro _____

Profissão _____

Empresa _____

Endereço _____ Fone: _____

Casado: _____ Sim _____ Não _____

Nome do Cônjuge _____

O Cônjuge estuda? Sim _____ Não ()

Nº de Filhos _____

Mora com os pais? Sim () Não ()

Número de irmãos: _____ Solteiros _____

Casadas _____

Cursou: Ensino Regular _____ Concluído em _____

Ensino Supletivo _____ Concluído em _____

Nome do estabelecimento: _____

Maringá, / / .

Figura 17 Ficha de inscrição do Aluno.
Fonte: Arquivo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira

Coordenado pelas professoras Aracy Adorno Reis e Rosângela Rosa Praxedes, o curso começou a funcionar no mês de setembro de 2001, nas dependências Escola Estadual Ayrton Plaizant, localizada na zona 07, região central da cidade. Contudo, sob alegação de não poder mais ceder o espaço físico, a direção da escola solicitou a entrega da sala e então foi preciso procurar outro lugar para que as aulas acontecessem. Assim, estas foram transferidas para o Colégio Estadual Maria Goretti, situado na avenida 19 de dezembro, numa região mais afastada do centro da cidade.

De acordo com seu Alcor,

O curso foi pioneiro do gênero na cidade e teve uma ampla divulgação, sendo por mais de uma vez matéria de TV transmitido em programa de rede estadual. Foi também motivo de fortes reações de alguns setores da comunidade que entendiam estarmos forjando, com o curso só para negros, uma ação discriminatória e que estávamos querendo dividir o que não deveria ser dividido. Era comum a pergunta: Por que só para negros? Procurávamos argumentar de que se tratava de uma ação compensatória, visto que esses jovens não tinham condições de pagar um curso em escola privada e assim sem chance de competir em pé de igualdade nos exames vestibulares com alunos que conseguem pagar tais cursos. (OLIVEIRA, 2004. p. 27).

Nos primeiros anos de seu funcionamento, o curso teve apoio da Assessoria Especial de Promoção da Igualdade Racial Município de Maringá, que cedeu as apostilas e também as passagens no transporte coletivo para os alunos. Entretanto, tempos depois, a parceria foi descontinuada sob a alegação de que o município não poderia continuar arcando com as referidas despesas. Logo de início, o curso deu resultados, pois alguns alunos conseguiram ingressar na universidade. Contudo, algum tempo depois, iniciativa teve de ser interrompida:

Custear giz, apagadores, livros de frequência, impressões, e conceder certo valor à escola que cedia o espaço físico contribuiu para que o cursinho tivesse somente quatro fases. Numa avaliação geral podemos afirmar que o curso tem representado para muitos jovens a única esperança de poder entrar numa faculdade e realizar o sonho de concluir um curso superior. (OLIVEIRA, 2004. p. 28).

Conquanto o curso não tenha tido uma longa duração, fato este devido principalmente à falta de recursos financeiros indispensáveis à sua manutenção, sua oferta representou um marco importante na mobilização da juventude negra de Maringá e região. Para além do ingresso imediato de dezenas de estudantes negros na universidade, a oferta do curso motivou a comunidade negra a buscar o ingresso no ensino superior.

3.2.2. As ações da AUCNM: organização de eventos

No entendimento da Associação União e Consciência Negra, o combate ao racismo passava necessariamente pelo debate público, ou seja, era preciso falar sobre a discriminação racial e buscar evidenciar e valorizar o negro. Nesse sentido, vários eventos foram organizados pela associação, tais como: o *Seminário Condição & Perspectiva do Povo Negro no Brasil* (**Figura 18**), realizado em 27/10/1991, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá

(UEM) e com os coordenadores do fórum de entidades negras do Paraná, Jose de Arimatéia Gomes e Jorge Alves de Oliveira.

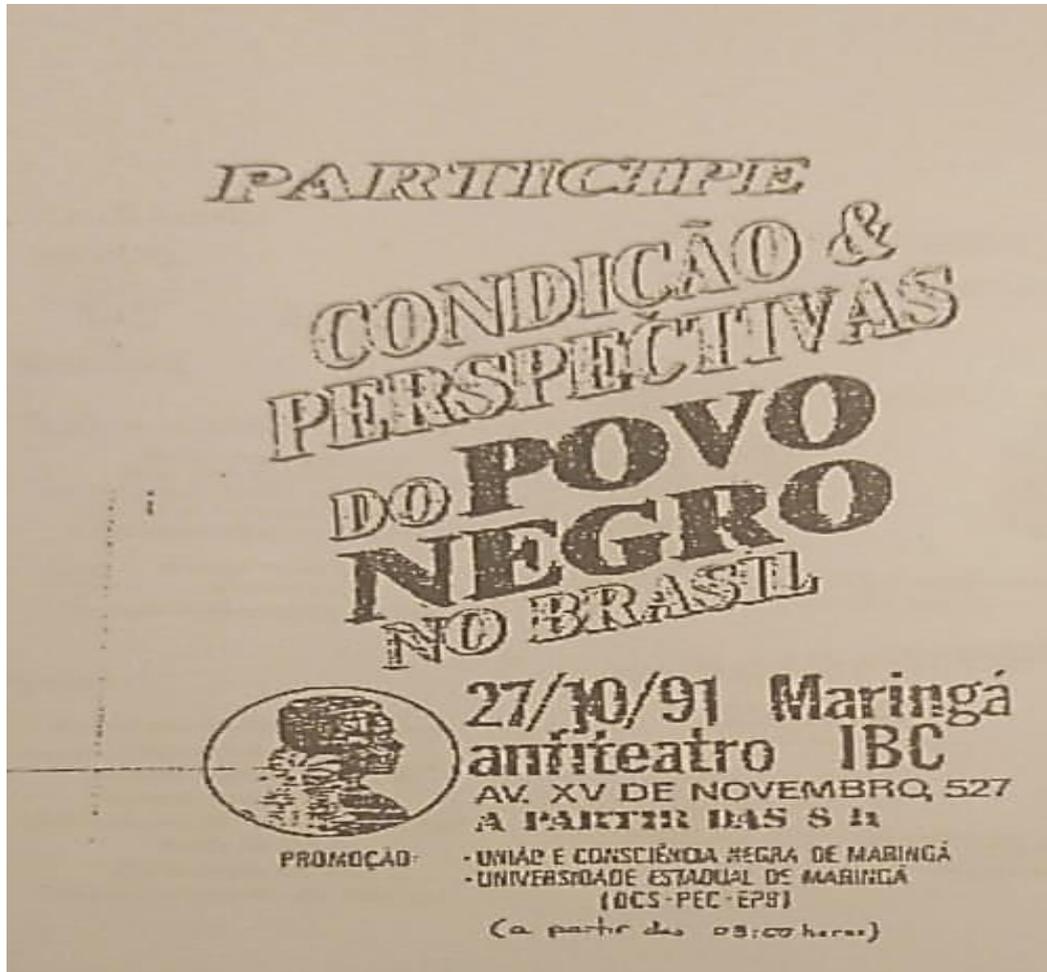


Figura 18 Cartaz do evento: Condição e Perspectivas do Negro no Brasil
Fonte: Acervo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira

No ano de 1997 a AUCNM promoveu, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá - SINTEEMAR e a Câmara Municipal de Maringá, o curso *A História dos Povos Africanos – África: Aspectos Civilizacionais Anteriores a Invasão Europeia* (**Figura 19**), o qual foi ministrado pelo Professor Jose Carlos Gomes dos Anjos, mestre e doutorando (à época) em Antropologia Social pela UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

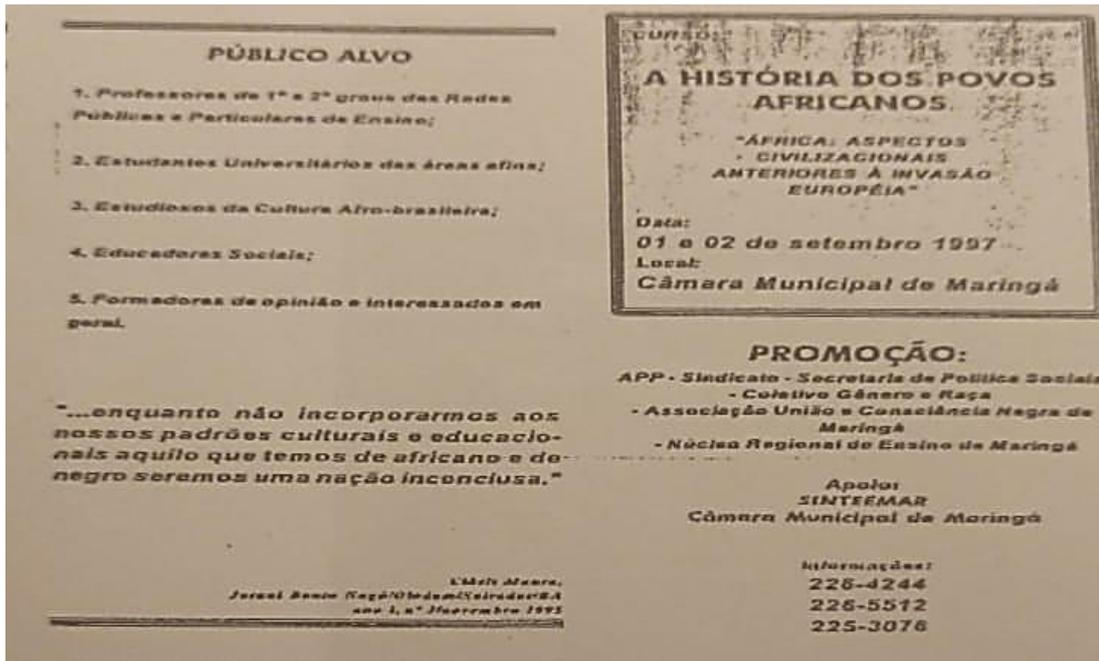


Figura 19 Cartaz do evento: A História dos Povos Africanos - África: Aspectos Civilizacionais Anteriores à Invasão Europeia Fonte: Acervo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira

No ano de 1999 a associação ofertou o curso *Abordagem Interdisciplinar da Questão Racial no Brasil: a questão do Negro* (Figura 20), evento este destinado aos professores da rede pública de ensino de Maringá e região, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Marivânia Conceição Araújo.⁷⁰

⁷⁰ A professora Marivânia Araújo possui mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Atualmente é professora da Universidade Estadual de Maringá. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: Maringá, população negra, educação, cotas raciais e relações raciais. Leciona no Programa de Mestrado em Ciências Sociais-PGC/UEM e no Mestrado Profissional em Políticas Públicas-PPP/UEM, ambos na UEM. É coordenadora do NEIAB/UEM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiro, atua nas mídias sociais participando da luta antirracista e é associada à ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Ver: <http://lattes.cnpq.br/2408310107734343>.

| | |
|--|--|
| INFORMAÇÕES | <p><i>Universidade Estadual de Maringá</i> Pró-Reitoria de Extensão e Cultura Coordenadoria de Apoio ao Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Educação Especial - CAE Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Departamento de Ciências Sociais</p> <p style="text-align: center;">CURSO DE EXTENSÃO</p> <p style="text-align: center;">ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: A QUESTÃO DO NEGRO</p> <p style="text-align: center;">Coordenador Prof.ª Marjuziana Conceição de Araújo</p> <p style="text-align: center;">Maringá - Paraná - Brasil 1999</p> |
| APP - SINDICATO - Núcleo de Maringá Ed. Amélia - Fone: 226-4244 CAE - UEM | |
| Bloco 104 - sala 22 - fone: 261-4183 fone/fax 44 263-7228 Campus Universitário, Avenida Colombo 5790, zona 07 CEP 57020-900 - Maringá - PR Horário de atendimento: manhã e tarde | |
| DEF. DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UEM | |
| ENDEREÇO: Av. Colombo 5790, Jardim Universitário Bloco G-34 - Sala 05 FAX (44) 2637333 TELEFONE: (44) 261-4288 E-mail: dea@uem.br | |
| HORÁRIOS DE ATENDIMENTO Segunda à Sexta (Manhã-Tarde-Noite) Horário: das 8h00 às 11h40 Das 17h30 às 17h30 Das 19h00 às 22h00 (até Quinta-feira) | |
| INSCRIÇÕES | |
| APP - SINDICATO - Núcleo de Maringá Rua Joubert de Carvalho, 623 Ed. Amélia - 6 andar - sala 601 - Fone: 226-4244 Cep: 57013-911 - MARINGÁ - PR | |
| PROMOÇÃO: - DEPTO. DE CIÊNCIAS SOCIAIS/UEM - CAE - COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL ME-DIO E EDUCAÇÃO ESPECIAL - ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ - COLETIVO GÊNERO E RAÇA DA APP - SINDICATO - NÚCLEO DE MARINGÁ - NÚCLEO REGIONAL DE ENSINO DE MARINGÁ | |

Figura 20 Cartaz do evento: *A História dos Povos Africanos - África: Aspectos Civilizacionais Anteriores a Invasão Europeia* Fonte: Acervo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira

No ano seguinte, a AUCNM ajudou a organizar o *Encontro de Negros e Negras do Paraná*, uma realização em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), APP/Sindicato e SESC/Maringá. O Encontro teve a presença do Prof. Dr. Kabengele Munanga, da USP, importante referência no debate sobre relações raciais no Brasil.

Como se pode notar, a AUCNM promoveu o debate público sobre a questão racial como forma de chamar a atenção da sociedade sobre a importância de se combater o preconceito e a invisibilização da história do povo negro no Brasil. Para tanto, estabeleceu parcerias com sindicatos e também com a associação dos professores e a universidade.

3.2.3. As ações da AUCNM: O combate ao racismo e à discriminação racial

Outra importante frente de luta da AUCNM foi o combate ao racismo e à discriminação racial na cidade de Maringá e região. Desde a sua criação, a AUCNM passou a ser uma importante referência para a população negra, que agora tinha a quem recorrer para denunciar as violências sofridas por conta de sua cor e pertencimento racial. Para tanto, foi de grande valia a presença do Sr. Alaor Gregório de Oliveira, posto que era um advogado experiente e atento ao cenário local, estadual e nacional. Qualquer que fosse a prática racista, o Sr. Alaor

imediatamente articulava com os demais integrantes da AUCNM para se posicionarem a respeito, cobrando dos infratores a reparação ou a retratação de seus atos, como no episódio que narraremos a seguir.

No final do ano de 1996, o extinto Banco Banestado lançou e distribuiu em suas agências um calendário anual do ano vindouro (1997) como forma de divulgação da imagem do banco.⁷¹ Na peça publicitária em questão, a campanha mostrava imagens dos diversos grupos de imigrantes que se fixaram no Paraná e, portanto, contribuíram com o desenvolvimento do estado. O calendário, contudo, não mencionava a contribuição da população negra para a formação sócio-cultural do estado - o que causou indignação e gerou uma imediata reação da AUCNM. Em conjunto com o núcleo da APP - Sindicato de Maringá, a associação prontamente encaminhou um ofício ao presidente do referido banco solicitando a reparação da flagrante omissão e/ou ausência da “raça negra” na composição do aludido calendário (**Figura 21**).

⁷¹ O Banestado – Banco do Estado do Paraná S/A – foi fundado em 15 de outubro de 1928. Durante várias décadas, foi o principal agente público de financiamento do desenvolvimento do estado e um dos bancos mais sólidos do país. No ano de 2000, em meio ao contexto de privatizações incentivadas pelo governo federal do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi privatizado e adquirido pelo Banco Itaú. O processo de privatização do Banestado ocorreu em meio a uma série de protestos, denúncias de corrupção e escândalos financeiros.

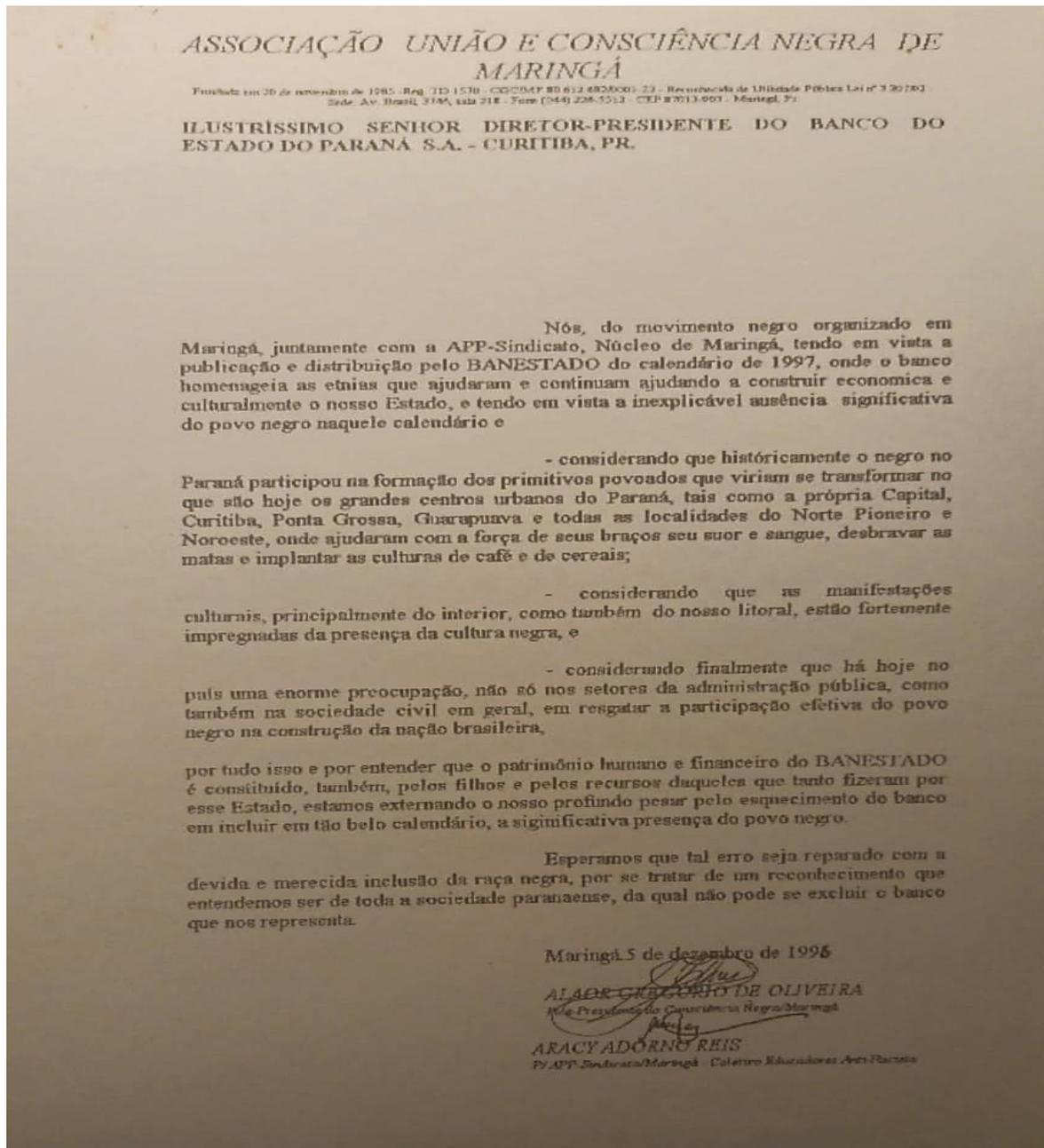


Figura 21 Ofício ao Diretor Presidente do Banestado (1996)

Fonte: Acervo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira

Em resposta ao ofício da AUCNM a direção do banco defendeu a posição excludente adotada pela instituição, utilizando como argumento o fato de “que segundo renomado historiador curitibano a presença dos negros não tinha sido significativa na história do Paraná e que por isso não haviam colocado referência alguma de tal grupo étnico” (OLIVEIRA: 2004, pp.33-34). O “renomado” historiador curitibano em questão era Alfredo Romário Martins, autor de *História do Paraná* (1892; 1995), obra pioneira sobre a história do estado e um dos expoentes

do movimento paranista.⁷² No livro em questão, Romário Martins constrói uma imagem acerca do povo paranaense como sendo fruto da miscigenação do português com o índio, negando, portanto, um lugar de destaque para a contribuição do negro nesse processo (FELIPE: 2018, p. 12).

A resposta dada pelo Banestado gerou ainda mais indignação nos membros da AUCNM, que retrucaram prontamente o argumento apresentado, conforme relatou seu Alaor:

Inconformados e sabendo tratar-se de uma inverdade, entramos em contato com a Prof.^a Gracita Gruber Marcondes da UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste, de Guarapuava, por termos conhecimento que a mesma havia desenvolvido juntamente com sua irmã Prof.^a Alcioly Therezinha Gruber Abreu, um longo e detalhado estudo sobre a participação negros na colonização do Paraná. A referida professora não só nos respondeu contestando a afirmação equivocada do historiador curitibano como nos mandou dois exemplares de seu livro *Escravidão e Trabalho*.⁷³ Após recebermos as informações, com cópias de documentos que constavam no livro recebido, provando a participação negra na colonização do estado, e esperando as reparações solicitadas. Não recebemos nenhuma resposta e o calendário circulou somente com as imagens de grupos étnicos não negros. (OLIVEIRA, 2004. p. 34).

Embora a direção do banco não tenha feito a reparação solicitada pela AUCNM, possivelmente em razão dos gastos com a produção e impressão de milhares de peças de um novo calendário, a ação de protesto se constituiu num importante registro ao questionar a ideologia paranista, segundo a qual a presença negra na formação do estado foi inexistente ou inexpressiva. Como demonstrado no capítulo 2, diversas obras historiográficas (livros, artigos, teses, dissertações e monografias) demonstram o quanto a presença dos africanos e seus descendentes foi importante para o desenvolvimento de diversas áreas e regiões do Paraná desde os primórdios de sua formação histórica até os dias atuais.

Outra importante ação jurídica encampada pela AUCNM diz respeito a um processo movido no ano de 1997 para a retirada de circulação um livro didático adotado nas escolas públicas e privadas do Paraná, por conter conteúdo discriminatório. Aqui, cabe destacar que o movimento negro sempre denunciou a presença de conteúdos e abordagens racistas nos livros didáticos bem como cobrou a inserção propositiva da história e cultura africana e afro-brasileira (SILVA: 2019).

⁷² Sobre o paranismo ou movimento paranista ver: PEREIRA, Luís. Fernando. L. *Paranismo: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da Primeira República*. Curitiba, Pr: Aos Quatro Ventos, 1997.

⁷³ MARCONDES, Gracita Gruper; ABREU, Alcioly Therezinha Gruper. *Escravidão e Trabalho*. Guarapuava: UNICENTRO, 1991.

O livro em questão fazia parte de uma coleção destinada aos alunos da 5ª série (atual 6º ano) do ensino fundamental, intitulada “*Uma história em construção*” (Vol. I), de autoria de José Rivair de Macedo e Mariley W. Oliveira.⁷⁴



Imagem 6 Capa do livro didático *Uma História em Construção*. Fonte: Reprodução de exemplar físico.

Em que pese a obra conter uma abordagem historiográfica que destacava a resistência e o protagonismo do negro na história do Brasil, um de seus capítulos trazia algumas passagens contendo versos e quadras racistas como forma de denunciar a existência do racismo em nossa sociedade. O grande problema se deu justamente na inadequação de parte da narrativa reproduzida no capítulo 9 em relação ao público alvo, ou seja, aos alunos da antiga 5ª série – em geral com média de idade entre 11 e 12 anos. Isto porque, ao reproduzir as frases em que os negros eram ridicularizados e inferiorizados, a obra, ainda que inconscientemente, acabou por ferir a autoestima dos alunos negros (as), como notou a professora da rede pública estadual que comunicou o fato às lideranças da AUCNM (OLIVEIRA: 2004, pp.36-38).

Imediatamente, a associação comunicou o que estava acontecendo ao Núcleo Regional de Maringá (NRE) e também à própria Secretaria de Estado da Educação (SEED) e, ao perceber

⁷⁴ MACEDO, José Rivair de; OLIVEIRA, Mariley Wanderley Oliveira. *Uma história em construção* (4 volumes). São Paulo: Editora do Brasil, 1996. A coleção foi comercializada, com correções e atualizações, até o ano de 2008.

a inércia desses órgãos em resolver o problema, acionou o Ministério Público. Orientado pelo promotor, o Dr. Alaor, advogado da AUCNM, representou o Secretário de Estado da Educação para que o mesmo se posicionasse a respeito.

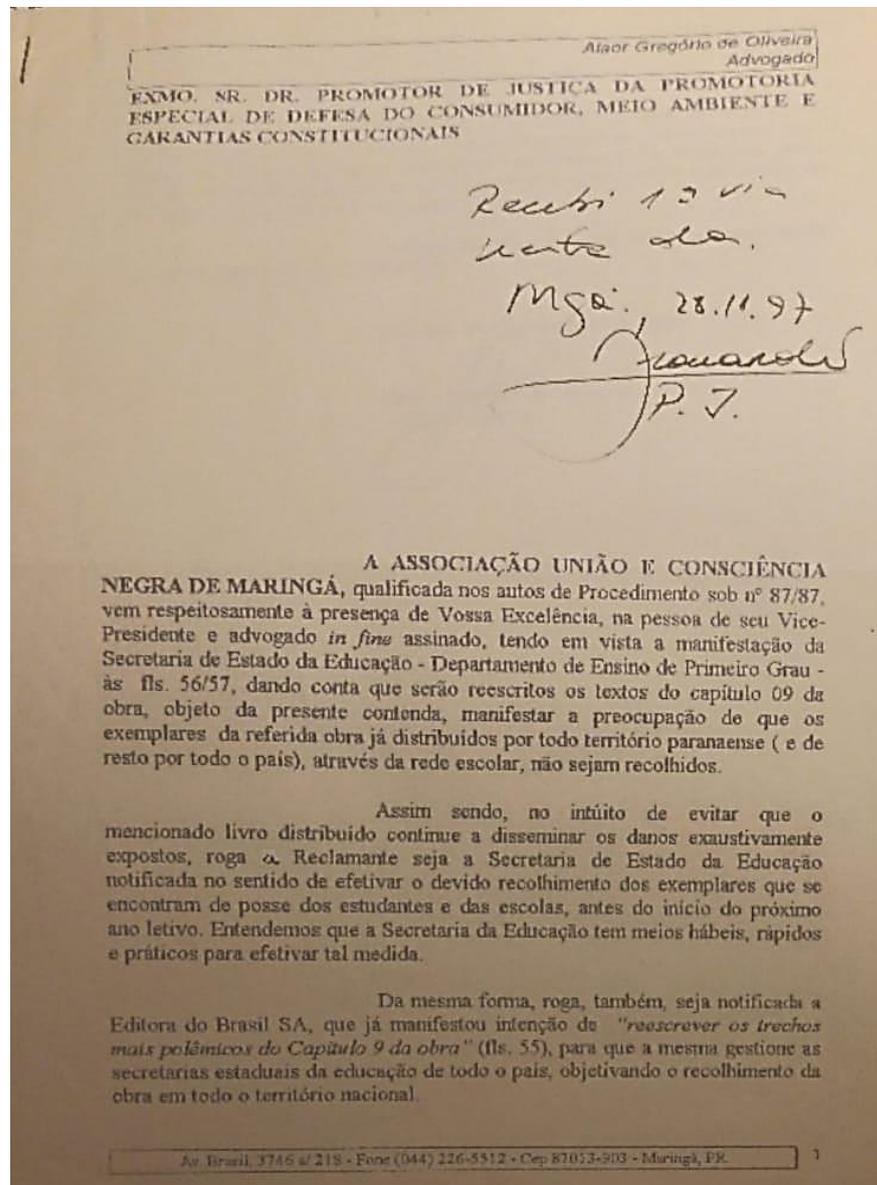


Figura 22 Ofício ao Promotor de Justiça da Promotoria especial de defesa do consumidor, meio ambiente e garantias constitucionais. 01/02 Fonte: Acervo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira

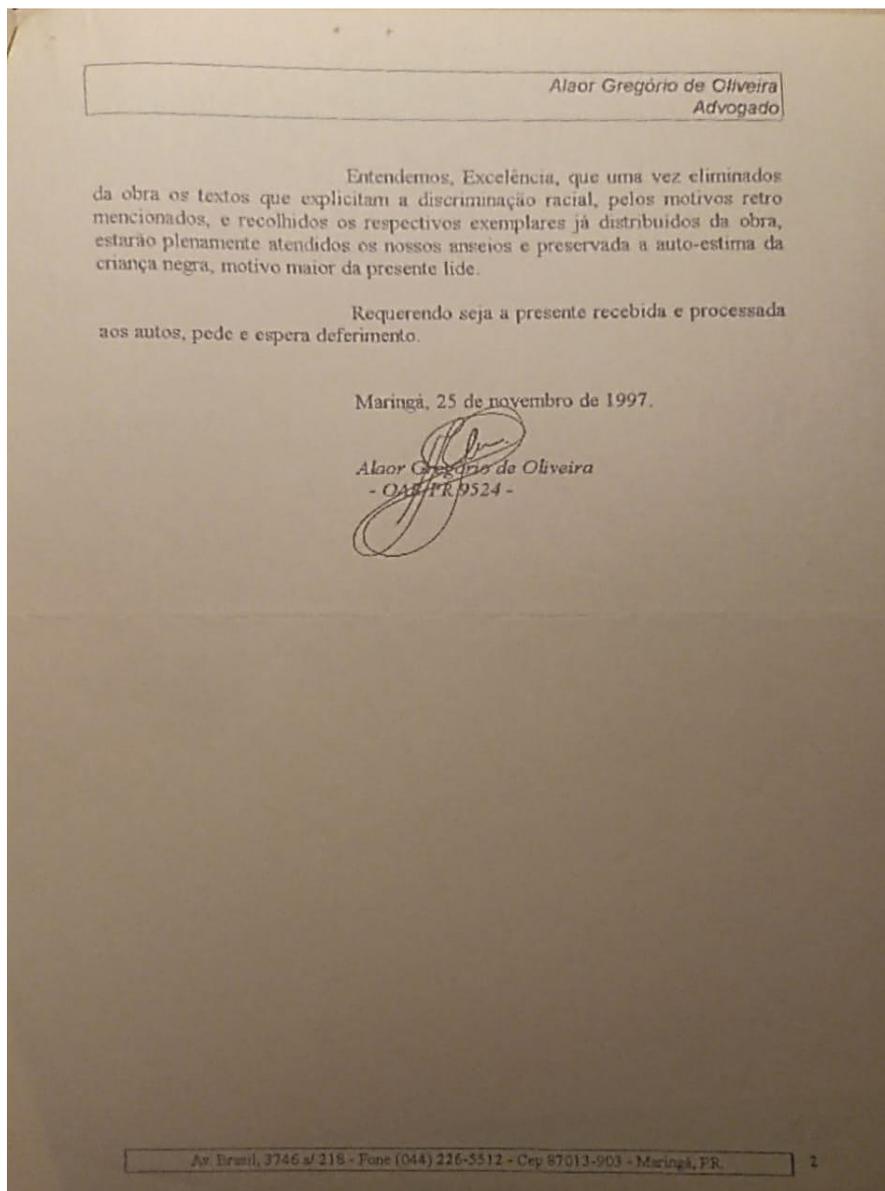


Figura 23 Ofício ao Promotor de Justiça da Promotoria especial de defesa do consumidor, meio ambiente e garantias constitucionais. 02/02 Fonte: Acervo Pessoal Alaor Gregório de Oliveira

Com este ato jurídico, finalmente a SEED tomou providências e acionou Editora do Brasil para se pronunciar a respeito. Segundo seu Alaor,

O representante da editora, então, solicitou trinta dias para tentar solucionar o caso, mas antes de findar o prazo concedido pela promotoria, a editora, através da Secretaria de Estado da Educação, comunicou ao Senhor Promotor de Justiça e a nós, da AUCNM, **que resolvera extrair as citações que estavam causando problemas e os autores reescreveram o capítulo polêmico do livro, através de um encarte que nos foi enviado para apreciação.** Além disso, a SEED também se comprometia a recolher o livro de circulação para devolvê-lo, devidamente alterado. **O certo é que no ano letivo seguinte o livro não mais apareceu na rede pública de ensino (OLIVEIRA: 204, p. 38).**

A vitória obtida pela AUCNM na questão envolvendo o livro didático é um exemplo de como a atuação da entidade foi e continua sendo necessária. A retratação da Editora do Brasil, comprometendo-se a reescrever o capítulo da obra, teve impacto nacional, pois a coleção em questão havia sido adotada em diversos estados brasileiros. Com certeza, a repercussão do episódio chamou a atenção para a necessidade de as editoras e os autores estarem mais atentos na elaboração dos materiais didáticos e das estratégias de transposição pedagógica dos conteúdos nos livros.

3.2. 4. As ações da AUCNM: Assessoria Especial de Promoção da Igualdade Racial (2001-2021)

Outra importante conquista da AUCNM foi a criação de uma assessoria especial para tratar das reivindicações do movimento negro de Maringá. A partir dos anos 1980, como a redemocratização política do país, o movimento negro brasileiro passou a empregar novas estratégias de atuação. Uma delas foi a aproximação com o Estado, a partir da interlocução com os poderes legislativo e executivo. Conforme ressalta Amilcar Pereira (2013: p.289), esse movimento não foi algo consensual entre os militantes, pois “setores mais radicais do movimento, que se contrapunham a essa articulação com os poderes públicos, consideravam que o movimento deveria lutar contra o racismo de maneira independente, sem vinculação com partidos políticos nem com o Estado”. As discordâncias, contudo, não impediram que, a partir de então, algumas lideranças do movimento negro passassem a ocupar cargos na máquina pública. Além disso, o fato de alguns partidos políticos como o PDT e o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) criarem em suas estruturas setores para tratar da questão racial aumentou as chances dessa aproximação – ainda que os cargos conquistados na máquina pública tivessem um “*status* inferior dentro da estrutura do Estado” (PEREIRA: 2013, p.298).

Em Maringá, essa aproximação mais efetiva com o poder municipal aconteceu durante a campanha eleitoral de 2000. Naquela oportunidade, o candidato José Cláudio Pereira,⁷⁵ do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu compromisso junto à AUCNM de que, se fosse eleito, criaria “uma assessoria exclusiva para tratar das questões relacionadas com os negros, com a finalidade de ajudar no combate ao racismo e desenvolver projetos para facilitar a inclusão do negro na escola e no mercado de trabalho “ (OLIVEIRA: 2004, p.22). Eleito, o prefeito José

⁷⁵ José Cláudio Pereira (1952-2003) foi o primeiro prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em Maringá, partido ao qual se filiou em 1991. Eleito no ano de 2000, governou a cidade até ser acometido por um câncer no intestino, vindo a falecer em 16 de setembro de 2003.

Cláudio Pereira cumpriu a promessa e logo no primeiro ano de seu mandato (2001) criou a Assessoria Especial da Comunidade Negra, indicando para a sua coordenação Valdeir Gomes da Silva e Cleuza Souza Teodoro, nomes estes indicados pela AUCNM. Cabe destacar que a Assessoria Especial foi mantida pelos governos seguintes, sendo que a partir do ano de 2017 a mesma passou a ser denominada Gerência de Promoção da Igualdade Racial (GEPİR). A tabela a seguir apresenta os assessores (as) que estiveram à frente do órgão nos últimos 20 anos:

| GESTÃO | PREFEITO | ASSESSORES |
|---------------|--------------------------------|--|
| 2001-2004 | José Cláudio Pereira Neto (PT) | Valdeir Gomes |
| 2005-2008 | Sílvio Barros II (PP) | Claudete dos Santos Ademir Félix de Jesus |
| 2009-2012 | Sílvio Barros II (PP) | Ademir Félix de Jesus |
| 2013-2016 | Carlos Roberto Pupin (PP) | Hércules Ananias de Souza |
| 2017-2020 | Ulisses Maia (PDT) | Valdeir Gomes |
| 2021-2024 | Ulisses Maia (PSD) | Valdeir Gomes |

Tabela 2 Assessoria da Igualdade Racial em Maringá (2011-2021). Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá

A manutenção da Assessoria da Igualdade Racial em diferentes governos, e de diferentes orientações partidárias, indica o reconhecimento das conquistas obtidas pelo movimento negro local, pois nesse período foram implementadas várias políticas pública em âmbito nacional, estadual e municipal, como as leis 10.639/03 e 11.645/08, a criação da SEPPİR, a política de cotas raciais nas universidades, o Estatuto da Igualdade Racial, etc.⁷⁶ Ainda que nem todos os prefeitos acima mencionados tenham nomeado os assessores em comum acordo com as entidades do movimento negro local, o fato de se conservar um órgão destinado à promoção da igualdade racial têm sido fundamental para a comunidade negra maringaense. Nessas duas décadas de atuação, a Assessoria, hoje Gerência, tem realizado e apoiado diversas ações em conjunto com a AUCNM, o Centro Cultural Jhamayka, o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques, dentre outras entidades negras da cidade.

Como se pode notar, a atuação de AUCNM no combate ao racismo e à discriminação racial em Maringá foi marcada por muitas dificuldades e também por muitas conquistas. Atuando em diversas frentes, os poucos membros da entidade realizaram ações notáveis e

⁷⁶ Por meio da Lei nº 9882, de 26 de novembro de 2014, a Câmara Municipal aprovou a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), e o fundo municipal de políticas de promoção da igualdade racial.

extremamente importantes para notabilizar a presença negra na cidade. Entretanto, algumas lideranças da AUCNM sentiam a necessidade de desenvolver ações mais específicas junto a determinados públicos e espaços da cidade. Tal é o caso do Centro Cultural Jhamayka, do qual falaremos a seguir.

3.3. O Centro Cultural Jhamayka

As práticas culturais têm sido historicamente utilizadas como uma importante estratégia para a mobilização política da comunidade negra - embora nos anos 1970 e 1980 tenha havido uma certa resistência a tal estratégia por uma parte da militância que se definia com grupos estritamente políticos, sendo, portanto, avessos ao que denominavam de “culturalismo” (HANCHARD: 2001; PEREIRA: 2013, p.222). Por sua vez, os defensores das práticas culturais como elementos mobilizadores apostavam justamente na força das manifestações culturais afro-brasileiras como o melhor caminho para se estabelecer o diálogo com a população negra.

É o que parece ter orientado os fundadores do Centro Cultural Jhamayka, oficialmente criado em 12 de dezembro de 2001.⁷⁷ Esta organização privada, sem fins lucrativos, nasceu com o objetivo de apoiar as famílias em vulnerabilidade social que residem nos conjuntos Santa Felicidade e João de Barro I. Seu idealizador e principal entusiasta é Sr. Osmar Batista, também conhecido por “Osmar Jahmaica”.



Imagem 7 Osmar Batista ou Jhamaica (Foto divulgação)

⁷⁷ Anos mais tarde, por meio da lei 15.559 de 29 de junho de 2007, o Centro Cultural Jhamayka foi declarado de utilidade pública pelo Governo do Paraná.

Nascido no dia 30 de março de 1958, no município de Bom Sucesso –Pr, Osmar Batista é o segundo filho mais velho de uma família de sete irmãos. Aos dois anos de idade, migrou com os pais para a cidade de Umuarama- Pr, onde permaneceu até os 14 anos. Com a separação dos pais, ele, sua mãe e os seis irmãos foram viver na pequena cidade de Ubiratã, onde seu avô materno possuía um sítio. A busca por melhores oportunidades fez com que, um ano depois, sua mãe se transferisse com os filhos para Maringá, onde uma de suas irmãs já residia. Era março de 1972. Osmar relatou que na infância teve muitas dificuldades para estudar, pois morava na zona rural e tinha que andar até seis quilômetros para chegar à escola. Com muito sacrifício, conseguiu concluir o ensino fundamental. Como era o homem mais velho da família, desde cedo teve de trabalhar para ajudar no sustento da casa. Contudo, naquela época, era muito difícil para alguém com pouco estudo conseguir um bom emprego e por isso teve de exercer atividades temporárias, trabalhando por muito tempo na condição de “bóia-fria” nas colheitas sazonais de café e algodão. Aos 18 anos, se alistou no exército, onde serviu por um ano na cidade de Curitiba. Ao retornar para Maringá, ficou novamente sem emprego e resolveu migrar para o estado de São Paulo, onde ficou por quatro anos. Depois, passou um ano no Mato Grosso, sempre trabalhando sazonalmente. A fixação definitiva em Maringá só ocorreu após o casamento, quando então já tinha 24 anos. Em 1987, Osmar prestou concurso e ingressou no serviço público federal na Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Neste órgão, atuava no serviço de combate às doenças endêmicas - tais como a doença de chagas, a leishmaniose, esquistossomose, etc. - que assolavam e ainda assolam a população mais carente do país. Foi assim que passou a conhecer o conjunto João de Barro, onde mesmo antes de fixar residência iniciou um projeto social em prol dos moradores cujas casas estavam infestadas de “percevejos”.⁷⁸ Também data dessa época seus primeiros contatos com o movimento negro em Maringá, através da filiação e participação na AUCNM.

A estabilidade no emprego representou um divisor de águas na vida de Osmar Batista. Com trabalho fixo e uma remuneração adequada, ela passou a se dedicar-se à realização de antigos sonhos. Assim, no começo da década de 1990, construiu uma casa e passou a lutar por melhorias nos conjuntos João de Barro e Santa Felicidade, se tornando uma referência para a comunidade local, chegando a ocupar o posto de presidente de bairro. Em 2001, após conversar com alguns amigos, decidiu criar um projeto para levar cultura às crianças e adolescentes. Nascia, assim o Centro Cultural Jhamayka. O nome do Centro foi sugerido pelos amigos a partir de seu apelido, que por sua vez lhe foi dado pelo fato de usar roupas africanas, como batas e o

⁷⁸ Inseto também conhecido como “barbeiro”, é o principal transmissor da doença de Chagas.

eketé - uma espécie gorro litúrgico utilizado por adeptos de religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé.

Na visão do seu Osmar, o movimento negro precisava estar mais inserido nos bairros de Maringá, uma vez que as residências mais afastadas da região central da cidade estavam se tornando locais violentos e com poucas oportunidades para as crianças, adolescentes e jovens. Mantê-los ocupados em atividades educativas e culturais se constituía uma alternativa ao mundo das drogas e do crime. Cabe destacar que o Centro Cultural Jhamayka está sediado no bairro Santa Felicidade e as ações desenvolvidas em prol da população negra contemplam também o bairro João de Barro I, uma vez que ambos são separados apenas por uma rua. Historicamente, este bairro foi formado para abrigar parte da população de baixa renda que vivia nas 14 favelas existentes na cidade, de modo a deixar livre a região central da cidade (RODRIGUES: 2004).

Nestes vinte anos de existência, o Centro Cultural Jhamayka já realizou dezenas de projetos culturais e sociais, os quais foram muito importantes para a comunidade negra de Maringá, conforme veremos a seguir.⁷⁹

Começamos pelo projeto *Um Conto de Nagô*, produzido e dirigido por Paulo Bahia e executado em parceria com a Assessoria de Igualdade Racial do município a partir do ano de 2010.⁸⁰ Baseado na lenda africana *O Sapo e a Cobra*, o conto trabalha de forma lúdica a importância de combatermos o preconceito. O espetáculo, encenado em forma de teatro de fantoches, já foi apresentado nas escolas e creches municipais, contemplando 22 escolas e Centros Municipais de Educação Infantil para mais de 4 mil alunos.

⁷⁹ Muitas das atividades desenvolvidas pelo Centro Cultural Jhamayka podem ser vistas em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mkhh547BeQI>.

⁸⁰ Paulo Sérgio Francisco, mais conhecido como Paulo Bahia, é membro da diretoria do Centro Cultural Jhamayka desde o ano de 1993. Produtor cultural, possui especialização em História e Cultura Afro-Brasileira. Ao longo desses anos, tem estado à frente dos principais projetos culturais da entidade.



Imagem 8 Paulo Bahia, Coordenador do Centro Cultural Jhamayka, durante apresentação de Um Conto de Nagô em uma das escolas do município de Maringá no ano de 2011. (Foto divulgação)

Outra ação de sucesso levada a cabo pelo Centro Cultural Jhamayka foi o *Katinguelê Capoeira*, ofertado para crianças a partir dos dois anos de idade e adolescentes em geral. Misto de dança e luta, a capoeira talvez seja a manifestação cultural afro-brasileira de maior aceitação e difusão no Brasil. Seus benefícios vão muito além da simples atividade física, pois o jogo é composto de regras e ensinamentos morais que são fundamentais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Além disso, trabalha com a musicalidade e a cultura afro-brasileira, reforçando assim o pertencimento étnico-racial e a autoestima. (CAMPOS: 2009).



Figura 24 É dia de Jhamayka - Jornal O Diário do Norte do Paraná (2008) Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka.



Figura 25 Katinguelê -Oficina de Capoeira. Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka

De bastante repercussão na comunidade foi a oferta do projeto *Batuque Novo*. Valendo-se da força dos ritmos afro-brasileiros, o projeto estimulava a aprendizagem musical por meio de instrumentos de percussão como os tambores, atabaques e agogôs. O envolvimento das

crianças e adolescentes foi tamanho que o *Batuque Novo* ganhou os palcos de teatros e escolas da cidade.



Figura 26 Batuke Novo – Oficina de Percussão. Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka

Uma iniciativa que obteve grande aceitação na comunidade foi o *Trançando Cultura*. Nele, as crianças e adolescentes aprendem a valorizar a estética e a beleza negra, em especial no cuidado com os cabelos. Como se sabe, uma das formas explícitas de preconceito racial no Brasil é a depreciação estética dos negros a partir da crítica dos traços físicos como o nariz, os lábios e os cabelos – fato que geralmente ocorre por meio de piadas. Segundo Adilson Moreira, este racismo recreativo “perpetua os mesmos elementos que estavam presentes em políticas públicas de caráter eugênico destinadas a promover a eliminação da herança africana por meio da transformação racial da população brasileira” (MOREIRA: 2018, p.30). Ao trabalhar a beleza das traças, o projeto contribuiu não só para o conhecimento da cultura afro-brasileira como também para a elevação da autoestima das crianças negras, como se pode perceber na foto de registro de uma reportagem de TV feita na comunidade.



Figura 27 Trançando Cultura - Herança africana presente na estética brasileira
Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka

Outra iniciativa bem recebida pela comunidade foi o projeto de cinematografia, denominado *Cinema na Praça*. Além da exibição de filmes para a comunidade em geral, o projeto ofertou aulas onde eram ensinadas técnicas de áudio e vídeo para as crianças e jovens da comunidade.



Figura 28 Cinema na Praça - Oficina de cinematografia. Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka

Uma das mais importantes conquistas do Centro Cultural Jhamayka foi a construção da praça Zumbi dos Palmares, principal monumento dedicado à memória afro-brasileira na cidade de Maringá. De acordo com o Sr. Osmar Batista, o local onde hoje é a praça era um terreno baldio onde crianças brincavam em meio a entulhos e animais, como bois e cavalos, que alguns moradores deixavam no local. Incomodado com aquela situação, ele então idealizou um espaço de lazer para a comunidade e, com o apoio de alguns moradores, principalmente das mulheres, começou a buscar apoio político para construir um projeto para ser apresentado ao prefeito da cidade, que à época era o médico Said Ferreira (1933-2010).⁸¹ Vencida esta primeira batalha, restava edificar a praça. Alegando não ter verbas suficientes para executar a obra, a prefeitura cedeu apenas alguns materiais de construção. Então, os próprios moradores, em forma de mutirão, puseram a “mão na massa” e fizeram a construção da obra – que contou também com doações de algumas empresas da cidade.



Imagem 9 Mutirão de moradores para a construção da praça Zumbi dos Palmares. Fonte: Centro Cultural Jhamayka

Quem também colaborou na construção da praça foi o renomado artista plástico maringaense Zanzal Mattar (1943-2021). Este artista foi o autor do busto em homenagem a

⁸¹ O projeto foi apresentado formalmente pelo vereador Belino Bravin. O médico Said Felício Ferreira (PMDB) governou a cidade por duas vezes: 1983-1988 e de 1993-1996.

Zumbi dos Palmares, instalado no local no dia 20 de novembro de 1996. Zanal também criador do troféu Olhar Consciência Negra – entregue anualmente a munícipes afrodescendentes com relevantes serviços prestados em favor da comunidade negra de Maringá.



Imagem 10 Busto em homenagem a Zumbi. Autor Zanzal (reprodução)

Afetada pelo desgaste do tempo e do constante uso pela comunidade, a praça passou por momentos de abandono por parte do poder público. Mais uma vez, coube às lideranças do Centro Cultural Jhamayka lutar por sua revitalização.



Figura 29 ONG pede tombamento de Praça - Jornal O Diário do Norte do Paraná (2005) Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka

No ano de 2009, após ser incluídas nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, a praça finalmente passou por uma restauração.



Figura 30 Revitalização Praça ZUMBI DOS PALMARES

Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka

Contudo, passados mais de uma década da realização da obra, novamente a comunidade voltou a se mobilizar para revitalizar o espaço, que se encontra deteriorado novamente.⁸² Cabe destacar que a cidade vem realizando a revitalização de diversas praças na cidade, mas até o presente momento a praça Zumbi dos Palmares não foi contemplada com tais ações.

Como se pode notar, as atividades desenvolvidas pelo Centro Cultural Jhamayka têm na cultura afro-brasileira o principal elemento de aproximação e diálogo com a comunidade negra de Maringá. Voltados principalmente para as crianças e adolescentes, os projetos levados a cabo pelo Centro se constituem como uma importante alternativa para estas, na medida em que ocupam o tempo livre com atividades lúdicas e criativas onde são trabalhados os valores da cultura afro-brasileira.

⁸² <https://www.hojemais.com.br/maringa/noticia/geral/praca-zumbi-dos-palmares-em-maringa-destoa-pelo-abandono-do-poder-publico>.



Figura 31 Projetos Sócio-Culturais mudam vilinha - Jornal O Diário do Norte do Paraná (2003)
Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka

Atualmente aposentado, Osmar Jhamaica continua a lutar pela comunidade do João de Barro e do Santa Felicidade e participa ativamente das ações do Centro Cultural Jhamayka. Além disso, desde 2010 é filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido pelo qual foi candidato a vice-prefeito de Maringá nas últimas eleições municipais.

Por fim, cabe frisar que, assim como os documentos da Associação União e Consciência Negra, o Acervo do Centro Cultural Jhamayka está em processo de separação, identificação e digitalização e serão catalogados pela autora deste trabalho para que façam parte do acervo físico do Movimento Negro de Maringá. A ideia é que tal documentação seja depositada na Gerência da Promoção da Igualdade Racial do Município de Maringá, onde ficará disponível para consulta pública, uma vez que as histórias e memórias negras da cidade precisam estar em evidência.

3.4. O Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (IMNEAM)

Outra importante entidade do movimento negro maringense é o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (IMNEAM), fundado em 25 de janeiro de 2005. A criação deste instituto deve muito à iniciativa da professora Aracy Adorno Reis que, como vimos, também muito contribuiu para a fundação da AUCNM. Enquanto mulher negra, Aracy sentia falta de uma pauta organizada pelas mulheres em favor de seus interesses, além de um espaço onde estas pudessem conversar abertamente sobre seus problemas:

Em toda essa nossa luta, essa caminhada, nós mulheres negras, dentro do próprio, do próprio movimento, a gente começou a sentir a necessidade de conversarmos entre nós, só nós mulheres... Eu comecei falar para as meninas... olha, vamos criar um movimento, **nós não vamos sair da associação, mas vamos criar um movimento com esse recorte**. REIS, Aracy Adorno. Entrevista concedida a Marcela Santos de Carvalho. Maringá, 2021. Grifos nossos.)

Cabe destacar que a necessidade de se criar um segmento específico para atender as pautas femininas dentro do movimento negro vinha de longa data e se constituía numa aspiração nacional, posto que historicamente a questão de gênero era considerada uma pauta menor pelas lideranças de diversos movimentos sociais - os quais, muitas vezes, eram compostas majoritariamente por homens. Segundo a ativista e feminista negra Sueli Carneiro,

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras (CARNEIRO: 2003, 119).

Conforme demonstrado por diversas pesquisas, no Brasil, são as mulheres negras e pobres que mais sofrem violência, pois além do racismo, são vitimadas pelo machismo e pela pobreza. Como destacou Antônio Sérgio Alfredo Guimarães:

A pobreza, a falta de oportunidades, a desigualdade de rendimentos e a discriminação atingem muito mais fortemente as mulheres que os homens. Nos últimos anos, a luta pela emancipação das mulheres e pela efetiva igualdade entre os sexos melhorou em muito a posição na sociedade brasileira. No entanto, olhando algumas estatísticas desagregadas por cor, fica-se com a ideia de que esse benefício, restringiu-se, até agora, quase que totalmente às mulheres brancas. Ou seja, a emancipação das mulheres parece ter ficado restrita às classes médias e altas, não atingindo as mulheres pobres, geralmente negras (GUIMARÃES: 2002, p.69).

Assim, ainda no final dos anos 1980, surgiram importantes entidades de defesa das mulheres negras no seio do movimento negro em diversas partes do país, tais como a Maria Mulher: organização de mulheres negras (1987); o Geledés: instituto da mulher negra (1988); a Criola (1992), dentre outras. Segundo Amilcar Pereira,

A criação do Geledés, no mesmo ano da realização do I Encontro Estadual de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, acabou por alimentar a ideia de criação de organizações voltadas exclusivamente para as mulheres negras em várias partes do país. **Além de fortalecer o nascente movimento de mulheres negras, a criação do Geledés também serviu de modelo para muitas outras organizações, no que diz respeito às suas formas de atuação**, baseadas em programas e projetos programas e projetos financiados majoritariamente por instituições da chamada “cooperação internacional” (PEREIRA: 2013, p. 309).

Em suma, o contexto era propício para a criação de uma entidade de defesa da mulher negra em Maringá. O primeiro desafio posto para Aracy foi o de mobilizar um conjunto de mulheres negras para dar início ao projeto. De imediato, ela teve apoio de algumas companheiras que já militavam na Associação União e Consciência Negra de Maringá e que, como ela, nutriam esse desejo há tempos. O passo seguinte foi convidar pessoas da comunidade, trabalho que foi feito de “boca a boca” e que não tardou a angariar mais adeptas.

O nome escolhido para o instituto também foi cuidadosamente pensado pelas mulheres negras, segundo nos relatou a própria Aracy:

E ali pelos 2000, 2004, por aí, a gente depois de estudar, de pensar nome, tava muito em alta a questão africana... Aí eu fui para Curitiba num encontro de negros e conheci a história da Dr.^a Enedina, trouxe um recorte de jornal que um engenheiro tinha passado... e cheguei as meninas se apaixonaram pela história, contei a história e falei: o que vocês acham? É nossa, é uma pessoa nossa já, não é mais africana só né..., aí todo mundo se apaixonou e a gente criou o instituto. (REIS, Aracy Adorno. Entrevista concedida a Marcela Santos de Carvalho. Maringá, 2021)

Enedina Alves Marques nasceu em Curitiba-Pr, no dia 13 de janeiro de 1913. Seus pais se chamavam Paulo Marques e Virgília Alves Marques. Filha de doméstica, Enedina foi criada na casa da família do delegado e major Domingos Nascimento Sobrinho, para quem sua mãe trabalhava. Como Enedina tinha a mesma idade da filha de Domingos, e para que pudessem fazer companhia uma à outra, Domingos a matriculou nos mesmos colégios que a filha estudou. Assim, entre 1925 e 1926, Enedina Alves foi alfabetizada na Escola Particular da Professora Luiza Dorfmund. No ano seguinte, ingressou na Escola Normal, onde permaneceu até 1931. Entre 1932 e 1935, passou a trabalhar como professora no interior do estado, mas logo em seguida voltou a Curitiba para fazer o curso intermediário (equivalente a um supletivo ginásial, exigido para o magistério). Em 1938, ela fez curso complementar em pré-Engenharia e, em 1940, ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, graduando-se em Engenharia Civil no ano de 1945. Enedina Alves Marques entrou para a história como a primeira mulher a se formar em engenharia no Paraná e a primeira engenheira negra do Brasil.⁸³

Para que o Instituto fosse criado e tivesse o nome da engenheira, a professora Aracy Adorno Reis e as demais integrantes do grupo solicitaram formalmente uma autorização aos familiares de Enedina que, muito felizes, aceitaram prontamente a homenagem.

⁸³. Em 1946, Enedina tornou-se a auxiliar de engenharia na Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas. No ano seguinte, o governador Moisés Lupion a transferiu para o Departamento Estadual de Águas e Energia Elétrica. Trabalhou no Plano Hidrelétrico do Paraná e atuou no aproveitamento das águas dos rios Capivari, Cachoeira e Iguaçu. Para muitos, a Usina Capivari-Cachoeira foi seu maior feito como engenheira. Dentre outras obras, destacam-se o Colégio Estadual do Paraná e a Casa do Estudante Universitário de Curitiba (CEU). Apesar de vaidosa em sua vida pessoal, durante a obra na Usina ficou conhecida por usar macacão e portar uma arma na cintura para se fazer respeitada. Enérgica e rigorosa, impunha-se sempre, pois, além de ser mulher trabalhando num ambiente majoritariamente ocupado por homens, era negra. Estabelecida no governo e com carreira estruturada, entre os anos 1950 e 1960, Enedina dedicou-se a conhecer o mundo e outras culturas. Nesse mesmo período, em 1958, o major Domingos faleceu, deixando-a como uma de suas beneficiárias no seu testamento. Sua casa, onde Enedina viveu com a mãe durante a infância, foi desmontada e abriga o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em 1962, Enedina se aposentou e recebeu o reconhecimento do governador Ney Braga, que, por decreto, admitiu os feitos da engenheira e lhe garantiu proventos equivalentes ao salário de um juiz. Enedina faleceu em 1981. Em 1988, uma importante rua no bairro Cajuru em Curitiba recebeu o seu nome. No ano de 2000, foi imortalizada no Memorial à Mulher, localizado na capital do Paraná, ao lado de outras 53 mulheres pioneiras do Brasil. Ver, SANTANA, Jorge Luiz. Enedina Alves Marques: A Trajetória da Primeira Engenheira do Sul do País na Faculdade de Engenharia Do Paraná (1940-1945). **Revista Vernáculo**, [S.l.], dez. 2011. ISSN 2317-4021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/33232/21293>>. Acesso em: 24 ago. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rv.v0i28.33232>.



Figura 32 Logotipo do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques – IMNEAM
Fonte: Acervo do Centro Cultural Jhamayka

A Aprovação do Estatuto (Anexo 02) e a posse da Diretoria foram as pautas, dentre os nomes que compunham a Diretoria do Instituto estavam Cleuza Teodoro⁸⁴ e Eva dos Santos,⁸⁵ integrantes que também concederam entrevista para a realização deste trabalho. A professora Eva relata como conheceu a professora Aracy Adorno Reis e como foi sua inserção frente ao Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (IMNEAM):

Eu vou começar falando do movimento negro, porque é a partir daí que surgiu o “Enedina”. Eu fui trabalhar, em 2000, no colégio Olga Lubi, que também era Tania Varella; de manhã era estado e a tarde município, e a Aracy dava aula e lá, eu conheci a Aracy. Hoje, até falo para ela que a gente se via e cada uma ia para sua sala, escola é aquela dinâmica né, a gente não tinha uma amizade, ela tinha o grupo Akotirene e eu gostava muito. Eu assistia o ensaio, via, mas ficava na minha enquanto Professora do Estado e Prefeitura. [...] aí fui fazer especialização na Uem, relações Inter-étnicas e a questão racial no Brasil. Para acabar o curso tinha que fazer uma monografia, aí eu falei para o Praxedes, eu quero falar sobre o Movimento Negro de Maringá, estava muito amplo e ele vamos achar como que a gente vai estar afunilando isso. O Alaor falou, porque você não fala da companheira Aracy, fundadora comigo do Movimento? (Entrevista concedida a Marcela Santos de Carvalho. Maringá, 2021).

A professora Eva dos Santos também relatou sua percepção acerca de como foi o processo para a criação da Entidade:

[...] Aracy falou vamos fazer um grupo de mulheres negras, porque daí a gente conversa as questões das mulheres, específicas das mulheres. Foi daí que

⁸⁴ Entrevista concedida em 11/01/2021. Cleuza Teodoro nasceu em Astorga, no Estado do Paraná, em 26 de outubro de 1954. É fundadora do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques e da Associação União e Consciência Negra de Maringá (1985). Atualmente está à frente da Gerência de Promoção da Igualdade Racial do município de Maringá (2021).

⁸⁵ Entrevista concedida em 11/01/2021. Eva dos Santos nasceu em Maringá em 21 de setembro de 1963. É professora aposentada do município. Atualmente ocupa o posto de Presidenta do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (2021). Também é membro da Associação União e Consciência Negra de Maringá (1985).

nasceu, daí nasceu as discussões do instituto. Agora nós vamos falar as questões da autoestima da mulher, do cabelo, do corpo, e a gente ficava conversando; daí resolvemos formalizar em 2005. Formalizamos no papel o instituto formalmente é de 2005, informalmente 2003 e 2004, aí resolveu puxar de dentro do movimento negro um grupo de mulheres. O instituto, como vai chamar o instituto de mulheres? Procurava um nome, procurava um nome e a Aracy descobriu a Enedina Alves Marques, engenheira que se formou na universidade federal do Paraná. Aí pedimos permissão pra família, porque ela já era falecida. Entraram em contato com a família, não fui eu; eu não sei se foi o Alaor, daí entrou em contato com a família de Curitiba se autorizava usar o nome dela, justificou, a família autorizou. (SANTOS, Eva dos. Entrevista concedida a Marcela Santos de Carvalho. Maringá, 2021).⁸⁶

Com sua trajetória voltada a valorização da mulher em todos os espaços, o Instituto buscou promover a ascensão da Mulher Negra, amparando também as mulheres não negras que precisassem de uma rede de apoio, seja para adentrar ao mercado de trabalho, seja para desvencilhar-se da violência que acomete majoritariamente os corpos femininos. Principal articuladora do coletivo feminino, Aracy Adorno Reis cunhou uma frase que se tornou o lema do instituto e que evidencia sua maior bandeira, a defesa das mulheres negras:

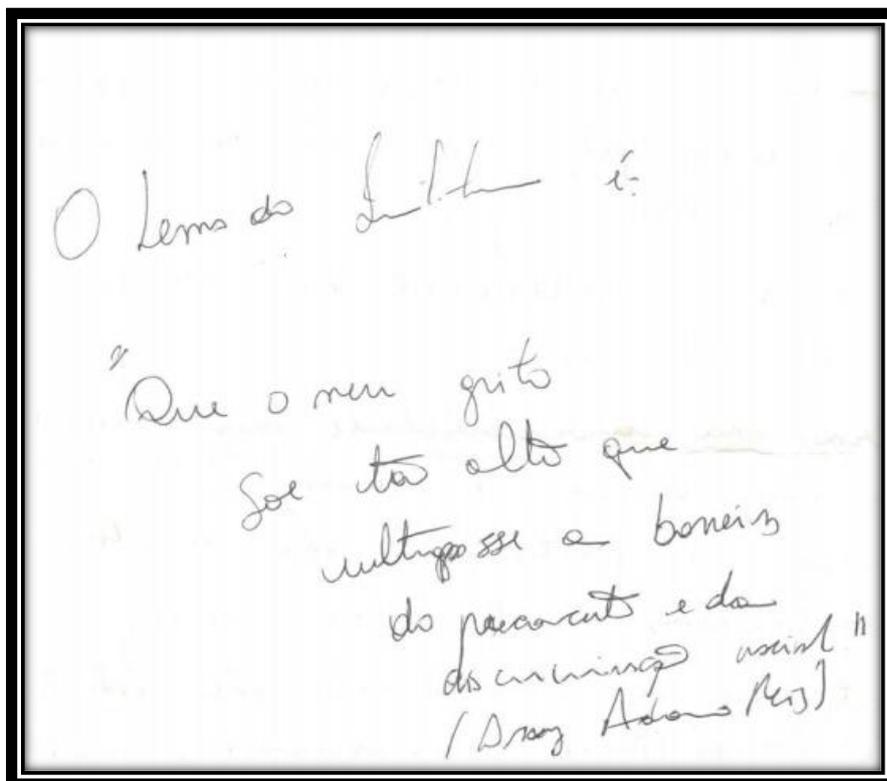


Figura 33 Lema do IMNEAM: “Que o meu grito soe tão alto que ultrapasse as barreiras do preconceito e da discriminação racial” (Aracy Adorno Reis.)

⁸⁶ SANTOS, Eva dos. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice deste trabalho.

O IMNEAM funciona a partir da realização de reuniões previamente agendadas, onde as mulheres negras dialogam abertamente sobre suas demandas e necessidades. O espaço é aberto para falar tanto de questões individuais quanto das demandas coletivas, como a representação da entidade em fórum de discussões, conselhos, etc. Além disso, o coletivo organiza, desde a sua fundação, o Seminários de Mulheres Negras - cujo objetivo é debater pautas como a saúde mulher negra, a inserção desta no mercado de trabalho, a violência doméstica, etc.⁸⁷

INSCRIÇÕES e INFORMAÇÕES:

9914 5769 Cleuza (Brechó)
 9102 8225 Clarissa
 3221 1319 Secretaria da Mulher
 3268 1733 Eva
 9929 0147 Sirlene

ORGANIZADORAS:

Aracy Adorno Reis (IMNEAM)
 Cleuza de Souza Theodoro (IMNEAM)
 Clarissa Paula Silva Morelli (IMNEAM)
 Eva dos Santos Coelho (IMNEAM)
 Terezinha Beraldo Pereira Ramos (SEMULHER)
 Soraya Rodrigues Alves Abraão (Secretaria da Mulher)

PROMOÇÃO:

- IMUEAM (Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques)
- PMM (Prefeitura Municipal de Maringá)
- SMM (Secretaria Municipal da Mulher)

APOIO:

- Associação União e Consciência Negra de Maringá
- Coletivo de Promoção da Igualdade Racial - APP - Sindicato
- Conselho Municipal da Mulher de Maringá

MULHERES Negras
 Quem Somos?

Instituto de Mulheres Negras

Enedina Alves Marques
 institutoenedina@yahoo.com.br

"Que o meu grito soe tão alto, que ultrapasse a barreira do preconceito e da..."

Figura 34 Folder do I Seminário de Mulheres Negras de Maringá e região. 2005. Fonte: IMNEAM

Em 2020, o instituto teve o projeto “*Conhecer, Acolher e Semear*” contemplado no prêmio *Educar para Transformar*, financiado pelo Instituto MRV, que destinou 160 mil reais à entidade. Destinado a capacitar professores para o trabalho de temas relativos à diversidade – tais como racismo na escola, suicídio na adolescência e LGBTQfobia, etc. –, o projeto foi o único selecionado no Estado do Paraná. Nesses dezesseis anos de existência, o IMNEAM se consolidou como uma importante referência para as mulheres negras de Maringá e região.

⁸⁷ De 2005 a 2019 o seminário foi realizado presencialmente. Em 2020, o evento foi cancelado em virtude da pandemia. Nesse ano, 2021, foi organizado em ambiente virtual (via plataforma digital).

3.5. NOVOS ATORES EM CENA

Para além das entidades acima mencionadas, a cidade de Maringá conta com novos movimentos negros. Compostos por uma nova geração, estas agremiações têm desempenhado ações relevantes e se mostra muito atuante nas redes sociais como o *twitter*, o *facebook* e o *instagram*. São elas, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB-UEM), o Coletivo de Juventude Negra Yalodê-Badá e o Coletivo Minervino de Oliveira. Vejamos a seguir um pouco de suas ações.

3.5.1. O Neiab - Uem

Assim como se pode notar em outras cidades brasileiras, o Movimento Negro de Maringá também teve inserção e apoio na universidade pública. Ainda que de forma tímida, desde os anos 1990 alguns professores já dialogavam com algumas das lideranças do movimento negro. Mas é sobretudo a partir de 2003 que este envolvimento se torna mais representativo. Neste ano, ocorre a criação, por membros do Departamento de Ciências Sociais, do NEIAB – Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros.

O NEIAB é composto por professores e estudantes que se dedicam a debater as questões raciais no Brasil. Nesse sentido, ao longo desses anos, o NEIAB tem desenvolvido diversas atividades. Dentre elas, destacam-se: o Colóquio Feminismo Negro; Pesquisas acadêmicas; a Semana Afro-brasileira; Grupo de Estudos Café Preto; Palestras em escolas; Cursos de extensão; Produção de matérias didáticos e pedagógicos; Produção de vídeo documentário e exibição de filmes afro.

Dentre as lideranças do NEIAB, destacam-se a professora Dr.^a Marivânia Conceição Araújo, anteriormente já mencionada, e o professor Dr. Delton Aparecido Felipe, do Departamento de História.⁸⁸ Juntos a outros intelectuais negros (as), eles têm sido responsáveis por demarcar a presença da intelectualidade negra em Maringá e região, e nesse sentido tem se constituído como referência e fonte de inspiração para a juventude negra que tem adentrado a universidade.

⁸⁸ A produção acadêmica do Prof. Dr. Delton Felipe sobre a história da presença negra no Paraná pode ser consultada em: <http://lattes.cnpq.br/1673979833356158>.

Uma das grandes batalhas travadas pelos membros do NEIAB foi a adoção de cotas raciais na Universidade Estadual de Maringá. O professor Delton Felipe participou ativamente do processo de discussão, implantação e regulamentação do Sistema de Cotas Raciais na UEM.



Imagem 11. 20 de novembro de 2019, dia da aprovação da implantação da política de cotas raciais na Universidade Estadual de Maringá. Fonte: ACS UEM.

3.5.2. Coletivo de Juventude Negra Yalodê-Badá

Além do NEIAB, destacam-se também o coletivo de Juventude Negra Yalodê-Badá. Fundado em 2015 por jovens negros interessados em debater as questões raciais dentro dos movimentos sociais, este coletivo visa contribuir para a superação das desigualdades raciais no país. Dentre as pautas encampadas pelo coletivo estão: Desmistificação do racismo no Brasil a partir da educação; valorização da Cultura Negra/Afro-brasileira; denúncia e combate ao genocídio da População Negra; valorização do Feminismo Negro e das pautas da comunidade LGBT. Bastante ativos nas redes sociais como o Facebook e o Instagram, o coletivo foi muito atuante na defesa da implantação de cotas raciais para o ingresso na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Incomodados com a falta de uma política de assistência e permanência de jovens negros (as) na universidade, os integrantes do coletivo se mobilizaram para apoiar a luta do NEIAB em prol da implementação da política de cotas raciais na UEM.



Imagem 12. 20 de novembro de 2019, dia da aprovação da implantação da política de cotas raciais na Universidade Estadual de Maringá. Fonte: ACS UEM.

3.5.3. Coletivo Minervino

Este coletivo foi fundado em homenagem a Minervino de Oliveira (1891-1960), militante político vinculado ao antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que defendia a luta antirracista conjugada à luta anticapitalista.



Imagem 13 Minervino de Oliveira. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Minervino_de_Oliveira.

O coletivo Minervino de Oliveira existe em diversos estados brasileiros, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em Maringá, foi implantado no ano de 2020, por iniciativa de jovens militantes do referido partido na cidade e tem como foco o debate acerca da relação entre classe social e raça.

O advento de novos movimentos negros demonstra que a luta antirracista ainda se faz necessária. Por outro lado, o surgimento de novas lideranças indica o anseio de parte da juventude por justiça social e igualdade racial. Em conjunto com as lideranças mais antigas, estas novas lideranças têm sido responsáveis por manter viva a luta da população negra de Maringá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por intuito evidenciar as trajetórias de lutas de três instituições ligadas ao movimento negro de Maringá, visando preservar a memória de luta que o trabalho desenvolvido por elas ajudou a edificar em prol da comunidade negra local e regional. São elas: a Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM); o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques (IMNEAM); e o Centro Cultural Jhamayka (CCJ). Partimos do pressuposto de que estas três instituições foram imprescindíveis para a valorização da comunidade negra na cidade, embora saibamos que existem outras importantes instituições que muito fizeram, e ainda fazem, nesse mesmo sentido. Esperamos que em futuras pesquisas possam dar maior visibilidade a elas também.

O movimento negro de Maringá surgiu no contexto do advento do movimento negro contemporâneo, simbolizado pela criação do Movimento Negro Unificado (MNU), no ano de 1978. Tendo como característica a denúncia do mito da democracia racial e conjugação dos temas de raça e classe social, o MNU imediatamente influenciou na criação de diversas entidades negras nos quatro cantos do país. Uma delas foi o Grupo União e Consciência Negra (1981). Surgido em meio aos debates internos da Igreja Católica, o Grucon logo se articulou como um grupo independente desta instituição e, a partir de então, buscou enraizar-se em vários estados brasileiros. No Paraná, além da capital, estabeleceu núcleo em outras cidades importantes como Londrina, Maringá, Umuarama e Campo Mourão.

Entretanto, a busca por maior autonomia de ação conduziu o movimento negro de Maringá a criar uma entidade desvinculada de uma entidade maior. Daí a adaptação em seus estatutos e a definição por formar uma associação, ao invés de um grupo. Pioneira na luta de combate ao racismo e na defesa pela igualdade racial em Maringá e região, a Associação União e Consciência Negra de Maringá (1985) realizou importantes ações ao longo de mais de três décadas de existência. Com um grupo reduzido de dirigentes, mas bastante combativo, a AUCNM fez um importante trabalho de conscientização nas escolas não só de Maringá como nas cidades da região; organizou dezenas de eventos para falar da desigualdade e do preconceito racial; prestou assistência jurídica à população negra e denunciou o racismo em suas mais diversas formas de manifestação; criou um curso pré-vestibular para alunos carentes afrodescendentes terem maiores chances de ingressarem nas universidades, etc. E tudo isso, na maioria das vezes, sem apoio financeiro do Estado. Além disso, alguns de seus membros ainda

tiveram forças para dedicar-se a pautas específicas dentro da questão racial – o que gerou a criação de novas entidades.

Assim como aconteceu em outras partes do país, o movimento negro maringaense teve outras frentes de atuação. Isto ocorreu pelo fato de algumas de suas lideranças sentirem a necessidade de aprofundar questões específicas, seja no plano cultural, seja nas questões de gênero, por exemplo. Entendendo que havia espaço para o desenvolvimento de iniciativas mais direcionadas a determinados segmentos da população negra, algumas mulheres e homens negros estenderam suas energias para abrir novas frentes de trabalho e militância.

Tal foi o caso do Centro Cultural Jhamayka, fundado oficialmente em 2001 por Osmar Jahmaica e alguns amigos moradores nos bairros João de Barro e Santa Felicidade. Preocupados com o futuro das crianças, adolescentes e jovens negros que ali viviam num ambiente de muita pobreza e sem a devida atenção dos poderes públicos, eles viram na cultura o caminho para mantê-los longe das drogas e da criminalidade bem como a oportunidade de propiciar-lhes o conhecimento de suas raízes afro-brasileiras. Por meio de projetos como *Um conto de nagô*, *Katinguelê Capoeira*, *Batuque Novo*, entre outros, o Centro Cultural Jhamayka levou à comunidade local e à cidade como um todo ensinamentos para a construção de uma sociedade mais tolerante e fraterna.

De igual maneira, o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques foi concebido a partir da percepção das mulheres que militavam no movimento de que era necessário um espaço específico para atender as demandas de gênero. Conhecedoras profundas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras devido à opressão de classe, gênero e raça, elas buscaram construir um espaço para que outras mulheres negras pudessem ter voz e vez. Nesse sentido, o IMNEAM se constitui num importante espaço para a escuta das mulheres negras, de suas angústias, sonhos e dificuldades. É também – e sobretudo - um espaço de defesa de direitos e de promoção da cidadania, pois oferece auxílio jurídico, psicológico e qualificação profissional para aquelas que enfrentam diariamente muitas adversidades.

Cabe destacar que tais frentes, ao invés de fragmentar e dividir, acabaram fortalecendo e diversificando a luta do movimento negro local. Isto porque as instituições acima mencionadas são parceiras e contam com muitos membros em comum – fato que pode facilmente ser percebido tanto nos relatos de algumas das lideranças entrevistadas como na composição e organização dos eventos levados a cabo por estas entidades. Aliás, é importante frisar que, embora tenhamos destacado a trajetória individual e o protagonismo de algumas dessas valorosas lideranças, o caráter coletivo sempre norteou o trabalho dessas entidades.

Por sua vez, o que solidificou essa coletividade em meio a uma diversidade de individualidades foi justamente a certeza de perseguir a realização um ideal comum: o fim da desigualdade racial no Brasil. Católicos, espíritas, umbandistas, candomblecistas, evangélicos, ateus; filiados a partidos de esquerda, de centro e ou direita; homens, mulheres, solteiros, casadas, divorciados; advogados, professores, artistas, funcionários públicos; jovens, adultos ou idosos; com instrução primária, média ou superior e alguns até sem escolarização, os integrantes do Movimento Negro de Maringá puseram as diferenças de lado para unir forças e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Hoje, passadas mais de três décadas desde o início dessa longa caminhada, as novas gerações já podem usufruir de algumas conquistas obtidas com muito suor, luta e sofrimento desses homens e mulheres que um dia sonharam um mundo melhor para seus filhos e netos.

Esperamos que esse trabalho possa demonstrar para a juventude negra maringaense, e para a sociedade em geral, que sempre vale a pena lutar por aquilo que se acredita; pois como dizia Carlos Marighella: “a única luta que se perde é aquela que se abandona”!

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, pp. 5-20, 2008.

ALBERNAZ, Renata Ovenhausen; AZEVEDO, Ariston. Os marginais do direito estatal: a luta multidimensional do Teatro Experimental do Negro (TEN) pelo "direito a ter direitos", nos anos de 1944 a 1968. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 33-62, Aug. 2013. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200002&lng=en&nrm=iso. access on 24 Aug. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200002>.

ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. O. (Org.). *História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”*. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal, RN. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364156201_ARQUIVO_TextoFinal_ANPUHN_ATAL_HistoriaPublica_2013.pdf> Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI Marta. (Orgs.) **Introdução à História pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **“História do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV.2007.

ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDREWS, G. R. "O protesto político negro em São Paulo: 1888-1989". *Estudos Afro-Asiáticos*, no 21, 1991.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **A luta contra o racismo e a questão da identidade negra no Brasil**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 1, jan.- jun. 2018, pp. 163-191.

BAIROS, Luíza. (1995). Nossos Feminismos Revisitados. In: *Dados*, v.3, nº 3, pp.458-463.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRASIL, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério da Educação/SECAD. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

_____. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD/ SEPPPIR, 2009.

BATISTELLA, Alessandro. **O Paranismo e a Invenção da Identidade Paranaense**. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v.6, n.11, p. 1-13, jan/jun 2012.

BAUMANN, Z. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.2005.

BAUREPAIRE ROHAN, Henrique de. **Relatório do vice-presidente de Província à Assembléia Legislativa Provincial do Paraná**. Curitiba: Tipografia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1856, pp. 51-52.

CAMPOS, H. **Capoeira regional: a escola de Mestre Bimba**. Salvador. EDUFBA, 2009.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CASTELLETO, Hugo Santana. **Estrutura Socioespacial de Maringá e os Territórios de Criminalidade**. Maringá, 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE, 2010. Observatório das Metrôpoles, núcleo de pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá.

CÉSAIRE, Aimé (1913-2008) **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Cláudio Willer. Ilustração de Marcelo D'Salete. Cronologia de Rogério de Campos. – São Paulo: Veneta, 2020.

COELHO, Eva dos Santos. **Aracy: uma vida de luta e coragem**. Monografia de especialização. Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Ciências Sociais, Maringá, Paraná, 2004.

COSTA, Sérgio. Dois atlânticos. **Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006

DIAS, Reginaldo Benedito. A trajetória do PT em Maringá (PR): da fundação à conquista da prefeitura. In: *Perseu: História, Memória e Política*, v.7, pp.227-256, 2011.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Uma universidade de ponta-cabeça: a ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade**. Maringá-Pr: Eduem, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, v. 12, n. 23 [Acessado em 22 Agosto 2021], pp. 100-122. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Epub 16 maio 2008. ISSN 1980-542X. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.

_____. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90** (UFRGS. Impresso), v.30, p.215-250, 2009.

_____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v.12, p. 113-136, 2007.

_____. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. Londrina, v.10, n.1, p. 25-40, jan-jun. 2005

_____. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: *Rev. Bras. Educação*. [online]. 2008, vol.13, n.39, pp.517-534.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FELIPE, Delton. A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança. *Revista De História Da UEG*, 7(1), 156-171, 2018. Recuperado de <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/7436>.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa. Processo identitário na educação escolar e as narrativas sobre a negritude brasileira. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana, v.17, p. 121-139, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Roquinaldo. **A institucionalização dos estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2010, vol.30, n.59, pp.73-90. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000100005>.

FONSECA, Marcus Vinicius. **A educação dos Negros: Uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil**. Bragança paulista SP: Ed. Da Universidade São Francisco, 2002.

FONSECA, Marcus Vinicius Fonseca; Surya Barros. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. 1ªed.Niteroi: EdUFF, 2016.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro/São Paulo, UCAM/Editora 34, 2001.

GOMES, Flavio dos Santos. **Experiências Atlânticas**. Ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no. Brasil. Universidade de Passo Fundo, 2003.

_____. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flavio dos Santos. Quilombos/Remanescentes de quilombos. In: _____; SCWARCZ, Lilian Moritz (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 367-376.

_____. De olho em Zumbi dos Palmares: história, símbolos e memória social. / Flávio dos Santos Gomes; coordenação Lilia Moritz Schwarcz e Lúcia Garcia. – 1ª. ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro e educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.15, p. 134-158, set./dez. 2000.

_____. Pensar a educação no Brasil, pensar o racismo no Brasil. In: FONSECA, Marcos Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexandre Borges (Orgs.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.p. 93-144.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (1º vol.). São Paulo: Globo, 2008.

_____, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo, Dissertação de mestrado, USP, 1986.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou de *A Shared Authority à cozinha digital*, e vice-versa. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (org.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e voz, 2016, p. 57-70.

GARCIA, Januário. (org.). **25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil**. Brasília: Fundação Palmares, 2006.

GILLIES, A. M. R. Identidade, cultura, relações étnico-raciais e representações no Paraná. Anais do II Congresso Internacional de História UEPGUNICENTRO. 2015

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONÇALVES, Luís A. O. & SILVA; Petronilha Beatriz Gonçalves (Orgs). **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seu contexto**. *Belo Horizonte: Autêntica, 2000*.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes sociais, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002

GUIMARÃES, M.L.S. História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, vol.VII, jul.- out. 2000.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 10.

HANCHARD, Michael. **Orfeu negro e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HORTON, James Oliver; HORTON, Lois E. (Orgs.). **Slavery and Public History: The Tough Stuff of American Memory**. New York: The New Press, 2006.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. **As metamorfoses do escravo**. 2. ed. São Paulo; Curitiba: Scientia Te Labor: Hucitec, 1988.

IURKIV, J.E. Romário Martins e a historiografia paranaense. Educare, UNIPAR, vol.2 n.2, 2002.

KI-ZERBO, Joseph. História da África negra – I; 3ª Ed. São Paulo: Publicação Europa-América, 1999.

LIDDINGTON, Jill. **“O que é História pública”**. In.: ALMEIDA, Juniele RABÊLO de; Rovai Marta. (Orgs.) **Introdução à História pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011

MACEDO, José Rivair de; OLIVEIRA; Mariley Wanderley Oliveira. **Uma história em construção**. São Paulo: Editora do Brasil, 1996. 4 volumes.

MARCONDES, Gracita Gruper; ABREU, Alcioly Therezinha Gruper. **Escravidão e Trabalho**. Guarapuava: UNICENTRO, 1991.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre o fenômeno da aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MARTINS, W. Um tema de sociologia brasileira. *O Estado de São Paulo*, pp. 4, 5, São Paulo, 30 mar. 1946

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (Orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MIRANDA RIBEIRO, José Cesario. **Relatório do Presidente da Província do Paraná**. Curitiba: Tipografia da Gazeta Paranaense, 1888, p.26.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. Identidade e cidadania: o Teatro Experimental do Negro. **Revista Dionysos**, Especial: Teatro Experimental do Negro, Organização: Ricardo Gaspar Muller. Rio de Janeiro: FUNDACEN, 1988

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Eduem, 1994

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Brasil: as raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

_____. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. "Identidade e cidadania: o Teatro Experimental do Negro". In: *Dionysos*, n. ° 28, 1988, pp. 11-53.

MUNANGA, Kabengele. Pan-africanismo, negritude e teatro experimental do negro. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 109-122, out. 2016. ISSN 2175-8034. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2016v18n1p109/32733>>. Acesso em: 11 maio 2020. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2016v18n1p109>.

_____. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In *Cadernos PENESB*. 15-34. Niterói: EDUFF, 2004, pp. 15-34.

_____. **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

NASCIMENTO, Álvaro P. Qual a condição social do negro depois do fim da escravidão? _ o pós-abolição e o ensino de História. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida (org.). **A República e a questão do negro no Brasil.** Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p.11-26.

NASCIMENTO, Abdias do e NASCIMENTO, Elisa Larkin. “Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997”. In GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. e HUN-TLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 204.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões.** *Estud. Avançados.* São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, abril. 2004

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura: trajetória intelectual, práxis e resistência negra.** 1. ed. Salvador: Eduneb, 2016.

OLIVEIRA, Luís Fernandes de. **História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação de professores de História.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012

OLIVEIRA, Marcio. O “Brasil diferente” de Wilson Martins. *Caderno CRH.* Salvador, v.18, n.44, Maio/ago, 2005.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº. 4 de 2 de agosto de 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência da Educação. Instrução nº. 17 de 20 de dezembro de 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência da Educação. Instrução nº. 10 de 23 de setembro de 2010.

PARANÁ. **História e cultura afro-brasileira e africana: educando para a relações étnico-raciais.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná SEED, 2006.

_____. **Diretrizes Curriculares Estaduais: História.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná SEED, 2008.

_____. Lei Complementar nº. 130/2010, de 14 de Julho de 2010. Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional-PDE. **Diário Oficial nº. 8262.** Curitiba, PR, 20 de jul. de 2010.

_____. **Documento Síntese PDE**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná SEED: Curitiba, 2016.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008

PEREIRA, Amílcar Araújo. Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v.12, n. 17, 2º sem. 2011.

_____. **“O mundo negro”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

_____. “Por uma autêntica democracia racial! ”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. In **Revista História Hoje**, ANPUH, v. 1, n. 1, 2012.

PEREIRA, Luís. Fernando. L. **Paranismo: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da Primeira República**. Curitiba, Pr: Aos Quatro Ventos, 1997.

PINTO, A. F. M. **De pele escura e tinta preta: imprensa negra do século XIX (1833- 1899)**. 2006. 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 1993.

PINTO JARDIM, Célia Regina (2001). Reseña de "Cultura e política nos movimentos sociais latin-americanos (novas leituras)" de Sonia E. Alvarez et al. (orgs). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 16, núm. 47. outubro, 2001. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais São Paulo, Brasil.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **As associações dos homens de cor e a imprensa negra paulista. Movimentos negros, cultura e política no Brasil republicano (1915-1945)**. Belo Horizonte. Editora Gráfica Daliana, 2006.

PRAXEDES, Rosângela. (2017). Curso Preparatório Milton Santos: uma intervenção educativa realizada pela própria comunidade. *Revista Espaço Acadêmico*, 2(14). Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40629>.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, v.5, n.8, p. 170-198, 2004.

RIOS, Fábio; “Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo”. In: Revista *Intratextos*, 2013, vol 5, no1, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>

RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). In: **Lua Nova**, São Paulo, 85: 41-79, 2012.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

RODRIGUES, Ana Lúcia. A pobreza mora ao lado: Segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. 2004. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Gevanilda, **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Atrás do muro da noite dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília, DF: Ministério da Cultura: Fundação Cultural Palmares, 1999. p. 141-157.

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: _____ (org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 21-37.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2.ed., Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas sociais e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERAFIM, Vanda Fortuna; GONZAGA, Giovane Marrafon. A presença das religiões afrobrasileiras em Maringá – PR (Século XXI). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 320 - 364, set./dez. 2019.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. 1ª. ed. Salvador: EDUFBA, 1995.

SILVA, A. M. P. DA. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 2 [4], p. 145-166, 16 fev. 2012.

SILVA, Eronildo José da. **Maringá de todos os santos: presença das religiões afrobrasileiras**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC/SP, São Paulo, 2014.

SILVA, José Ediane Pereira da. A construção de um movimento negro em Marechal Cândido Rondon-PR: um estudo sobre as manifestações pós-emergência da lei 10.639/03. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2016.

SILVA, Maria Auxiliadora da. Milton Santos: o homem, o seu tempo e o seu espaço. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.68-73.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires; DUARTE, Angelina. Um longo caminho: a aprovação da lei 10.639/03 como fruto da luta do movimento social negro pelo direito à educação (1889-2003). **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v.16, n.3 p. 114-138, jul./set., 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

SOBRINHO, A.S.O. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 210-235.

SOUZA, Jessé. **Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira**. Lua Nova, São Paulo, n. 65, p. 43-69, 2005. <[Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 maio 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452005000200003>.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 3ª Edição, 2002.

THORTON, John. **A África e os Africanos na formação do mundo Atlântico**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. Ideologia & escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial, Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 7, p. 139/166.

ZAHAVI, G. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.53-63.

WARREN, Ilse Scherer. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2.ed., Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Instrumento e Medida a ser aplicado às lideranças negras (Feita por meio de entrevistas)

1. Onde você nasceu?
2. Quais as origens da sua família?
3. Porque escolheu morar em Maringá?
4. Você é feliz em Maringá?
5. Você enfrentou desafios morando em Maringá? Quais?
6. Você acredita que o Brasil é uma país racista? Em caso positivo, poderia dar exemplos de como esse racismo é praticado na sociedade?
7. Você já sofreu algum tipo de racismo, preconceito ou discriminação racial em Maringá? Em caso positivo, poderia descrever uma ou mais situação (es) na qual foi vítima?

Perguntas específicas sobre o tema

8. A questão racial sempre fez parte da sua história?
9. O que você entende por Movimento Negro?
10. Como aconteceu a sua inserção frente a entidade? Poderia contar um pouco da sua trajetória de militante?
11. O movimento negro de Maringá manteve intercâmbio com outras entidades negras em âmbito regional, estadual ou nacional? Se sim, quais? Como se deu essa interação?
12. Inúmeras são as pautas levantadas pelo Movimento Negro. Você acha que as conquistas negras no Brasil avançaram? Em que momento isso ocorreu?
13. Esta pesquisa tem por objetivo retratar a história da população negra de Maringá. Você acredita que a entidade na qual você faz parte é reconhecida pela população maringaense?
14. Os espaços públicos de Maringá trazem monumentos de muitas culturas. Você se vê representado em algum deles?
15. Enquanto liderança negra, quais são seus anseios hoje para a população negra de Maringá?

APÊNDICE 2

Autorização de uso de imagem, som de voz e nome

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz e nome por mim revelados em depoimento pessoal concedido e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, para compor o Projeto de Pesquisa **Memórias de Resistência: A História do Movimento Negro de Maringá**. Sob responsabilidade de Ricardo Tadeu Caires Silva e Marcela Santos de Carvalho. E que estas sejam destinadas à divulgação ao público em geral e para formação de acervo histórico.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, youtube, *vídeos* e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, “home vídeo”, DVD (“digital vídeo disc”), suportes de computação gráfica em geral e divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo sem qualquer ônus a UNESPAR ou terceiros por esses expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural voltada à preservação da memória, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Maringá, ____ de _____ de 20__.

Assinatura

| |
|------------------------|
| Nome: |
| Endereço: |
| Cidade: |
| RG N°: |
| CPF N°: |
| Telefone para contato: |

APÊNDICE 3

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE

Prezado (a) colaborador (a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Memórias de Resistência: A História do Movimento Negro de Maringá**, sob a responsabilidade de Ricardo Tadeu Caires Silva (proponente da pesquisa) e Marcela Santos de Carvalho (Assistente da pesquisa) da instituição Universidade Estadual do Paraná (Unespar/Campo Mourão), que irá investigar o processo de formação de lideranças negras entre os séculos XX e XXI no município de Maringá – PR , com o intuito de entender a partir da história de vida de membros do Movimento Negro de Maringá, como se estabeleceram no Paraná, construíram suas identidades e contribuíram para a preservação da História afro-brasileira no estado do Paraná. Este trabalho é importante para compreender o processo de formação da identidade negra e entender-se como o movimento negro contribuiu para o desenvolvimento da região noroeste do Paraná.

O presente projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP UNESPAR.

DADOS DO PARECER DE APROVAÇÃO

Emitido Pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CEP UNESPAR

Número do parecer: 4.014.473

Data da relatoria: 07 / 05 / 2020

1. **PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:** A sua participação é muito importante, e ela se daria com o seu aceite para participar da entrevista oral ou filmada. Nessa entrevista gostaríamos de levantar questões a respeito das suas experiências e ações na sociedade, especialmente através da sua história de vida, compartilhando assuntos sobre: O que entende por Movimento Negro; quanto tempo mora no Paraná; como é ser negro em Maringá. No desenvolvimento da entrevista contamos com sua contribuição para que nos ceda o tempo que achar necessário, a fim de que possamos gravar sua história. Caso queira interromper a entrevista ou pedir para que determinados trechos não sejam gravados, você tem este direito assegurado.

Para aqueles que optarem apenas pelo registro oral da entrevista, gostaríamos da sua permissão para a transcrição da entrevista e para o uso de suas palavras e memórias no trabalho

que estamos desenvolvendo, e em outros que podem ser frutos da reflexão de sua entrevista. Fica assegurado que suas palavras vão ser tratadas com o devido respeito.

Para aqueles que optarem pelo registro audiovisual gostaríamos da sua permissão para a divulgação da imagem e conteúdo da sua entrevista no trabalho que estamos desenvolvendo com o *website* e outros trabalhos possíveis com o uso de imagem e som. Asseguramos que o conteúdo de sua entrevista e a sua imagem serão tratadas com o devido respeito.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: Informamos que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir: Possíveis memórias de traumas e sentimentos delicados de sua vivência ao abordar determinados aspectos de sua vida.

Para contornar possíveis danos, trataremos de sua entrevista com total respeito e cuidado, mantendo um grau de comunicação amigável para que, na medida que assuntos delicados surjam, o entrevistado possa manifestar seu desconforto e até mesmo interromper a entrevista. Além disso, os principais materiais derivados da entrevista serão previamente apresentados aos entrevistados para que possam verificar a forma como o conteúdo do seu testemunho e sua imagem estarão sendo tratados e se algo estiver em desacordo com o entrevistado estaremos abertos para modificações e negociações para assegurar que ambos (entrevistado e pesquisador) sejam contemplados.

Lembramos que a sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

3. BENEFÍCIOS: Como benefícios esperamos que a sua entrevista, somada as entrevistas dos demais entrevistados, possibilitem a compreensão, reconhecimento e valorização de personalidades negras que contribuíram para o desenvolvimento de Maringá e que foram imprescindíveis para o fortalecimento do Movimento Negro do município. É preciso observar, todavia, que enquanto pesquisadores, não nos cabe a resolução dos problemas que afligem o seu universo de vida e de trabalho, mas podemos contribuir para que as questões por você apontadas possam ser sistematizadas tornando-se fonte para a comunidade acadêmica e externa, vindo potencialmente a contribuir para o conhecimento dos problemas que envolvem não somente a você, mas também àqueles que partilham deste universo.

4. CONFIDENCIALIDADE: Informamos que você tem o direito de optar pela confidencialidade do seu testemunho. Seria importante que você participasse com seu próprio nome, todavia, se não se sentir confortável um pseudônimo poderá ser adotado. Solicitamos ainda que as gravações e transcrições fiquem à disposição do público, o que será feito posteriormente no intuito de se colaborar com outras mais entrevistas, no entanto, se você assim

optar, as informações por você fornecidas serão utilizadas somente para fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Além disso, informamos que os dados a serem coletados só poderão ser utilizados para fins de publicações científicas, durante um período de até 10 anos, contados a partir do ano de 2019. Após este período os dados serão descartados. Asseguramos que você terá acesso aos locais nos quais o seu testemunho e imagem serão veiculados e também garantiremos o total respeito e cuidado com o tratamento de sua história de vida.

Condições específicas/ restrições:

Informação colhida: registro oral() registro audiovisual()

5. SEGURANÇA: Foi informado de que será assegurada, bem como sobre a garantia do livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

6. ESCLARECIMENTOS: Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESPAR, cujo endereço consta deste documento.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o **pesquisador responsável**, conforme o endereço abaixo:

Nome:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (CEP) envolvendo Seres Humanos da UNESPAR, no endereço abaixo:

CEP UNESPAR

Universidade Estadual do Paraná.

Avenida Rio Grande do Norte, 1.525 – Centro, Paranavaí-PR

CEP 87.702-340

Telefone: (44) 3482-3212

E-mail: cep@unespar.edu.br

7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

7.1 CUSTOS: Foi esclarecido de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, e, que não haverá qualquer despesa decorrente da minha participação na pesquisa.

8. PREENCHIMENTO DO TERMO: Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

APÊNDICE 4

TERMO 1

Eu _____, declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo Professor Ricardo Tadeu Caires Silva.

Maringá, _____ de _____ de _____.

Assinatura ou impressão datiloscópica

APÊNDICE 5

TERMO 2

Eu, Ricardo Tadeu Caires Silva e Marcela Santos de Carvalho, declaramos que fornecemos todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

Cidade, _____ de _____ de _____.

Ricardo Tadeu Caires Silva

Marcela Santos de Carvalho

APÊNDICE 6

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DO MEMBRO FUNDADOR DO CENTRO CULTURAL JHAMAYKA

OSMAR JHAMAYKA

Onde você nasceu?

Eu nasci em Bom Sucesso, no Paraná mesmo, próximo de Jandaia do Sul. Sai de lá com dois anos fui para Umuarama, onde morei por doze anos e depois fomos para Ubiratã onde fiquei um ano aproximadamente. Vim pra Maringá, em março de 1972.

Quais as origens da sua família?

Meus pais são do interior de São Paulo, meu pai de Gália e minha mãe de Garça e meus avós, pais da minha mãe da Bahia e de Minas Gerais.

Porque escolheu morar em Maringá?

Assim, meus pais se separaram a gente morava em Umuarama éramos sete filhos minha mãe ficou com os filhos e meu pai foi embora, meu avô pai da minha mãe tinha um sítio e morava em Ubiratã e levou a gente para lá onde ficamos um ano aproximadamente, mas a minha mãe resolveu que queria vir para a cidade tentar uma nova vida, porque no sítio na lavoura ela tinha muitas dificuldades e até porque ela tinha uma irmã dela que morava aqui em Maringá, a irmã também deu apoio para que ela viesse.

Você é feliz em Maringá?

Muito feliz, muito feliz mesmo, eu vim para cá com quatorze anos e eu sai aqui de Maringá várias vezes por exemplo fui para São Paulo fiquei quatro anos em São Paulo fui para o Mato Grosso fiquei dois anos depois fui para Curitiba onde morei por mais sete anos. Sempre eu vou e retorno porque eu acho do meu ponto de vista Maringá a nível de Brasil a melhor cidade que tem para se viver e para morar.

Você enfrentou desafios morando em Maringá, Quais?

Primeiro desafio foi a questão do emprego, no princípio quando criança e depois enquanto adolescente quando chegamos aqui tivemos muitas dificuldades de emprego tanto é que dois anos depois de estar aqui em Maringá eu sai fui para Campina da Lagoa morar com um tio

meu porque não consegui emprego e aquela dificuldade minha mãe com 7 filhos então visto que eu não estava podendo ajudar também queria ser um estorvo a menos daí fui morar com meu tio fiquei um ano e meio aproximadamente morando com meu tio e depois retornei pra cá já com dezoito anos, me alistei fui servir o exército servi o exército em Curitiba onde servi por um ano fiquei um ano no exército retornando e novamente a dificuldade de emprego já com dezenove para vinte anos fui pra São Paulo fiquei quatro anos em São Paulo. Retornei novamente para cá a mesma dificuldade para conseguir emprego fui para o Mato Grosso fiquei um ano, casei e voltei para o Mato Grosso onde fiquei mais um ano. A vida então foi sempre assim a gente nunca conseguia emprego, não tinha estudo e eu não tive oportunidade de estudar de dar continuidade nos estudos. Para concluir o ensino fundamental já foi muito difícil porque morava no sítio e pra concluir o ensino fundamental tinha que estudar na cidade sem condições de transporte, precisava percorrer uma distância de 6 quilômetros que eu tinha que ir a pé todos os dias porque a escolinha da zona rural só fazia até a quarta série então a quinta série eu tive que fazer na cidade e depois não tendo condições de dar continuidade porque meu pai e minha mãe se separaram eu era o segundo filho mais velho e depois, era eu que tinha aquela responsabilidade de mesmo não tendo e não podendo mas eu tinha que dar um jeito eu tinha que trabalhar tinha que fazer bicos trabalhar de boia fria morando aqui saindo na época da colheita de algodão e de café enfim, então eu perdi aquela oportunidade de dar continuidade aos estudos e tendo que trabalhar eu nunca conseguia um emprego que fosse fixo é de longo prazo, era aqueles empregos temporários. E tinha outros motivos até pessoais é que a gente até por ser muito jovem e não aceitar muito as coisas também não parava muito em emprego, pela questão por exemplo de ser negro, por qualquer problema de racismo ou de preconceito eu era uma pessoa que não era muito de reclamar por justiça eu fazia justiça com as próprias mãos eu brigava muito e nessas brigas dentro da empresa você estava fora então enfrentei todo tipo de dificuldade. Com vinte e quatro anos eu casei tinha que assumir maior responsabilidade suportando ou não eu tinha que mudar o comportamento e eu tive que aturar umas coisas porque eu tinha que trabalhar com responsabilidade com a esposa que logo que nos casamos ficou grávida.

Você acredita que o Brasil é uma país racista? Em caso positivo, poderia dar exemplos de como esse racismo é praticado na sociedade?

Super racista extremamente racista e não como muitos acham e pensam, como um racismo velado é um racismo externado um racismo aberto é um racismo até institucionalizado isso desde que o Brasil é Brasil, então nós vivemos assim num sistema racista e preconceituoso de

todas as formas na questão do preconceito e na questão de raça eu sempre faço discussões com grupos de pessoas que eu sempre participo de movimentos e de organizações e tem vários grupos aqui no Brasil que reclamam de racismo. Um grupo que pode ter superado na questão de preconceito e de sofrimento de raça foram os judeus na segunda guerra mundial fora isso ninguém no mundo sofreu tal agruras como a sociedade negra ou seja os africanos que antes de vir e na viagem e todo tempo foram alvo de preconceito foram assim vamos dizer massacrados inclusive com batismo de fogo com marcas como marcam boi toda forma de sofrimento que você possa imaginar meus ancestrais meus antepassados passaram e nós na atualidade é um pouco diferente sofremos um preconceito mas não fisicamente, sofremos mentalmente é nossos antepassados sofreram mentalmente e fisicamente. Hoje só não estamos escravizados numa fazenda ou num engenho de cana que foram substituídos pelas usinas que estão ai, enfim, não somos hoje chicoteados como éramos no passado mas sofremos de forma semelhante, eles não nos dão oportunidades e não nos dando oportunidades e claro que vai deixar a gente sempre na base da pirâmide onde não temos oportunidades de ascendermos socialmente, é só pegar os dados que existem hoje do IBGE e tantas outras fontes então a nível de Brasil, o Brasil é racista e preconceituoso.

Você já sofreu algum tipo de racismo, preconceito ou discriminação racial em Maringá? Em caso positivo, poderia descrever uma ou mais situação (es) na qual foi vítima?

Sim, algumas vezes sofri racismo, dentro de empresas pelos próprios patrões, na rua, no campo de futebol sempre gostei de jogar futebol, mas eu sempre resolvia no braço de um jeito ou de outro, o patrão eu não podia ir com ele no braço então eu pedia demissão ou desacatava e era demitido então eu sofri muito. Na verdade, tenho até prazer em relatar porque as pessoas precisam saber e serem responsabilizadas por tudo isso, as pessoas só vão sentir os brancos só vão sentir o que nos negros sentimos quando tiverem esse sentimento de empatia de criarem um levante de uma sociedade que tenha a coragem de fazer o que nós brasileiros não temos porque quantos de nós morremos todos os dias.

PERGUNTAS ESPECÍFICAS SOBRE O TEMA

A questão racial sempre fez parte da sua história?

Sempre, na verdade sempre me achei negro eu fui um dos sete irmãos dentro da minha casa e minha mãe sempre dizia eu me lembro bem eu tinha onze anos ela me chamava de comunista minha mãe dizia que eu era comunista porque eu fui do tempo do governo militar na década

de 1960 ali no final da década de 1970. Meu pai não é que era partidário mas ele era tipo assim a favor do governo daquela época tinha arena e MDB dois partidos, tinham os outros mas viviam nos porões e meu pai não gostava de falar nada contra o governo porque ele tinha medo tinha horror de polícia de ser chamado pela polícia de ir preso aquele negócio todo apesar que não tinha toda aquela dificuldade porque a gente morava no sítio no meio do mato não estava envolvido com toda aquela questão de lutas aqueles movimentos que geralmente eram movimentos estudantis não estávamos nisso mas ele era contrário. Eu ficava irado com a situação do jeito que estava eu mesmo tendo dez anos e não tinha nem muito conhecimento de obrigações porque as crianças daquela época eram diferentes das crianças de hoje. Mas assim, eu já tinha sofrido preconceito dentro da escola e tinha revidado tinha brigado não foi uma vez só não eu sabia que eu era negro que eu era diferente e sofria por isso apesar de estar longe da cidade então não tinha aglomerações porque a gente morava no sítio e se você analisar por exemplo, geralmente os sítios era de 5, 10 15 alqueires cada um daqueles sítios morava no máximo três famílias então eram poucas pessoas que moravam ali não era tipo aquelas fazendas que tinham então aquela região de Umuarama onde a gente morava eram tudo de sítio pequenos 10 alqueires e 5 alqueires enfim, o momento que estavam com mais pessoas era no campo de futebol que era dentro do sítio a gente ia assistir os jogos eu já com 10 e 12 anos já jogava no meio da molecada, na escola então era os momentos que eu estava no meio de outras pessoas diferentes da sociedade mas já sofria eu sabia que eu era negro e era diferente.

O que você entende por Movimento Negro?

Entendo por Movimento Negro, um movimento organizado por um grupo de pessoas que senta para se organizar e aí é importante que esteja oficializado e registrado, em prol de uma causa e defender uma causa um pensamento, então eu acredito que o Movimento Negro é esse grupo de pessoas independe se é negro ou branco, mas que vai defender esse pensamento de que existe racismo e temos que combater.

Como aconteceu a sua inserção frente a entidade? Poderia contar um pouco da sua trajetória de militante?

Eu sempre fiz uma luta na escola, no futebol, onde trabalhei, chegou ao ponto de que quando eu passei no concurso em 1987 eu comecei então a me adentrar ao movimento e participar mais ativamente. Eu gostava de usar as roupas africanas, queria até ir pra África viver lá. Em 1991 comprei um lote aqui no bairro Santa Felicidade e comecei a construir antes disso eu já

fazia um trabalho aqui, na Sulcam. Meu trabalho era combater as doenças endêmicas, malária, dengue entre outras. Trabalhei com a comunidade na associação dos moradores com o Paulo e começamos a trabalhar com a comunidade, a gente já participava da Associação União e Consciência Negra, criamos o Centro Cultural Jamayka para trabalhar com as crianças e adolescentes, eu fiquei como presidente, depois fui reeleito até que o ministério público disse que eu não podia ser presidente. A Praça Zumbi dos palmares foi uma conquista dos moradores do bairro que não tinham nenhum lazer, reivindicamos à Prefeitura que cedeu os materiais mas não cedeu mão de obra, então fomos a luta e construímos a praça Zumbi dos Palmares.

O movimento negro de Maringá manteve intercâmbio com outras entidades negras em âmbito regional, estadual ou nacional? Se sim, quais? Como se deu essa interação?

Sim, contato internacionalmente com Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Tivemos africanos dentro do Centro Cultural nos apoiando e trazendo sua cultura porque eles eram intercambistas pela Universidade Estadual de Maringá. Infelizmente o Centro Cultural hoje está bem menos ativo do que na década de 1990, como trabalhávamos com crianças e jovens após a revitalização do bairro, muitas famílias se mudaram, nessas famílias que tinham meninos e meninas então nosso trabalho diminuiu.

Inúmeras são as pautas levantadas pelo Movimento Negro. Você acha que as conquistas negras no Brasil avançaram? Em que momento isso ocorreu?

Acho que tivemos muitas conquistas, por direito tínhamos que ser reparados, tanto que as cotas são uma reparação veja bem, enquanto temos 53% de negros e pardos no Brasil, exigimos cotas de 20% e temos dificuldade de conseguir esses 20%, mas avançamos, temos leis mesmo que muitas vezes não são cumpridas, mas temos leis.

Esta pesquisa tem por objetivo retratar a história da população negra de Maringá. Você acredita que a entidade na qual você faz parte é reconhecida pela população maringaense?

Nós fizemos um trabalho muito bom no Santa Felicidade e no João de Barro e eu me orgulho de tudo que foi feito, das crianças e adolescentes que encaminhamos, que participaram de projetos que os tiraram da rua, que ocuparam o tempo que eles tinham. Nós deixamos uma praça como lazer também.

Os espaços públicos de Maringá trazem monumentos de muitas culturas. Você se vê representado em algum deles?

Eu me vejo representado na Praça Zumbi dos Palmares, só tem esse monumento na cidade. Tem tantos outros, mas nada que represente a cultura negra, não temos nem rua que representa a nossa cultura.

Enquanto liderança negra, quais são seus anseios hoje para a população negra de Maringá?

Meu pensamento, eu acredito na possibilidade de acabar o racismo, mas eu não acredito que meus netos vão ver, eu acho que meus bisnetos talvez vejam isso. Enquanto existir no Brasil esse sistema centralizador não vamos ver algo no sentido de erradicar o racismo, a pessoa se acha superior ao outro se acha no direito de ter mais direitos que os outros. Eu anseio pela divisão, que as pessoas olhem para os outros e para as suas necessidades e não em acumular para si.

APÊNDICE 7

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DA MEMBRA FUNDADORA DO INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS ENEDINA ALVES MARQUES E DA ASSOCIACAO UNIAO E CONSCIENCIA NEGRA DE MARINGÁ.**ARACY ADORNO REIS****Onde você nasceu?**

Nasci na Bahia, em Lajedinho não me lembro mais se era distrito de Rui Barbosa.

Quais as origens da sua família?

Vim para o Paraná aos 10 anos de idade fui alfabetizada em escola rural, aqui é minha segunda cidadania, mas sempre fiz questão de manter meu “Baianês”, gosto muito do Paraná, mas mantive meus pés na Bahia, minhas irmãs, têm duas aqui o resto é tudo de lá.

Porque escolheu morar em Maringá?

Eu não escolhi morar em Maringá, eu estudei e me destaquei em matemática naquela época não tinha ninguém formada ai minha professora de matemática me incentivou a fazer faculdade de matemática mas, como se a gente trabalhava hoje pra comer hoje não tinha universidade, mas apareceu a oportunidade de dar aulas pelo Município, a cidade que eu cresci que eu estudei foi em Paranacity e depois surgiu a oportunidade de ser professora de matemática em Xambrê, naquela época era como se estivesse surgindo um emprego nos Estados Unidos pelo tanto que era difícil, a gente não tinha vivência de nada eu até então dava aula um período ia pra roça no outro período e a noite fazia escola normal que eu terminei 1968, surgiu a oportunidade de dar aula em Guarapuava e eu fui na verdade eu queria fazer psicologia ou direito fugi completamente mas até nesse momento da vida eu já era arrimo de família eu me lembro que eu ganhava cento e cinquenta mil cruzeiros que era o dinheiro da época e fui ganhar oitocentos mil cruzeiros e eu não hesitei em ir para Guarapuava para tirar meus pais da roça e dar uma vidinha um pouco melhor para as minhas irmãs mais novas. E assim deu certo, foram os melhores anos da minha vida, adorava meus alunos quase todos da minha idade e a partir dali tentei pedagogia não gostei comecei direito, mas era longe os colegas pararam eu não tinha como ir parei também. Eu aluguei uma casa em Maringá e trouxe toda minha família, tirei todos da roça, daí minha mãe teve um derrame e precisou ir para São Paulo por conta do tratamento e eu trabalhando para manter eles lá, terminado o tratamento minha mãe

quis voltar para Maringá e a gente já tinha desmontado a casa e eu pedi demissão do meu trabalho para ficar com minha família em Maringá, aluguei uma casa, com o acerto que eu fiz nas escolas comprei uma maquininha de tricô também peguei umas aulas complementares. Apareceu um concurso eu fiz e peguei aulas, depois fiz mais um concurso com 20 horas daí minha mãe se recuperou viveu mais uns 18 anos e eu fiquei em Maringá nas escolas onde eu passei eu sempre tive um movimento social com os jovens pensando no direcionamento de uma vida melhor para eles e minha negritude sempre foi aflorada.

Você é feliz em Maringá?

Sim, sou feliz morando aqui apesar de tanta luta.

Você enfrentou desafios morando em Maringá? Quais?

Eu não tive dificuldades em Maringá, eu já tinha padrão e eu vim em 1979 a data não lembro ao certo e em seguida já teve o concurso daí era bem melhor remunerado, tive as dificuldades que todo pobre tem. Sou muito de enfrentar eu nunca baixei a cabeça se isso existe pode ser para mim e pode ser para todo mundo também, e um defeitinho eu sempre tive se eu percebesse que tinha uma colega mais simples sendo humilhada eu comprava briga se visse, sempre comprei a briga para mim as vezes deixava passar.

Você acredita que o Brasil é uma país racista? Em caso positivo, poderia dar exemplos de como esse racismo é praticado na sociedade?

No Brasil tem um cinismo tão grande uma hipocrisia de uma tal democracia racial, porque que Salvador tem Governador e tem Prefeito branco vou me arriscar a falar mas, não tem quinze por cento de branco, a grande maioria é de negros em Salvador em aquela questão, não sei se você percebeu que eu falei em pertencimento, tem um monte de negro lá que não se valoriza, não se reconhece negro, quantos negros temos em Maringá e não conseguimos eleger nenhuma vereadora negra, olha o tanto de conscientização que temos que fazer com nossa filhas, nossa família e nossos vizinhos ou vamos demorar mais cem anos para ter alguém negro fazendo as leis, então tem um monte de coisa aí que é só hipocrisia mesmo.

Você já sofreu algum tipo de racismo, preconceito ou discriminação racial em Maringá? Em caso positivo, poderia descrever uma ou mais situação (es) na qual foi vítima?

Não tem como dizer que não né, por onde eu passei não só em Maringá. Esses racismos velados que agredem mulheres negras e não existe um negro ou negra em Maringá que não tenha

passado por isso. Nossa! Tanta coisa passei, de entrar num lugar e ninguém me receber e te tratar bem somente depois de saber do cargo que eu ocupava, e assim, eu levo no braço, ou você leva no braço ou fica lá no cantinho encolhidinha. Eu levanto a cabeça e vou à luta, mas preconceito sofri de todo o tipo.

Perguntas específicas sobre o tema

A questão racial sempre fez parte da sua história?

Eu nasci negra então sempre teve essa conversa em casa, a própria história a medida que você branqueia um pouco a pele e negue sua negritude ali por parte da minha família minha mãe era mais negra e meu pai descendente de italiano então a minha mãe sempre falou pra nós, nunca abaixe os olhos, e eu passo isso para meus alunos não abaixe os olhos porque a gente foi criado o período todinho da escravidão com os olhos baixos, já cheguei a ficar mais de não sei quantos minutos com o braço levantado em uma reunião mas nunca deixei de falar.

O que você entende por Movimento Negro?

Na hora que você vê uma pessoa de pele mais escura, é para ela a discriminação, é ela que sofre mais, não que os negros de pele mais clara não sofram, mas essa pessoa de pele mais escura sofre mais e nós Enedinas estaremos lá, por todas as mulheres negras e não negras que tenham seus direitos retirados. Eu pertença a raça negra e outra coisa e não deixar passar nada, onde tiver uma negra que passe essa situação a gente está ali e é obrigatório se posicionar isso para mim é um movimento negro.

Como aconteceu a sua inserção frente a entidade? Poderia contar um pouco da sua trajetória de militante?

Eu estava na direção auxiliar no Colégio Unidade Polo e eu fui nas férias para o Espírito Santo, viajei em Vitória também, conheci o Movimento Negro que aqui em Maringá não tinha, eu e mais alguns companheiros e companheiras a gente se reuniu e fundamos a Associação União e Consciência Negra na década de 1980. A gente fez milhares de coisas a gente se reunia e a diretora permitiu que nossas reuniões fossem lá, e começamos o combate a qualquer preconceito, a qualquer discriminação, e esse ponderamento e pertencimento foi um viés que a gente achou, vamos trabalhar esse pertencimento desse aluno e dessa aluna que eles têm um lugar, tem um pai, tem uma mãe, que eles precisam respeitar e buscar a história deles. Fizemos palestras, tinha o Alaor, o Professor Jairo, o Valdeir, não vou falar todos os nomes se não vou

esquecer aqui, tinha esses que estavam mais de frente comigo e fomos fazendo palestras, fomos para Curitiba, Campo Mourão e vários outros lugares fazendo uma fala. Nos mulheres negras dentro do próprio movimento começamos sentir a necessidade de conversamos só nos mulheres, já existia o recorte da violência e já existia o preconceito contra a mulher ai comecei a falar com as meninas vamos conversar pra criarmos um movimento não vamos sair da Associação mas criar esse recorte a gente depois de fazer reuniões e pensar nomes, eu fui para um encontro de negros em Curitiba e eu conheci a história da Enedina, trouxe um recorte de jornal falei sobre a Enedina e as mulheres se apaixonaram pela história falei o que vocês acham, e ai criamos o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques, nesse momento eu me dedico mais ao Instituto do que à Associação. O instituto nesse momento em que as mulheres estão sofrendo porque precisam trabalhar e estudar, eu foco na questão de estudar, estude, você não pode parar, eu sei a diferença que fez eu ter estudado na minha família eu sei a diferença disso eu sei a diferença de entrar e sair em qualquer lugar mesmo que no muro eu sabia entrar e sair. Se você não estuda você se retrai. As minhas companheiras me dão essa força hoje e eu acredito que retribuo. A gente não abre mão que as Enedinas estudem e que uma esteja segurando na mão da outra, a gente não está ali para discriminar branco a gente está para resgatar nosso pertencimento e encorajar e eu sempre digo olhe para o horizonte e o horizonte é infinito e se você pode ela também pode desde que quando ela precisar você estenda sua mão.

O movimento negro de Maringá manteve intercâmbio com outras entidades negras em âmbito regional, estadual ou nacional? Se sim, quais? Como se deu essa interação?

Sim, sempre buscamos estar em diálogo com o movimento negro de Londrina, Curitiba, Campo Mourão por que é uma luta que não se faz sozinho precisamos nos apoiar.

Inúmeras são as pautas levantadas pelo Movimento Negro. Você acha que as conquistas negras no Brasil avançaram? Em que momento isso ocorreu?

Sim com certeza, hoje a gente vê tem muitos movimentos precisamos chamar esses movimentos para conversar não digo juntar, cada um tem sua ideologia, mas precisamos conversar. Quando vejo que antes era só nós da Associação e do Enedina, certa vez eu deixei de ir em São Paulo por causa de um caso de uma menina negra que bateram e fomos até o final cobrando diretos e hoje não é só nós e só por isso acho que avançou.

Esta pesquisa tem por objetivo retratar a história da população negra de Maringá. Você acredita que a entidade na qual você faz parte é reconhecida pela população maringaense?

Olha, coisa de negro não interessa todo mundo, eu acredito que sim porque quando precisam é a gente que eles procuram, mas coisa de negro é coisa de negro. A Associação União e Consciência Negra de Maringá muita gente conhecia, até porque a gente se convidava muito para fazer palestra, hoje quase não convidam a gente, dependendo a gente vai porque quando é palestrante branco eles pagam e para nós tinha que ser de graça. É interessante essa questão não sei responder se no meio da educação todos sabem sobre o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques, como uma instituição sem partido, sem religião e sem dinheiro também. Eu Aracy não posso falar pelas meninas o que eu quero que nenhuma negra de Maringá deixe de acreditar nela depois de conversar com a gente, mas hoje a gente não sai, tivemos época de tudo, eu saía via uma negra um negro já ia abordar hoje a gente não faz mais isso.

Os espaços públicos de Maringá trazem monumentos de muitas culturas. Você se vê representado em algum deles?

Eu estava inclusive pensando essa semana, estava conversando com minha irmã, temos que começar a fazer igual nesses países e derrubar essas estátuas que tem por aí e eu não me vi representada nem enquanto estive na secretaria da mulher, você sabe que passei por lá, foi bom foi uma forma das mulheres negras se sentirem acolhidas. O tempo que tive busquei trazer as mulheres negras para perto.

Enquanto liderança negra, quais são seus anseios hoje para a população negra de Maringá?

Por isso que falo para o outro, eu enquanto mulher negra estou inserida no meu pertencimento isso desde que me entendi por mulher, o que eu penso que poderia ter, nós mulheres negras tomando o que é nosso por direto, o que é nosso por pertencimento se nós mulheres somos mais de vinte e seis por cento de negros e negras em Maringá porque não estamos lá sendo quem “caneteia”. Porque não temos uma loja chique de roupas para negros, porque não apostar para as meninas estudarem, mas acho que já estamos achando o caminho. Anseio que a pessoa negra possa entrar e não ser seguida, numa empresa onde a pessoa negra não esteja só varrendo ou servindo o café, vou morrer sem ver, mas para isso está ficando as filhas e as filhas das amigas para continuar a luta negra. Esse é o meu anseio de ver valorização pelas

próprias negras e pelos negros que não tem consciência de raça. A gente milita até nos cumprimentos, vê uma pessoa negra na rua cumprimenta para ela ver que estamos juntas.

APÊNDICE 8

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DO MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ.

JAIRO DE CARVALHO

Onde você nasceu?

Sou nascido em Maringá, inclusive nesse bairro aqui mesmo, nasci na Rua Rui Barbosa acima da Avenida Colombo.

Quais as origens da sua família?

Minha família é baiana, meus pais são baianos, meu pai de um Município chamado Baixa Grande nós éramos da roça e minha mãe de Mundo Novo, mais ou menos perto uma da outra, meu pai deve ter passado por lá, eles se casaram e pouco tempo depois vieram para o Paraná. Antes do Paraná foram para o estado de São Paulo, para a região de Ourinhos, meu irmão mais velho nasceu ali mas morreu ainda criança. Teve mais algum retorno para a Bahia e depois eles voltaram para o Paraná, em Marilá, uma cidadezinha que existiu ao lado de Paiçandu, meu pai ainda trabalhando na roça, mas a cidade não existe mais meu irmão é nascido lá a cidade acabou é ali onde existe aquele cemitério dos caboclos.

Porque escolheu morar em Maringá?

Teve uma grande geada lá e meu pai veio para Maringá saiu da roça e veio para a cidade trabalhando de servente de pedreiro inicialmente, e depois entrou na Companhia Melhoramentos de peão, e foi a época que eu nasci, em trinta de maio de mil novecentos e cinquenta e nove.

Você é feliz em Maringá?

Sempre morei em marinha e passei minha adolescência aqui fiquei uns dois anos morando fora andando por aí. Retornei para cá não sei se fora seria melhor.

Você enfrentou desafios morando em Maringá? Quais?

De modo geral o tempo todo, não sei assim dimensionar o que seriam grandes desafios. Olha, eu sempre fui uma pessoa muito pobre, deficiente físico, com deficiência física de nascença por

isso sou mais acostumado, desenvolto talvez. Mas, não estou me lembrando de algo em especial.

Você acredita que o Brasil é uma país racista? Em caso positivo, poderia dar exemplos de como esse racismo é praticado na sociedade?

Hoje temos confirmação disso, olha tem inclusive estudos sobre rendimento, emprego, sobre mortes violentas, renda e escolaridade, os negros aparecem com números desfavoráveis.

Você já sofreu algum tipo de racismo, preconceito ou discriminação racial em Maringá? Em caso positivo, poderia descrever uma ou mais situação (es) na qual foi vítima?

Olha, eu assim diretamente, pessoalmente, eu acho que não, eu não estou me lembrando, mas ao presenciar algo assim a gente é tocado, já tive piadas, mas nem sempre encarei como um ato de discriminação, já brincaram comigo, além disso eu tenho uma outra coisa, eu sou negro, mas não tenho todas as características de outros negros então sempre teve pessoas com muito mais características que a gente. Esse bairro aqui mesmo, hoje de classe média antes era periferia, na minha infância a cidade acabava aqui, então aqui nesse lugar tinham famílias de pessoas muito escuras que eram meus amigos, e tinham muitas outras pessoas do meu bairro também negras que sofriam diretamente essas brincadeiras, comigo teve na escola.

Perguntas específicas sobre o tema

A questão racial sempre fez parte da sua história?

Eu nunca me senti branco a vida toda a gente se percebe negro, meu pai era mais escuro que eu e minha mãe mais clara. O meu pai era presidente do sindicato dos carregadores de café isso lá em 1960, e no trabalho do meu pai os saqueiros eram todos negros, na verdade quase todos eu sempre vi isso. Na adolescência a gente ouvia falar do que acontecia nos Estados Unidos, ouvi falar dos Panteras Negras, ouvi falar do Luther king alguma coisa e a gente foi se identificando, isso me tocou ao ponto de eu dizer que sou negro e quero acabar com a discriminação isso lá nos anos 1980, eu já era um homem adulto já era formado inclusive. O sindicato dos carregadores de café funcionava diferente dos outros sindicatos, ele não fazia reivindicações salariais funcionava mais como um agenciador de trabalho, assim é a categoria dos carregadores de café. Tinha a categoria dos arrumadores e os estivadores também que funcionavam dessa forma. O meu pai veio da zona rural para Maringá e acabou entrando para a categoria, vocês não sabem o que era esse trabalho, uma desgraça, carregava

sacos de 60 quilos na cabeça e tinham que ser muito fortes e meu pai começou a trabalhar nesse sindicato se não me engano em 1964, o meu pai foi presidente dos carregadores de café dias antes do golpe. Imagina os piquetes, a categoria dos carregadores de café parece-me foi a única que atravessou o período do golpe em greve. [...] olha não havia muita consciência sobre a questão racial, eu tinha ouvido da minha mãe relatos de discriminação racial na vizinhança a pessoa negra que queria alugar uma casa e o dono da casa branco não queria alugar a casa, de alguma forma esse assunto aparecia. Na minha época não existia isso na universidade, depois que me formei teve na cidade o seminário internacional sobre escravidão e eu fui assistir eram muitos daqueles relatos que não tocavam muito na questão racial, teve um professor que se eu não me engano veio através da parceria que a UEM tinha com a USP que falou sobre história da África, nesse momento que percebi, nessa época eu já estava mais ou menos envolvido com essas questões. Nessa época também eu trabalhava como desenhista, trabalhava para gráfica e estamperia fazendo arte final, tudo a mão, naquela época era a mão não aprendi a fazer no computador até que fui dar aula, eu me formei em 1986 e no mesmo ano comecei a dar aulas, mas ainda continuei desenhando, e em 1987 fiquei só nas aulas mesmo, eu ganhava mais ou menos o mesmo tanto de professor e desenhista. Acabei aposentando da profissão de desenhista, nunca mais desenhei era até um profissional jovem, tinha até a possibilidade de ser um dos melhores da cidade.

O que você entende por Movimento Negro?

Eu não sei se vou saber definir certo acho que são entidades ou pessoas que se juntam para defender a causa dos negros no Brasil, que vivem em situação de inferioridade, então essas várias entidades ou pessoas lutam pela igualdade, reconhecimento e pela cultura.

Como aconteceu a sua inserção frente a entidade? Poderia contar um pouco da sua trajetória de militante?

Os primeiros movimentos que a gente se reunia era lá no colégio Unidade Polo, a professora Aracy era vice-diretora e o grupo se reunia lá. Chegamos a ter sessenta pessoas em uma reunião, fazíamos grupos de estudos, mas não tinha muita coisa para se ler era meio na adivinhação e a gente socializava, discutimos e depois íamos para outras atividades, o mestre Pedro formava o grupo de capoeiras e todos os capoeiristas participavam das reuniões, tinha uma pessoa que dava aulas de inglês para o grupo, outro ensinava violão para o pessoal que estava ali. O Alaor era advogado na cidade trabalhava com teatro amador e fazia apresentações. Eu encontrei algumas vezes algumas pessoas antes de existir essa entidade teve

uma outra entidade antes que se propôs a cuidar do negro em Maringá era o Mário filho, conhecido como Marinho, encontrei ele uma vez conversei sobre isso a gente conversava bastante sobre criar esse grupo, me deram a notícia do grupo da Unidade Polo, fui e fiquei isso lá pelos anos de 1987 eu acho. Depois essas outras entidades que sugeriram tiveram o pé na Associação em algum momento tiveram na Associação União e Consciência Negra seus primeiros passos. O Jamaica frequentava as atividades da associação e a gente ajudou e sempre teve junto, mas ele tinha interesses específicos. O Alaor mesmo foi candidato a vereador e eu sempre fui militante do PT nessa época e também entrei como candidato a vice-prefeito.

O movimento negro de Maringá manteve intercâmbio com outras entidades negras em âmbito regional, estadual ou nacional? Se sim, quais? Como se deu essa interação?

Até o começo dos anos 1980 não existiam movimentos negros no Brasil, até porque era proibido. O marco do retorno do movimento negro no Brasil foi a criação do Movimento Negro Unificado MNU, mas o MNU era um grupo marxista a origem dele era com aquelas organizações que estavam surgindo e ressurgindo com o enfraquecimento da ditadura e a igreja católica o lado mais progressista também tinha a militância do Movimento Negro, me parece que o GRUCCOM foi formado inspirado no setor progressista da igreja católica o grupo surgiu em São Paulo, aqui em Maringá talvez possa encontrar alguma coisa, tinha também em Londrina e Curitiba a gente teve conversando, eles vieram para cá várias vezes no momento que a gente estava se organizando. O GRUCCOM é o mesmo nacionalmente ele adota as mesmas regras em todos os lugares que está, em Maringá a gente pensou, olha, melhor a gente não entrar nessa e criamos a nossa entidade como Associação União e Consciência Negra de Maringá, então a gente não tem vínculo com o GRUCCOM. Temos nosso registro em cartório e alguns desses documentos estão na casa do Alaor.

Inúmeras são as pautas levantadas pelo Movimento Negro. Você acha que as conquistas negras no Brasil avançaram? Em que momento isso ocorreu?

Avançaram sem dúvida, avançaram muito. Eu acho que desde que surgiu o Movimento Negro na década de 1980 para cá, não conheço os números e a quantidade de negros no ensino superior, mas sem que é bem maior, de negros profissionais liberais também e a renda média dos negros devem ter melhorado, o avanço é significativo.

Esta pesquisa tem por objetivo retratar a história da população negra de Maringá. Você acredita que a entidade na qual você faz parte reconhecida pela população maringaense?

Não, e eu acho até que teve uma época que foi mais comentada agora está praticamente parada, teve uma época que acontecia um determinado caso de racismo e a pessoa vinha procurar a gente.

Os espaços públicos de Maringá trazem monumentos de muitas culturas. Você se vê representado em algum deles?

Interessante, tem um busto do Zumbi dos Palmares na cidade, lá no Santa Felicidade. Onde é a praça Zumbi dos Palmares, foi uma luta para conseguir colocar esse nome na praça.

Enquanto liderança negra, quais são seus anseios hoje para a população negra de Maringá?

Olha, eu acho que Maringá não é diferente do que deveria ser o restante do país, inserção maior dos negros no mercado de trabalho, diminuir a perseguição policial, integrar à sociedade com os outros sem ter que pagar por isso, não sofrer pela cor da pele é o que a gente deseja e acha que é possível. Eu não conheço obras que falam sobre os negros em Maringá, será que existe, a história do negro em Maringá eu não sei se existe.

APÊNDICE 9

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DA MEMBRA DO INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS ENEDINA ALVES MARQUES**EVA [COMPLETAR O NOME!!!]****Onde você nasceu?**

Nasci em Maringá em 1963.

Quais as origens da sua família?

Meu pai é baiano de Macaúbas e minha mãe paulista de Vera Cruz.

Porque escolheu morar em Maringá?

Meu pai trabalhava na lavoura decidiu vir para a cidade, começou como zelador na antiga Sambra depois passou para mecânico e ficou mecânico até o fim da vida.

Você é feliz em Maringá?

Sim, sou feliz morando em Maringá.

Você enfrentou desafios morando em Maringá? Quais?

Como eu nasci aqui, as pessoas quando chegam comparam eu não tenho como comparar porque eu já nasci aqui mas eu tenho episódios da minha vida enquanto infância, escola e primário e várias outras situações que eu fui entender depois, depois que eu fui entender situação de preconceito que eu fui entender o que era racismo.

Você acredita que o Brasil é uma país racista? Em caso positivo, poderia dar exemplos de como esse racismo é praticado na sociedade?

Eu acredito tanto é que a gente vive isso, acredito. O Brasil é racista claro que é, veja bem, agora outra situação, porque eu vou conversando com você o porquê e vou dando exemplos da minha vida. Fiz Magistério já com trinta anos, namorei, casei e tive filhos. Em 1996 comecei a trabalhar numa pré-escola particular e eu cuidava do pré 3, tinha uma mãe, a criança queria ficar com a mãe, era uma briga para ficar na escola ela chorava muito para ficar e eu tinha que agradar e como toda professora de escola particular você tem que fazer das tripas coração pra não perder aluno. A diretora me chamou uma tarde na sala dela e falou, olha a mãe da Lorena falou pra mim que a Lorena chora porque tem medo de você, eu falei porque gente

nunca fiz nada pra menina, ela falou que ela tem medo de gente preta e você é preta, isso já estava construído em mim eu já tinha mais de trinta anos e eu tinha uma consciência diferente de quanto eu tinha doze ai eu falei qual vai ser o seu posicionamento, a diretoria me disse que falou para a mãe que eu era uma excelente professora e que se ela quisesse tirar a filha dela era um problema dela. É muito difícil Marcela, sua patroa chegar e falar e você precisando trabalhar nessa época eu tinha separado do pai das minhas filhas, duas filhas para eu sustentar. Passei na Uem no curso de história, então eu estava estudando de manhã trabalhando na escola e a tarde com duas filhas né era muito difícil, fiquei morrendo de medo dela me mandar embora e ela sustentou que não. É uma coisa muito difícil poxa, eu preciso desse emprego, é minha renda você faz tudo pra ficar com o emprego e a pessoa vai falar pra você que a criança tem medo o cabelo você prende mas a cor da pele você não tira é essa cor é retinta é retinta, pensa bem e eu sou uma retinta que não sou uma retinta forte pensa bem o que essa família fez com essa criança eles falavam pra ela o que ela tinha medo aquela criança de três quatro anos não sabia isso, o Brasil é racista e nós sentimos isso na pele, no coração e no medo de perder o emprego, sorte que a gente encontra pessoas como essa minha patroa, mesmo porque a questão ali era a família, a mãe mas também não foi feito nenhum trabalho com a família ficou só a fala da diretora com a mãe, ai você pensa quanto mais a gente vive mais amadurece vai tendo experiência das coisas e eu tinha até medo dessa mãe e de perder o emprego tanto que eu me calei, ela achando aquilo e eu nem me defendi.

Você já sofreu algum tipo de racismo, preconceito ou discriminação racial em Maringá? Em caso positivo, poderia descrever uma ou mais situação (es) na qual foi vítima?

Eu tinha doze anos eu fui cuidar de uma criança uma mulher aqui perto tinha uma criança era para cuidar no período da tarde eu vim para cá nesse bairro em 1975, quando eu cheguei na casa era para cuidar da criança, depois passei a lavar louca, varrer calçada, a mulher engravidou virei a doméstica da casa, e recebendo uma miséria como baba do menino. Minha mãe branca com os cabelos dela escorrido e ela gostava de fazer permanente ela gostava de cabelo enrolado, ela gostava das minhas características e ela cuidava muito do meu cabelo, geralmente era solto, ou era preso como um rabo de cavalo. Eu chegava da escola almoçava e ia pra casa dessa mulher e eu chegava lá a mulher falava vamos prender esse cabelo, vamos prender esse “chuí” e eu achando que aquilo era um carinho, então eu voltava pra casa sempre de cabelo preso feito o coquinho, só depois que eu fui entender o que ela fazia, esse negócio de falar vamos prender esse “chuí”, e eu achava que ela estava sendo carinhosa comigo e depois ela falava melhor prender porque tem a questão de piolho e eu lembro de tudo

isso, eu muito nova, isso é algo que eu fui vivendo e depois que amadureci que fui entendendo o que ela fazia, me colocou pra cuidar fiquei sendo a doméstica da casa, com pouca idade meio período porquê de manhã ela fazia alguma coisa e a tarde tinha que limpar cozinha, varrer calçada o serviço da parte da tarde ficava todo pra mim, ela ficou cuidando da criancinha menor e eu fazendo os trabalhos a questão de eu chegar e já prender meu cabelo então ela quebrou aquilo que minha mãe construiu em mim que era andar de cabelo solto, que era prender, mas prender com jeitinho fazendo uma trança, e não um pitoquinho, eu lembro que era preso e cheio de grampo, lembro que era tudo muito preso. Depois eu fui entender essa situação.

Perguntas específicas sobre o tema

A questão racial sempre fez parte da sua história?

Sempre como te falei a minha mãe eu tive uma infância com muita auto estima, minha mãe sempre falou que eu sou bonita, sempre arrumou meus cabelos no tempo que ela ficava, minha mãe sempre foi do lar, nunca trabalhou fora, ela pegava meu cabelo pegava lápis naquela época enrolava ficava aqueles canudinhos eu lembro tenho até fotos eram três camadas de caixinhos, eu tinha bastante cabelo e o tempo que ela ficava fazendo aquilo no meu cabelo, depois ela falava você está linda daí ela levava a gente pra igreja naquela época era a São José, então eu minha autoestima era lá em cima. Quando a outra prendeu eu achei que era um carinho igual ao da minha mãe. O que eu tinha ainda de infância aquilo de ficar mexendo era um ato de carinho, as coisas começam a se quebrar no primário né Marcela, porque no primário eu estudei no Gabriela Mistral na Vila Operária, na avenida Laguna, onde é hoje o Éden Beer. Estudei do primeiro ao quarto ano no Gabriela Mistral, eu não gostava de recreio eu era aquela criança que saía pro recreio dava uma volta aí eu voltava pra fila, naquela época tinha sopa na merenda, as crianças corriam brincavam e eu sempre era a primeira da fila porque eu voltava e esperava quando a professora chegava pra levar a gente pra sala porque isso, é muito forte em mim uma música que não sai da minha cabeça, eu não sei se você conhece ela é totalmente racista que a molecada cantava hoje nunca mais ouvi, “negra preta do sovaco fedorento bate a bunda no cimento para ganhar mil e quinhentos”, pensa, eu sentia que aquilo era pra mim porque as meninas brincavam e olhavam pra mim e riam então aí já começa se quebrar eu não me lembro se era no segundo ou terceiro ano, não me lembro que ano era começou a se quebrar isso que eu tinha construído. Assim que eles vão tirando sua identidade,

se eu não tivesse essas experiências ia crescer com a minha mãe falando, minhas tias falando que eu era bonita, quando você vai para o mundo lá fora você vê o quanto o mundo é cruel e a sociedade é cruel. No meu tempo não tinha voz e a molecada é cruel, a escola é cruel, as meninas brincavam entre elas mas olhavam pra mim e riam eu participava mas quando riam era de mim, o que eu fazia era sair e ir para a fila, ficava esperando acabar o recreio porque na sala tinha a professora pra proteger porque no meu tempo dentro da sala não tinha isso porque dentro da sala tinha muito respeito, agora no recreio não, por isso que é difícil não sei se é difícil a palavra certa, minha mãe me criou falando, seu cabelo é assim, lindo assim e no meu tempo não tinha esses cremes minha mãe pegava brilhantina que era de homem e ela passava pra ficar molinho pra fazer os caixinhos.

O que você entende por Movimento Negro?

O Movimento Negro eu entendo como um movimento mesmo, em minha percepção são pessoas que tem o interesse de defender as nossas causas e quando digo em movimento vou falar da Associação União e Consciência Negra, você viu quantas pessoas tem lá, tem o Chupin, o Jamaica, eu, a Cleuza, a Ana Lucia, dentre outros tantos. O movimento é isso, passa lá aprende e depois ensina eu acredito que isso é o Movimento Negro, ele é um movimento dentro do movimento. Eu penso que assim como em outras regiões o objetivo é o mesmo a gente tem nossa pauta aqui, por exemplo, aquele caso que aconteceu com os meninos angolanos naquela cervejaria, todos nos mandando mensagem e ficamos acompanhando na delegacia e o COMPIR mandando mensagens, nosso presidente é advogado e tem um entendimento que a gente não tem, ele disse olha aconteceu assim, o delegado não quer pôr como racismo e sim como injúria, nós perdemos muita coisa por não ter entendimento jurídico, graças a Deus o Mauricio está hoje no COMPIR. A Nathalia é a minha filha mais nova ela se formou há dois anos em direito e ela é do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques então quando a gente tem uma questão a gente fala com ela. Nós fizemos um projeto para a Câmara Municipal como Movimento Negro, trabalhando a violência contra a mulher de que toda pessoa que responde por agressão a mulher, a idoso ou a criança não pode se estiver respondendo processo assumir cargo público, nós fizemos isso por que descobrimos que pessoas com função respondiam processo por agressão. É muito importante ter um advogado no movimento que encaminhe a gente, na época do Senhor Alaor eles conseguiram muitas coisas, isso é muito legal não sei se isso vai estar escrito mas é a oralidade, a gente conversava muito eu, Alaor, Aracy, Zica, Jairo e a Maria Auxiliadora a esposa do Senhor Alaor gostava

muito de conversar é uma pena ela ter ido, eles eram de uma geração e eu sou a outra geração desse mesmo Movimento Negro.

Como aconteceu a sua inserção frente a entidade? Poderia contar um pouco da sua trajetória de militante?

Eu vou começar falando do Movimento Negro, porque é a partir daí que surgiu o Enedina, eu fui trabalhar em 2000 num colégio de manhã era estado e a tarde município e a Aracy dava aula lá eu conheci a Aracy hoje até falo para ela que a gente se via e cada uma ia para sua sala escola é aquela dinâmica e a gente não tinha uma amizade. Ela tinha o grupo Akotirene eu gostava muito eu assistia o ensaio via mas ficava na minha, enquanto professora do Estado e também da prefeitura. Fui fazer especialização na Uem, relações Inter étnicas e a questão racial no Brasil, o Praxedes que organizou esse curso junto com o Alaor e o Valdeir. A Maria Auxiliadora eu conheci como professora da minha filha. Pra encerrar o curso tinha que fazer uma monografia falei para o Praxedes eu quero falar sobre o Movimento Negro de Maringá ai estava muito amplo e ele não, porque você não fala da companheira Aracy fundadora do Movimento, o Praxedes conhecia ela e disse é uma pessoa maravilhosa se ela aceitar, ele sugeriu fazer história oral, gravei as fitinhas por meses, eu justifiquei a pesquisa e ela aceitou e ficamos amigas, porque igual você veio aqui imagina conversamos por seis a gente cria um vínculo e com a Aracy fiquei meses conversando ela chorava contava o que não podia aparecer o que ela queria que aparecesse e assim foi e a partir daí eu conheci o Alaor e o Valdeir, já conhecia um pouco o Akotirene e comecei a participar das reuniões do Movimento Negro que eram na APP sindicato no edifício perto do Banco do Brasil no edifício Atalaia. Dentro do Movimento Negro tinha eu, Cleuza, Aracy, Zica e a Maria Auxiliadora um grupo de mulheres a Aracy falou vamos fazer um grupo de mulheres negras, porque podemos conversar das questões específicas das mulheres, daí que nasceu o Instituto, porque pensamos agora nós vamos falar das questões da auto estima da mulher, do cabelo e do corpo. Resolvemos formalizar em 2005 formalizamos no papel o Instituto formalmente é de 2005, informalmente 2003 e 2004, puxamos de dentro do Movimento Negro um grupo de mulheres, o instituto procurava e a Aracy descobriu a Enedina Alves Marques engenheira que se formou na Universidade Federal do Paraná ai pedimos permissão para a família porque ela já era falecida entraram em contato com a família de Curitiba se autorizavam o uso do nome, a família autorizou e o Instituto ficou Enedina Alves Marques, mulher negra, engenheira, pobre, a gente leu a biografia dela e tivemos a informação de que ela foi estudar porque a mãe dela

trabalhava de doméstica na casa e os patrões da mãe pagavam os estudos dela e ela passa na federal.

O movimento negro de Maringá manteve intercâmbio com outras entidades negras em âmbito regional, estadual ou nacional? Se sim, quais? Como se deu essa interação?

Sim nós participamos do Fórum Paranaense e participamos de eventos nacionais, nós procuramos nos articular. Nós temos o fórum permanente de promoção étnico racial, esse fórum é do Paraná todo e ocorre de dois em dois anos, acontece também a reunião maior onde todos os movimentos negros do Estado do Paraná, os Quilombos de Palmas, o Movimento de Curitiba, Guarapuava vão também e apresentam o que eles estão fazendo, as dificuldades e como estão caminhando e o Paraná consegue conversar. Fazemos a reunião Estadual e depois a nacional, é maravilhoso, temos a presença de todos os movimentos, o nordeste por exemplo, nós aqui do Sul temos uma pauta do racismo o norte já fala da fome, muita pobreza, aqui Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul é o racismo, quando você vai levar as pautas para a conferência nacional, tem saúde, educação todos pedem pela saúde, pela educação e em todas as regiões morrem mais negros se você ver a questão da baixa renda, são os negros, quando você vai na nacional que enxuga um pouco os temas, os problemas continuam sendo os mesmos, o evento é maravilhoso em setembro terá a marcha de mulheres negras eu quero ir, vai ser em Brasília. Já vivemos tempos que viajamos com tudo pago, hoje teremos que nos articular para podermos ir. Isolados somos enfraquecidos, mas quando a gente se junta com a negrada aí somos fortalecidos, voltamos cheios de gás.

Inúmeras são as pautas levantadas pelo Movimento Negro. Você acha que as conquistas negras no Brasil avançaram? Em que momento isso ocorreu?

Se eu falar para você que estão paradas não estão, muito antes eu não tinha essa consciência, enquanto eu me entendi no movimento negro, as causas negras e toda luta aí eu penso que teve avanço, claro que a gente queria um pouco mais, menos jovens morrendo, menos mulheres morrendo nos partos que é real isso que mulheres negras quando vão ganhar bebe recebem menos anestesia do que a mulher não negra, porque tem aquela mentalidade que a mulher negra é mais forte. Essas coisas que a gente vê, essas crianças negras de São Paulo estão matando no ninho, a mortalidade branca difere e muito da mortalidade negra, dá uma tristeza ver tanta criança negra morrendo, e será que não veem que são sempre nós negros, avançou, mas eu fui a primeira da minha família a estudar, mas as coisas já mudaram, minhas filhas estudaram sabe, já avançou do que era antes mas falta muito. Quando eu formei no Magistério

meu pai foi na formatura todo orgulhoso, minha filha professora, fiz Uem quando terminei em 2000 já não tinha minha mãe que ela faleceu em 1999 aí meu pai foi no Ginásio Chico Neto e chorou é um sonho realizado meu e dele imagina, que expectativa de um homem com 60 anos terminando o primário pelo Ceebeja vendo a filha professora, aí em 2001 ele faleceu, mas faleceu com essa alegria mas fui a primeira da família eu sou uma mulher negra sujeita da história, porque foi se construindo minha história, minhas filhas estudando, eu tive condições que meus pais não tiveram a mais nova eu fiz das tripas coração pra que ela fizesse Direito, e ela com as pernas dela passou no Mestrado na UFF fez o mestrado e agora está tentando o Doutorado em Joao Pessoa, quer dizer tivemos avanços e eu sempre digo das raízes nossas. A minha tia, irmã do meu pai fez 88 anos fizemos uma festinha pra ela pelo computador ela lá na Bahia, a vizinha fez um bolinho e eu, minhas filhas, meu neto, minha sobrinha que tem dois filhos para cantar parabéns pra ela e daí ela de muita idade não enxergava ninguém sabe mas a alegria de ver o quanto a família agora já consegue ter acesso as coisas, quanto sofrimento essa minha tia passou e meu pai que veio da Bahia com 14 anos sem calçado, ele veio calçar quando veio da Bahia para o Paraná. Eu tenho que lembrar minhas filhas disso , com o avô foi assim, com a mãe foi assim e foi a primeira que conseguiu passar no vestibular, cursar uma universidade pública e vocês não podem achar que porque vocês estudaram, todas as outras terão essa mesma oportunidade, tem que saber de onde vocês vieram, mas elas tem consciência e eu estou sempre lembrando.

Esta pesquisa tem por objetivo retratar a história da população negra de Maringá. Você acredita que a entidade na qual você faz parte é reconhecida pela população maringaense?

Para a população eu não sei te falar, quando a gente vai no bairro a gente gosta muito, aqui no Requião e na Guaiapó eu trabalhei ali 7 anos a Aracy mais do que eu então a gente tem uma familiaridade ali somos reconhecidas e no Ney Braga também, agora se você falar enquanto sociedade eu não sei. A gente faz todo ano um seminário de mulheres negras, porque o instituto é de mulheres negras, mas não quer dizer que é só para mulheres negras. A nossa luta é para mulher negra e não negra, para o homem e para a criança.

Os espaços públicos de Maringá trazem monumentos de muitas culturas. Você se vê representado em algum deles?

Olha não sei se ainda tem, eu gostava muito da praça Zumbi dos Palmares lá no Santa Felicidade, quando eu ia lembro que eles iriam restaurar a praça e lá eu me sentia

representada em outros lugares eu não sei, eu não me vejo representada na catedral, o Peladão ao meu ver são traços brancos, não vieram só brancos para cá, vieram pessoas pretas para cá. Se você falar com a Cleuza ela vai contar, temos uma briga para trocarmos os nomes das praças que tem escravocratas como homenageados. Se você for ler a história como foram cruéis e são homenageados.

Enquanto liderança negra, quais são seus anseios hoje para a população negra de Maringá?

Eu queria tanto melhores condições de tudo, melhores condições de saúde, melhores condições de estudo, condições dignas, me dá uma tristeza ver aquela criança na escola que fica no cantinho que não quer brincar eu me vejo muito naquela criança não é que ela não quer brincar aconteceu alguma coisa com aquela criança, igual quando eu ouvi aquelas crianças cantarem aquela musiquinha e nem se tocaram. A Aracy conta muito isso e é comum para nós ouvir as pessoas se referindo aos alunos como aquele neguinho que senta lá no fundo, aquele aluno tem nome, eu penso que isso tem que mudar. Eu trabalhei muitos anos na educação infantil, trabalhei quatro anos em escola particular e aposentei na prefeitura, 25 anos trabalhando no fundamental e na creche. Você sabe quais as crianças que as tias e as auxiliares cuidam que fica mais perto, sim as branquinhas. Aí você vê aquele cabelo crespo eles puxam, fazem aquele pitotinho com a xuxinha e está pronto e das outras crianças, penteia, põe lacinho, põe presilhinhas, é isso que eu quero que muda. Não sei como vamos articular isso mas temos que articular. Na creche não tinha bonecas negras e quando a gente levava as crianças brincavam porque é brinquedo. Eu estou lendo o racismo estrutural e é bem isso ele está tão enraizado.

APÊNDICE 10

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DA MEMBRA DO INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS ENEDINA ALVES MARQUES E MEMBRA DA GERENCIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**CLEUZA SOUZA TEODORO****Onde você nasceu?**

Nasci em Astorga

Quais as origens da sua família?

Minha mãe é de Minas Gerais e meu pai de Araraquara estado de São Paulo

Porque escolheu morar em Maringá?

Na verdade, foi meu pai que decidiu morar em Maringá, a gente morava no sítio lá em Astorga queria vir para a cidade grande, colocaram a mudança em cima do caminhão e vieram para cá com a promessa de trabalho, chegaram aqui e não era nada do que falaram foi muito triste eles vieram e tinham prometido para eles uma casa e não deram. Meu pai, minha mãe e meus irmãos ficaram morando embaixo de um encerado como cigano, depois que foram arrumar uma casa e só tinha café plantado, um poirão danado e não tinha água inclusive, quando minha mãe chegou a gente fazia as coisas como se fazia no sítio, armazenava as comidas em latas e tinha uma vizinha e ela disse vocês que vieram do sítio aqui a gente não empresta nada para ninguém e quatro dias depois a vizinha veio pedir gordura emprestada.

Você é feliz em Maringá?

Sim, eu gosto de Maringá, faz uns quarenta anos que moro aqui já.

Você enfrentou desafios morando em Maringá? Quais?

Muitos desafios, na escola por conta de preconceito eu não ia pra aula porque não tinha amigos, nunca tive um trabalho relevante também, e não tinha comida pra comer.

Você acredita que o Brasil é um país racista? Em caso positivo, poderia dar exemplos de como esse racismo é praticado na sociedade?

Extremamente racista, é o país do racismo, as pessoas dizem eu não sou racista eu até tenho um amigo negro, o racismo está tão escondido que é como um tiro que você leva na nuca e não sabe de onde vem é um racismo doído que deixa a gente doente.

Você já sofreu algum tipo de racismo, preconceito ou discriminação racial em Maringá? Em caso positivo, poderia descrever uma ou mais situação (es) na qual foi vítima?

Minha vida toda, eu não tinha amigos.

Perguntas específicas sobre o tema

A questão racial sempre fez parte da sua história?

Na realidade os nossos familiares sempre fazem isso, você vai na escola e fica quietinha porque o que sumir na escola, é com você. Isso aconteceu com minha sobrinha na escola, a professora disse tem neguinha com piolho e a minha sobrinha era a única negra da sala ela chorou muito não queria ir mais pra escola. As professoras e professores hoje precisam aprender com o Movimento Negro, a lei 10639/2003 diz que a história negra deve ser contada em todas as áreas.

O que você entende por Movimento Negro?

Estar sempre em movimento, em ação, com um olhar e com uma ótica diferente, sentir a dor do outro e da outra e estar sempre em movimento. Nós não temos que ser só o negro dentro do movimento, os não negros precisam participar, os negros de hoje são herdeiros de reis e rainhas, os brancos de hoje são herdeiros de senhores de engenho.

Como aconteceu a sua inserção frente a entidade? Poderia contar um pouco da sua trajetória de militante?

Foi através da Aracy, as reuniões aconteciam na Unidade Polo, eu participava das reuniões, e decidimos por criar o grupo de mulheres negras e colocamos o nome de Enedina Alves marques o nome da primeira Engenheira Negra do Estado do Paraná. Todos os anos fazemos o encontro de mulheres negras aqui em Maringá.

O movimento negro de Maringá manteve intercâmbio com outras entidades negras em âmbito regional, estadual ou nacional? Se sim, quais? Como se deu essa interação?

Sim, eu sempre falo com o pessoal de Curitiba, Londrina, São Paulo mesmo me ligaram da CUT, por conta do episódio de racismo contra os meninos angolanos, ligara pedindo um posicionamento do Movimento Negro aqui de Maringá. O racismo tem a mesma cara, o racismo ele é igual um monstro com vários braços que vão te atravessando se você é negro ou se você é mulher. É interessante quando você está dentro do movimento, você tem um olhar que identifica o racismo em suas diversas formas.

Inúmeras são as pautas levantadas pelo Movimento Negro. Você acha que as conquistas negras no Brasil avançaram? Em que momento isso ocorreu?

A partir da lei 10639/2003 teve um avanço e aí ela retrocede, mas a gente tem fé que vai avançar ainda mais.

Esta pesquisa tem por objetivo retratar a história da população negra de Maringá. Você acredita que a entidade na qual você faz parte é reconhecida pela população maringaense?

Olha eu acredito que sim, eu costumo falar com as pessoas no meio da rua, nós fizemos oficina com mulheres negras sobre os turbantes e uma mulher me abordou e disse que eu mudei a vida dela, porque ela chegou aqui em Maringá tinha tantos grampos no cabelo e ela disse que tinha a alma grampeada e eu falei com ela mexi nos cabelos dela e ela disse que se libertou. Você não muda uma massa você muda um e esse vai mudar mais um.

Os espaços públicos de Maringá trazem monumentos de muitas culturas. Você se vê representado em algum deles?

A gente conversou com o prefeito e estamos discutindo sobre uma parceria, sobre Angola como uma cidade irmã de Maringá, mas eu me lembro da praça Zumbi dos Palmares no Santa Felicidade, onde tem o busto do Zumbi dos Palmares, podia ter um monumento de Dandara como as mulheres da luta.

Enquanto liderança negra, quais são seus anseios hoje para a população negra de Maringá?

Que todas pessoas sejam reconhecidas pelo conteúdo do caráter e não pela cor de sua pele. Vamos ter nossos heróis de verdade que fizeram de tudo para melhorar a vida dos outros.

ANEXOS

ANEXO 01 Estatuto da Associação União e Consciência Negra de Maringá – AUCNM

ESTATUTO ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIENCIA NEGRA DE MARINGÁ –AUCNM



ASSOCIAÇÃO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE MARINGÁ
Fundada em 20/11/85 – Reg. CTD nº 1570 - CGC/MF 80.612.682/0001-22
Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 12.852/2000
e Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 12.852/2000
Sede Provisória à Av. Brasil, 3746, sala 218 - Fone/Fax: (44) 3226-5512 - CEP 87013-903 – Maringá – Pr

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º - A Associação União e Consciência Negra de Maringá, fundada no dia 20 de novembro de 1985, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro jurídico na Comarca e Município de Maringá, localizada à Av. Brasil, 3746, sala 218 - Centro, com prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 2º - A Associação União e Consciência Negra de Maringá tem por finalidades:

- a) - Lutar contra o preconceito de cor e a discriminação racial em todos os níveis da sociedade brasileira;
- b) - Elaborar projetos e efetivar ações que possibilitem o estudo, a valorização e o resgate da cultura e da história afro-brasileira;
- c) - Manter intercâmbio e apoiar outros segmentos sociais vitimados pela discriminação racial;
- d) - Participar da estrutura organizacional do Movimento Negro estadual e federal;
- e) - Firmar convênios com os órgãos da Administração Pública, autarquias e/ou da iniciativa privada com o objetivo de possibilitar a viabilização dos objetivos da Associação;
- f) - Comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra;
- g) - Manter intercâmbio e convênios com outras entidades voltadas à cultura afro-brasileira.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - São órgãos administrativos da Associação:

- a) Assembléia Geral
- b) Diretoria
- c) Conselho Fiscal

CAPÍTULO IV DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 4º - Haverá dois tipos de assembleias gerais:

Assembleia Geral Ordinária.
Assembleia Geral
Extraordinária.

Art. 5º - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) - Eleger e dar posse à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal.
- b) - Conhecer e julgar recursos interpostos de decisão de exclusão ou que decretar a perda de mandato de diretor e conselheiro.
- c) - Aprovar as contas da Diretoria Executiva.
- d) - Alterar total ou parcialmente o estatuto.
- e) - Deliberar sobre matérias previstas ou não neste estatuto, desde que por sua natureza, não sejam de competência de outros órgãos.
- f) - Discutir e deliberar sobre assunto referente a bens e patrimônio da Associação.
- g) - Na primeira quinzena de março: julgar e avaliar as atividades da Diretoria Executiva, bem como eleger e empossar os novos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.
- h) - Destituir os administradores.

Parágrafo Único - As deliberações da assembleia geral, quer ela seja ordinária ou extraordinária, serão tomadas por voto concorde de pelo menos dois terços dos presentes à assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos sócios presentes, ou com menos de um terço em segunda convocação.

Art. 6º - As Assembleias Gerais poderão ser convocadas através de edital com antecedência mínima de dez (10) dias, pelo Presidente da Diretoria, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, ou por um quinto dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

§ 1º - O Edital de Convocação deverá conter o dia, o mês, ano hora e local onde será realizada a assembleia geral, e em resumo, a pauta dos assuntos a serem tratados na reunião.

§ 2º - O edital de convocação deverá ser fixado na sede da Associação ou publicado em jornal da cidade, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Art. 7º - A Assembleia Geral Extraordinária será realizada a qualquer tempo, nos casos que justifiquem a sua convocação especial, para tratar exclusivamente de assuntos urgentes relativos à Associação.

Art. 8º - Qualquer Assembleia geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de dois terços de sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários, e em segunda convocação, após uma hora, com qualquer número de membros presentes. As deliberações, no entanto, serão tomadas em consonância ao que dispõe o art. 7º, parágrafo único, do presente estatuto.

Art. 9º - As assembleias gerais serão regidas por regulamento próprio, aprovado no início dos trabalhos.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral será constituída exclusivamente pelos membros da Associação, os quais terão direito à voz e voto.

Art. 10 - As funções dos membros da Associação não serão remuneradas, sendo o serviço prestado considerado como relevante à comunidade.

CAPÍTULO V DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 11 - A Diretoria Executiva é o órgão de execução das decisões da Assembléia Geral, composto por:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário-Geral
- Segundo-Secretário
- Tesoureiro

Segundo-Tesoureiro

§ 1º - A diretoria poderá criar e indicar os nomes dos componentes de tantos departamentos quantos necessitar para a realização dos objetivos da Associação.

§ 2º - Departamentos são órgãos auxiliares da diretoria da Associação, por ela criados na medida das necessidades e cujos membros serão de sua livre escolha.

Art. 12 - A duração do mandato da Diretoria Executiva será de 02 (dois) anos, podendo os seus membros ser reeleitos por até 02 (dois) exercícios consecutivos observando-se uma renovação de pelo menos 1/3 dos membros.

Art. 13 - Compete à Diretoria Executiva:

- I - administrar a Associação União e Consciência negra de Maringá;
- II - convocar a Assembléia Geral;
- III - nomear, convocar e demitir os membros das Comissões;
- IV - reunir-se ordinariamente, uma vez por mês, em sessão extraordinária, quando for necessário, por convocação do Presidente;
- V - deliberar "ad referendum" da Assembléia Geral, sobre assuntos apresentados à Associação por entidades particulares ou oficiais, para a realização de atividades concernentes a extensão de serviços à comunidade;
- VI - estabelecer e fazer cessar as relações jurídicas e de emprego do pessoal contratado;
- VII - elaborar o Regimento;
- VIII - apresentar compulsoriamente, à Assembléia Geral, na sessão ordinária prevista no Art. 5º letras "c" e "g", relatório minucioso dos trabalhos realizados e das questões orçamentárias;

Art. 14 - Compete ao Presidente:

- I - zelar pela fiel execução dos preceitos deste estatuto;
 - II - delegar poderes, quando se fizer necessário;
 - III - representar oficial, ativa, passiva, judicial e extra judicialmente à Associação;
 - IV - convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria Executiva;
 - V - planejar, coordenar e administrar todas as atividades da Associação;
 - VI - autorizar pagamentos e assinar cheques em conjunto com o Tesoureiro.
- Parágrafo Único - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas, impedimentos ou afastamento definitivo.

Art.15 - Ao Secretário-Geral compete:

- I - superintender os serviços de Secretaria;
- II - auxiliar o Presidente e o Vice-Presidente, substituindo-os em seus impedimentos;

- III - ter o encargo do expediente geral da Associação;
 - IV - redigir e assinar os editais e avisos;
 - V - secretariar as sessões da Diretoria Executiva, redigir e ler as respectivas atas;
- Parágrafo Único: Compete ao Segundo-Secretário substituir o Secretário Geral em suas faltas, impedimentos ou afastamento definitivo;

Art. 16 - Ao Tesoureiro compete:

- I - movimentar financeira e economicamente a Associação e encarregar-se dos registros contábeis;
 - II - assinar os cheques conjuntamente com o Presidente;
 - III - realizar através de cheque nominal ou em dinheiro, os pagamentos autorizados pelo Presidente;
 - IV - fazer os balanços bimestrais e a Prestação de Contas, submetendo-os à análise e apreciação do Presidente do Conselho Fiscal;
 - V - arquivar notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela Associação;
- Parágrafo Único: Compete ao Segundo-Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas, impedimentos ou afastamento definitivo;

CAPÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL

Art. 17 - A Associação terá um Conselho Fiscal composto no mínimo de 5 (cinco) membros titulares e com suplentes de igual número, eleitos simultaneamente com a Diretoria Executiva.

Art. 18 - É de competência do Conselho Fiscal fiscalizar, apreciar e emitir parecer sobre a prestação de contas da Diretoria Executiva.

Art. 19 - Os membros do Conselho Fiscal, por decisão da plenária, serão eleitos para cumprir o mandato idêntico ao dos componentes da Diretoria Executiva, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único. O Presidente será escolhido entre os membros do próprio Conselho.

CAPÍTULO VII DOS ASSOCIADOS

Art. 20 - O quadro de associados será constituído por pessoas moradoras de Maringá, sem distinção de raça, gênero, religião ou partido político e que se identifiquem com a luta anti-racista.

Art. 21 - São deveres dos Associados:

- I - cumprir pontualmente os compromissos que contrair com a Associação;
- II - zelar pelos interesses morais e materiais da Associação;
- III - cumprir fielmente às disposições deste Estatuto e respeitar as decisões tomadas pela Assembléia Geral, ou pela Diretoria;
- IV - comparecer quando convocado às reuniões ordinárias e/ou extraordinárias da Associação;

Parágrafo Único - Para a admissão como sócio o interessado deverá ser apresentado por um dos associados e seu nome ser aprovado em reunião da Diretoria Executiva.

Art. 22 - São direitos dos associados:

- I - tomar parte das Assembléias Gerais, discutir, propor, deliberar, votar e ser votado;
- II - propor à Associação, através de seus órgãos, medidas de interesse social;
- III - utilizar-se de todos os serviços mantidos pela Associação;
- IV - participar das atividades programadas pela Associação;
- V - fazer parte dos Departamentos instituídos pela Diretoria Executiva;
- VI - desligar-se em qualquer tempo da Associação;

Art. 23 - Será excluído do quadro social o associado que:

- I - deixar de cumprir as obrigações previstas neste estatuto;
- II - transferir domicílio da área de abrangência da Associação;
- III - danificar ou atentar contra a moral e/ou patrimônio da Associação;

§ 10 - O sócios que deixarem de pertencer ao quadro social não poderão reclamar a restituição de qualquer contribuição que tenham feito à Associação.

§ 20 - Ao associado que for demitido ou excluído da Associação, sempre por justa causa e por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Diretoria, caberá recorrer da decisão junto à Assembléia Geral, após pedido de reconsideração interposto à Diretoria, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da ciência dos respectivos atos.

Art. 24 - Os associados não responderão pelas obrigações contraídas pela Associação, nem mesmo subsidiariamente.

CAPÍTULO VIII AS ELEIÇÕES

Art. 25 - A eleição para os cargos eletivos da Diretoria Executiva, será realizada na primeira quinzena do mês de março.

Art. 26 - Só poderão votar os associados que estejam devidamente inscritos na Associação com antecedência mínima de 6 (seis) meses e tenham idade mínima de 16 (dezesseis) anos, e serem votados desde que tenham a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

Art. 27 - A votação será por sufrágio direto ou escrutínio secreto.

Art. 28 - Perderá o cargo qualquer um dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal que:

- I - faltar sem justificativa a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas;
- II - não desempenhar com eficiência, as atribuições de seu cargo;
- III - cometer atos que possam desabonar sua conduta;
- V - manifestar-se expressamente pelo desejo de desligar-se da Associação;

Parágrafo Único: A decisão da Assembléia Geral que decretar a perda do mandato é soberana não cabendo recorrer;

Art 29 - No caso de afastamento definitivo por morte, renúncia ou perda do cargo, de membro da Diretoria Executiva, caberá a esta nomear, dentro do Conselho Fiscal, um substituto para o cargo, com exceção do Presidente.

Parágrafo Único: Na vacância do cargo do Presidente a sua substituição dar-se-á mediante as disposições estatutárias.

Art. 30 - Em caso de renúncia coletiva da Diretoria Executiva, a Assembléia Geral convocará eleições, no prazo de 30 (trinta) dias por iniciativa de 03 (três) membros.

Parágrafo Único: A Assembléia Geral designará uma comissão de 03 (três) membros que responderá pela entidade nesse tempo.

CAPÍTULO IX DO PROCESSO ELETIVO

Art. 31 - As chapas candidatas aos cargos eletivos para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão constituídas exclusivamente por membros inscritos como sócios da Associação União e Consciência Negra de Maringá (art.20) e deverão se inscrever junto à secretaria da Associação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da assembleia, com seus respectivos nomes, cargos e a apresentação de documento pessoal de identidade.

Art. 32 - A Diretoria Executiva constituirá uma Comissão Eleitoral composta por 3 (três), sócios sendo um presidente e dois secretários, não pertencentes a seus quadros e nem integrante de qualquer das chapas concorrentes.

Parágrafo Único - A Comissão Eleitoral terá a finalidade de acompanhar todo o processo eletivo, antes, durante e após a eleição, julgar as impugnações no período da inscrição, bem como aquelas apresentadas tempestivamente após a realização da assembleia de eleição.

Art. 33 - A secretaria afixará na sede da Associação 72 (setenta e duas) horas antes da eleição uma relação contendo a composição completa das chapas concorrentes.

Art. 34 - Durante as 48 (quarenta e oito) horas que antecedem a realização da eleição qualquer associado poderá impugnar a chapa concorrente, ou qualquer de seus integrantes, mediante requerimento ao Presidente da Comissão Eleitoral acompanhado de elementos probatórios hábeis. .

Parágrafo Único - A Comissão Eleitoral decidirá sobre os pedidos de impugnação que lhes forem encaminhados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, comunicando a sua decisão através de edital afixado na sede da Associação.

Art. 35 - A votação será secreta, não sendo permitida a votação por procuração.

Parágrafo Único - Os eleitores deverão identificar-se perante a Mesa, comprovando a sua condição de morador na jurisdição da Associação, e apondo a sua assinatura em livro próprio.

Art. 36 - Os votos serão depositados em uma urna lacrada e disponibilizada na mesa, a qual será escrutinada e contada após a eleição, na mesma assembleia.

Art. 37 - Ocorrendo a impugnação da chapa vencedora pela Comissão Eleitoral, será convocada nova assembleia geral no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, em cujo período a Associação continuará administrada pelo grupo gestor em exercício, com prorrogação de mandato até a posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal.

CAPÍTULO X DA RECEITA E PATRIMÔNIO

Art. 38 - Constituem receita da Associação:

I - contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas;

II - anuidades;

III - auxílios, contribuições e subvenções de entidades ou diretamente da União, Estado, Município ou autarquias;

IV - doações e legados;

VI - juros bancários e outras receitas financeiras;

VII - captação de renúncia e incentivo fiscal.

Parágrafo Único - Todas as receitas serão destinadas à realização dos objetivos da Associação.

Art. 39 - O patrimônio da Associação será constituído pelos bens móveis e os imóveis identificados em escritura pública que vier a receber por doação, legados e aquisições, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40 - O presente estatuto só poderá ser alterado ou revogado mediante a anuência de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Art. 41 - A dissolução da entidade somente poderá ser decidida por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar em quaisquer das convocações sem a maioria absoluta dos associados.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução da Associação, o remanescente de seu patrimônio líquido será destinado à entidade de fins não-econômicos, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

Art. 42 - Os bens patrimoniais da Associação somente poderão ser alienados em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim, mediante a aprovação mínima de 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros.

Art. 43. A Associação manterá livro de registro de atas das Assembléias Gerais, do Conselho Fiscal, das reuniões da Diretoria Executiva, bem como os livros contábeis de registro de bens móveis e imóveis.

Art. 44 - Os casos omissos do presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria e, se necessário, referendados pela Assembléia Geral.

Art. 45 - Fica desde já eleito o foro da comarca de Maringá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente estatuto.

ADVOGADO
Alaor Gregório de Oliveira
- OAB/PR 9524 -

ANEXO 02 Estatuto do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - 509933
MARINGÁ - PR**INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS ENEDINA ALVES MARQUES
- IMNEAM****ESTATUTO SOCIAL**

Capítulo I

Da Denominação, Regime Jurídico, Sede e Prazo de Duração

Art. 01. O INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS ENEDINA ALVES MARQUES – IMNEAM, inscrita no CNPJ sob nº 08.401.370/0001-42, fundada em 25 de janeiro de 2005 na cidade de Maringá, constituída na forma de associação civil de direito privado, associação social e cultural, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e financeira, com sede e foro no Município e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, à Rua Quintino Bocaiúva, 1270, Zona Sete, CEP 87020-160, prazo de duração por tempo indeterminado, podendo adotar logomarca e ser denominada na comunidade simplesmente como **IMNEAM** e atuar em todo o território nacional, reger-se-á pelas normas e condições estabelecidas neste Estatuto e por demais disposições legais aplicáveis à espécie.

Capítulo II

Do Objeto Social e Finalidades

Art. 02. São objetivos do IMNEAM:

- I. Promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- II. Propiciar o questionamento das relações de poder entre os gêneros que se manifestam na linguagem, na cultura, na ciência, na política, no mercado de trabalho e em outros espaços de sociabilidades.
- III. Promover cursos, seminários, encontros, incentivando a disseminação de conteúdos, aprimoramento e aprendizado de seus associados.
- IV. Desenvolver intercâmbio cultural com demais entidades congêneres



nacionais e internacionais visando o conagraçamento e trocas de experiências;

V. Manter relações com organismos oficiais e privados com a finalidade de promover eventos e firmar convênios com o objetivo de estabelecer parcerias na realização das atividades propostas pelo IMNEAM.

VI. Congregar e representar seus associados.

VII. Defender a paz, a ética, a liberdade e fomentar a solidariedade entre os povos.

VIII. Promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.

§ 1.º Os objetivos sociais serão alcançados através da instituição e manutenção, total ou parcial, de programas e projetos criados pelo IMNEAM, ou em parceria com outras instituições, de direito público ou privado.

§ 2.º O IMNEAM atuará com prevenção de preconceitos, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais.

Art. 03 – Para o alcance de seus objetivos o IMNEAM observará:

I – Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência;

II – adotará a prática de gestão administrativa, necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III – Contará com o Conselho Fiscal, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, o qual emitirá pareceres para os órgãos superiores do IMNEAM;

IV – observará as normas de prestação de contas sociais, a qual será pautada:

- a) Pela observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, observando as regras de segregação contábil;
- b) Pela publicidade, em qualquer meio eficaz e sobretudo na imprensa local, juntamente com o relatório das atividades e demonstrações financeiras da entidade;
- c) Pela prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelo IMNEAM, conforme determinado no § único do artigo 70 da Constituição Federal;

- d) Pela publicação no sítio da internet, do relatório que conste o andamento da execução dos projetos apoiados com recursos públicos e privados ou provenientes de incentivos fiscais;

Art. 04 – Para a consecução dos seus objetivos o IMNEAM poderá firmar convênios, contratos, termos de parcerias, termos de colaboração ou termo de fomento e articular-se pela forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas ou privadas, conselhos municipais, estaduais e federais, empresas nacionais e estrangeiras.

Capítulo III Dos Associados

Art. 05. O IMNEAM admitirá como associadas pessoas físicas, residentes ou não no Município de Maringá, que tenham em comum o compromisso com a luta contra qualquer tipo de discriminação que resulte em dano moral e/o material à pessoa humana.

Parágrafo único - O IMNEAM manterá um livro para o registro de todos associados, sendo esta uma das condições indispensáveis para a comprovação da condição de associado para efeito do direito à voz, votar e ser votado nas reuniões e assembleias do IMNEAM.

Seção I Das Categorias de Associados

Art. 06. São categorias de associados:

- I. **Associado Fundador:** pessoas físicas que participam da Assembléia Geral de fundação;
- II. **Associado Efetivo:** pessoas físicas ou jurídicas que contribuam financeiramente e pessoalmente para com o IMNEAM ininterruptamente durante 3 (três) anos e que tiveram seu pedido de associado aprovado nesta categoria ;



III. Associado Patrocinador: pessoas físicas ou jurídicas que patrocinem projetos ou programas específicos desenvolvidos pelo IMNEAM;

IV. Associado Benemérito: pessoas físicas assim consideradas em razão de apoio e serviços relevantes prestados ou que venha a contribuir com doações expressivas.;

§ 1.º Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do IMNEAM.

§ 2.º Todas as categorias de associados, a exceção dos fundadores, dependem de aprovação de seus nomes em Assembleia Geral.

Seção II

Dos Direitos dos Associados

Art. 07. São direitos dos associados:

- I. Frequentar a sede do IMNEAM;
- II. Participar de atos, reuniões, assembleias, independentemente de convocação;
- III. Requer, por escrito, informações sobre as atividades do IMNEAM;
- IV. Recorrer a Assembleia Geral de atos e deliberações que violem normas estatutárias ou legais;
- V. Excluir-se do quadro de associados, protocolando pedido por escrito na sede;
- VI. Participar de Assembléia Geral, votar e serem votados, nos termos dos artigos 17 e 18 deste Estatuto.

Seção III

Dos Deveres dos Associados

Art. 08. São deveres dos associados:

- I. Acatar as decisões da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva e do

- Conselho Fiscal;
- II. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto;
 - III. Atender e colaborar para a realização dos objetivos sociais e finalidades do IMNEAM;
 - IV. Zelar pelo bom nome e patrimônio do IMNEAM;
 - V. Contribuir na apresentação de propostas, projetos e programas para a realização dos fins institucionais.

Seção IV

Da Admissão, Demissão e Exclusão dos Associados

Art. 09. A admissão de associados em qualquer categoria se dará por deliberação da Assembleia Geral, desde que formalmente apresentado por um associado.

Parágrafo único: para a demissão espontânea do associado o mesmo basta encaminhar a solicitação do seu afastamento temporário ou definitivo, através de uma correspondência dirigida a diretoria do IMNEAM.

Art. 10. A exclusão de associados será sempre por justa causa, quando o associado não cumprir com seus deveres estatutários ou concorrer com motivos graves ou contrários a moral, a ética, aos usos e costumes e a lei, oportunizados a ampla defesa e o contraditório.

§ 1.º Antes da aplicação da pena de exclusão, o associado devera ter sofrido as sanções de advertência e da suspensão, sendo sempre notificado com a exposição dos motivos.

Art. 11. A aplicação das penalidades descritas no artigo anterior será por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo único. Do ato de exclusão caberá recurso a Assembleia Geral, dirigido ao Conselho Fiscal, o qual poderá reconsiderar a decisão, com prazo de quinze dias da ciência do ato.

Art. 12 – São causas de impedimentos para assumir ou se candidatarem a qualquer cargo da Diretoria e Conselho do IMNEAN:

I – ser relativamente incapaz, nos termos da legislação civil;

II – estar com as obrigações eleitorais pendentes;

III – possuir qualquer condenação civil, trabalhista, criminal transitada em julgado, por qualquer crime, principalmente condenação em ações ou execuções fiscais tributárias;

IV – possuir contas relativas a parcerias que tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por tribunal ou conselho de contas de qualquer esfera da federação, e decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

V – Agentes políticos de poder ou Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau de qualquer esfera da federação.

VI – Possuir conduta social ou idoneidade incompatível com os objetivos deste Estatuto.

Capítulo IV Do Patrimônio

Art. 13. O patrimônio do IMNEAM é constituído por bens imóveis, móveis, créditos e direitos, que venha adquirir no desempenho das suas atividades sociais, a qualquer título, bem como doações de qualquer natureza.

Art. 14. A venda ou gravame de bens imóveis do IMNEAM depende de autorização de Assembleia Geral Extraordinária dos Associados, especialmente convocada para este fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um quinto (1/5) em segunda convocação, uma hora após a primeira ou, em terceira convocação, duas horas após a primeira, com qualquer numero de associados, por maioria simples.

Capítulo V
Dos Recursos Econômicos e Receitas

Art. 15. Constituem recursos econômicos, receitas, rendas e rendimentos a serem empregados na realização dos objetivos sociais do IMNEAM, constituição e manutenção do seu patrimônio, os seguintes recursos:

- I. Contribuições, patrocínios, doações, anuidades, mensalidades, rendas, investimentos ou legados, constituídos por associados ou terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros.
- II. Recursos oriundos de convênios, Termos de Colaboração, Termo de Fomento, Termo de Parceria, celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- III. Contribuições, doações, patrocínios, verbas e investimentos captados através de benefícios, incentivos ou renúncias fiscais, de pessoas físicas ou jurídicas, de qualquer natureza;
- IV. Provenientes da comercialização de produtos artesanais, respeitada a legislação correlata;
- V. De apoio cultural para edição de material publicitário ou edição de livros, periódicos e multimídia;
- VI – receitas auferidas pela destinação de órgãos judiciários, tais como multas, penas e outras;
- VII – transferência voluntária de órgãos públicos, envolvendo ou não recursos financeiros;
- VIII – resultado de comercialização de mercadorias doadas por órgãos públicos de qualquer esfera de governo e órgãos privados;

Art. 16. Obrigatoriamente, o IMNEAM aplicará suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na consecução dos seus objetivos sociais.

Art. 17. O IMNEAM, na manutenção de seus serviços e atividades poderá

valer-se de recursos financeiros colocados a disposição pelo sistema financeiro as pessoas jurídicas de direito privado, por deliberação do Conselho Fiscal.

Capítulo VI
Dos Órgãos de Administração

Art. 18. São órgãos de Administração do IMNEAM:

- I. A Assembleia Geral;
- II. A Diretoria Executiva e;
- III. O Conselho Fiscal.

Seção I
Da Assembleia Geral

Art. 19. A Assembleia Geral é o organismo maior do IMNEAM e ocorrerá, ordinariamente, no mês de abril.

§ 1º. A Assembleia Geral é formada por todas as categorias de associados.

§ 2º. Somente os associados fundadores, efetivos e institucionais adimplentes com suas obrigações associativas possuem direitos de voz, voto e de serem votados.

§ 3º. A Assembleia Geral é aberta ao público em geral, com direito a voz e manifesto.

Art. 20. Compete privativamente a Assembleia Geral:

- I. Eleger e dar posse aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- II. Destituir os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

- III. Aprovar as contas após parecer do Conselho Fiscal;
- IV. Alterar o Estatuto;
- V. Dissolver, extinguir ou incorporar o IMNEAM a outra instituição;
- VI. Referendar ações da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos II, IV e V é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes a Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 21. A Assembleia Geral reunir-se-á em caráter extraordinário por convocação do Presidente, do Conselho Fiscal ou por promoção de um quinto dos associados, com antecedência mínima de cinco dias, mediante aviso por escrito.

Parágrafo único. São requisitos essenciais do edital de convocação para as Assembleia Geral: a data, o horário, o local com endereço completo, a ordem do dia e a referencia do órgão convocante.

Art. 22. A Assembleia Geral deliberará em primeira chamada com a presença da maioria absoluta dos associados e, nas convocações seguintes, meia hora após, com qualquer número, por maioria simples ressalvada os *quóruns* específicos.

Parágrafo único. Somente os associados em dia com seus deveres estatutários poderão exercer o direito de deliberar em Assembleias, nas quais haverá lista disponível dos associados com direito a voto e de ser votado.

Seção II Do Conselho Fiscal

Art. 23. O Conselho Fiscal será composto de, pelo menos, 03 (três) associados, para uma mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único. O Conselho elegerá o seu presidente e secretário na sua primeira reunião ordinária.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar e aprovar a prestação de contas e relatórios anuais do IMNEAM;
- II. Deliberar sobre operações financeiras realizadas fora da administração ordinária;
- III. opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e Sobre as operações patrimoniais.

Art. 25. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez a cada 90 (noventa) dias, previamente marcados pelo seu Presidente e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário ou por ato de um dos conselheiros, ou por iniciativa do Presidente e da Diretoria Executiva.

Art. 26. Perderá o mandato o conselheiro que faltar a três reuniões ordinárias no período de um ano, ou a três consecutivas, sem justa causa, por deliberação do próprio Conselho.

Seção III

Da Diretoria Executiva

Art. 27. A Diretoria Executiva é um órgão colegiado, composto de até quatro membros, dentre os associados fundadores, efetivos e institucionais, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo:



- I. Presidente;
- II. Vice-presidente;
- III. Secretário;
- IV. Tesoureiro;

Art. 28. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, em dia agendado pela mesma, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente.

Art. 29. Perderá o mandato o membro da diretoria que faltar, sem justa causa, a três reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, no período de um ano.

Art. 30. Em caso de vacância de cargo, o mesmo será preenchido por indicação do Presidente e aprovação dos demais membros da Diretoria, com *referendum* da Assembleia Geral.

Art. 31. Compete a Diretoria Executiva:

- I. Gerir e administrar o IMNEAM;
- II. Convocar Assembleias Gerais;
- III. Constituir, unificar e dissolver departamentos;
- IV. Contratar e demitir funcionários;
- V. Elaborar planos de trabalho;
- VI. Fixar normas e regulamentos para o funcionamento do IMNEAM;
- VII. Cumprir e fazer cumprir o estatuto, as decisões da Assembleia Geral e dos Conselhos Deliberativos e Fiscal;
- VIII. Desenvolver e tomar as iniciativas necessárias para a realização dos projetos e programas instituídos para alcançar os objetivos e finalidades do IMNEAM;
- IX. Empenhar-se na geração de recursos e realizar as despesas previstas no



orçamento;

- X. Celebrar, após deliberação do Conselho Fiscal, acordos, contratos, termos de cooperação, de parceria e convenio que constituam obrigações ou compromissos para o IMNEAM;
- XI. Decidir sobre aceitação de doações e contribuições;
- XII. Apresentar balancetes mensais para apreciação pelo Conselho Fiscal;
- XIII. Elaborar os programas, projetos e relatórios circunstanciados relativos as atividades do IMNEAM;
- XIV. Adquirir bens, contratar serviços de terceiros, admitir e demitir integrantes dos departamentos;
- XV. Deliberar sobre a política administrativa e gestão das atribuições dos diretores;
- XVI. Praticar os atos normativos, regulamentares e administrativos necessários a plena consecução dos objetivos sociais do IMNEAM;
- XVII. Instaurar procedimentos de advertência, suspensão e expulsão de associados;
- XVIII. Caso julgar conveniente, poderá elaborar um regimento interno que vigorará depois de aprovado em Assembleia Geral.

Art. 32. A Presidente da Diretoria Executiva é a Presidente do IMNEAM.

Art. 33. Compete à Presidente e, na sua falta ou impedimento, à Vice:.

- I. Representar o IMNEAM, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- III. Superintender todas as atividades sociais do IMNEAM;
- IV. Assinar documentos, autorizar pagamento;
- V. Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e, em conjunto com o Tesoureiro, emitir e assinar cheques.
- VI. Receber doações feitas ao IMNEAM.



Art. 34. Compete ao Secretário:

- I. Secretariar reuniões e assembleias;
- II. Organização interna do IMNEAM, arquivar documentos e correspondências;
- III. Guardar os livros de atas e documentos constitutivos;
- IV. Elaborar editais de convocação;

Art. 35. Compete ao Tesoureiro:

- I. A guarda e responsabilidade dos livros contábeis;
- II. Assinar em conjunto com a presidente cheques e balancetes;
- III. Supervisão geral de crédito e cobrança;
- IV. Supervisionar os trabalhos de contabilidade, tesouraria e orçamento.

Seção IV

Das Reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal

Art. 36. A convocação dos membros da Diretoria Executiva e/ou Conselho Fiscal será com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Os *quoruns* de instalação e deliberação das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão de dois terços de seus integrantes, deliberando por maioria simples.

Capítulo VII

Do Processo Eletivo

Art. 37. Participam do processo eletivo para a eleição dos cargos da

Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal somente os associados efetivos devidamente inscritos em livro próprio até 30 (trinta) dias antes da eleição.

Art. 38. Para concorrer aos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal os interessados deverão inscrever chapas completas, protocolando requerimento na sede do IMNEAM dez dias antes da data do pleito.

Art. 39. A eleição ocorrerá em Assembleia Geral da seguinte forma

- I. A Assembleia será conduzida pelo Presidente da Diretoria Executiva e por um Secretário ad hoc nomeado por este;
- II. A votação será por escrutínio eleitoral secreto;
- III. A urna deverá ser lacrada na presença de pelo menos um representante de cada chapa inscrita e receberá os votos sobre a mesa do Presidente da Assembleia;
- IV. Encerrada a votação e contados os votos será proclamado eleitos os nomes desde que estes alcancem, no mínimo, maioria absoluta dos presentes a Assembleia com direito a voto.

§ 1º. Impugnação concernente a chapa concorrente a eleição deve ser feita em até cinco dias antes da Assembleia Geral de eleição, sob pena de preclusão do direito, sendo a impugnação decidida pela Assembleia Geral momentos antes da eleição, podendo ocorrer:

- I. Decisão pela impugnação, inabilitando toda a chapa ao pleito;
- II. Indeferimento do pedido de impugnação, garantindo a chapa impugnada a participar do pleito.

§ 2º. Impugnação concernente ao processo eleitoral durante a realização da Assembleia Geral de eleição deverá ser feita, verbalmente, antes da proclamação da chapa eleita durante a realização da mesma, impugnação esta que será decidida

pela própria Assembleia de eleição.

§ 3º. Ocorrendo impugnação judicial da chapa eleita, os mandatários em exercício terão seus mandatos prorrogados até decisão ou realização de nova Assembleia Geral Extraordinária de eleição.

§ 4º. Havendo a participação no pleito eleitoral de chapa única a votação será por aclamação.

§ 5º. Proclamados, os eleitos serão de pronto empossados na administração do IMNEAM para um mandato de 02 (dois) anos.

Art. 40. Os membros da chapa eleita devem apresentar, no prazo máximo de três dias, na sede do IMNEAM, cópia dos documentos de identidade e cadastro de pessoas físicas.

Capítulo VIII Do Regime Contábil

Art. 41. O exercício financeiro da Associação coincidirá com o ano civil. A sua contabilidade respeitará os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 42. A Diretoria deverá elaborar um relatório indicando toda movimentação contábil, detalhando a origem dos recursos e sua aplicação, que será submetido a apreciação do Conselho Fiscal.

Parágrafo único. O relatório final elaborado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho Fiscal deverá ficar disponível a apreciação de todos os associados na sede do IMNEAM, disponibilizado em um prazo de quinze dias para

eventuais impugnações.

Capítulo IX Dos Livros e Documentos

Art. 43. O IMNEAM manterá em sua sede os seguintes livros:

- I. Livro de presenças em Assembleias;
- II. Livro de ata das Assembleias;
- III. Livro ata de reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.
- IV. Livros fiscais e contábeis;
- V. Documentos legais e demais livros que se fizerem necessários.

§ 1º. Os livros poderão ser constituídos de folhas soltas, numeradas e encartadas, devidamente assinadas pelo Primeiro Secretário e o Presidente da Diretoria Executiva.

§ 2º. Os livros e demais documentos do IMNEAM estarão disponíveis em sua sede a disposição para exame dos associados ou de qualquer cidadão.

Capítulo X Da Alteração Estatutária

Art. 44. Alteração estatutária somente será efetivada desde que se revele útil ou necessário à consecução dos objetivos sociais do IMNEAM, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, na forma do artigo 20, Parágrafo Único deste Estatuto.

Capítulo XII
Da Extinção

Art. 45. O IMNEAM somente será dissolvido ou extinto, ou mesmo incorporada a outra instituição, nos casos previstos em lei e desde que comprovada a impossibilidade de realização dos seus fins com autonomia, devendo o respectivo ato ser aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, na forma do artigo 17, Parágrafo Único.

Parágrafo único. O Presidente da Diretoria Executiva será liquidante da instituição, declarando-se impedido, a Assembleia Geral poderá nomear um dos associados presentes para a função ou terceiros, especialmente contratados.

Art. 46. Extinta ou dissolvido o IMNEAM, o seu patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza e que preencha os requisitos da lei 13.019/2014 tendo preferencialmente o mesmo objeto social.

Capítulo XIII
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 47. Havendo vacância de membros da Diretoria Executiva e/ou do Conselho Fiscal, a Presidente da Diretoria Executiva poderá indicar associado para recompor o quadro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o qual deverá ter seu nome referendado na Assembleia Geral seguinte.

Art. 48. O IMNEAM poderá elaborar um regimento interno que após aprovado pela Assembleia Geral, regulamentará a gestão operacional financeira,



ANEXO 03 Estatuto do Centro Cultural Jhamayka

REG. TÍT. DOCUMENTOS
MARINGÁ 263254

CENTRO CULTURAL JHAMAYKA

ESTATUTO

O Presente Estatuto Disciplina e Estrutura a Organização e Funcionamento do Centro Cultural Jhamayka CCJ, no Município de Maringá - PR, nos Seguintes Termos:

CAPÍTULO-I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1.º - O Centro Cultural Jhamayka (CCJ), com essa sigla, reunido pela primeira vez em 20 de novembro de 2001, sob a denominação de *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, é uma pessoa jurídica de direito privado, na forma de associação, sem fins lucrativo e sem qualquer distinção *racial, econômica, política, social, religiosa, cívica e cultural* com foro na comarca de Maringá, Pr. e com sede provisória à rua Pioneiro José Fernandes, n.º 33, CEP- 87.053-100, conjunto João de Barro-I, nesta cidade de Maringá, Pr.

§ 1.º O prazo de duração é indeterminado, sendo o ano social compreendido no período de 1º de janeiro à 31 de dezembro.

§ 2.º O CCJ, reger-se-á pelas normas estabelecidas neste estatuto, pelo disposto no artigo 5.º, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI e XXVIII, b, da constituição Federal, e, subsidiariamente, pelo disposto no Capítulo II do Título I da Lei n.º 3.071 de 1.º de janeiro de 1916 (Código Civil Brasileiro), e no Capítulo II do Título III da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

§ 3.º Os associados deverão cumprir e fazer cumprir este estatuto, bem como suas normas complementares.

REG. TÍT. DOCUMENTOS
MARINGÁ 263254

CAPÍTULO - II
DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

Art. 2.º - São condições de funcionamento:

- I. - A observância das Leis;
- II. - gratuidade no exercício dos cargos eletivos;
- III. - não cessão de sua sede a entidades e atos de caráter político-partidário, quando desautorizado pela Diretoria Executiva ou pela maioria absoluta dos membros do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*.

CAPÍTULO - III
DOS OBJETIVOS

IV. Art. 3.º - O Centro Cultural Jhamayka CCJ, tem por objetivos:

- I. - Propiciar melhor qualidade de vida para a comunidade negra, através de elaboração de projetos, convênios e parcerias com instituições públicas e privadas municipais, estaduais, federais e internacionais;
- II. - humanizar a situação do negro e ou afro-descendentes: crianças, jovens e adultos na cidade de Maringá;
- III. - combater a discriminação social, de gênero e raça; a exploração e a subalternidade do negro(a), apoiando-se em idéias de democracia, liberdade, justiça e equidade social;
- IV. - organizar, acompanhar ou apoiar programas, iniciativas, movimentos ou outras atividades que possibilitem ao negro exercer os direitos previstos em Lei;
- V. - coordenar, organizar, acompanhar e apoiar programas ou ações que visem a incentivar, manter, preservar e recuperar o patrimônio cultural Africano e afro-descendentes, em Maringá, no Paraná e no Brasil;
- VI. - Congregar os afro-descendentes de Maringá, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos;
- VII. - estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os afro-descendente e simpatizantes da associação, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos;
- VIII. - representar diante das autoridades administrativa, legislativa e judiciária, os interesses gerais, coletivos, pessoais ou individuais homogêneos dos afro-descendentes, quando outorgada procuração com poderes especiais para o fim destinado;
- IX. - manter serviços assistências e cooperativos, inclusive através de convênio com organismos públicos e privados.
- X. - manter trabalhos cultural, em benefício da comunidade afro- descendente de Maringá.

V. § 1.º O *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, não distribui lucros, bonificações, ou dividendos a seus associados sob qualquer forma ou motivo.

§ 2.º Os seus recursos serão aplicados integralmente no país, em manutenção e desenvolvimento dos objetivos que regem este estatuto.

REG. TÍT. DOCUMENTOS
MARINGÁ 263254

CAPÍTULO - IV
DOS ASSOCIADOS:

Seção I - Das categorias, da remuneração e da admissão

Art. 4.º são associados:

- I. - **fundadores:** aqueles que participaram da fundação da Associação, seja ele pessoa física ou jurídica que assinam a ata de fundação e que estejam nomeadas e qualificadas em quadro de associados anexo ao presente estatuto;
- II. - **participantes:** aqueles que forem admitidos após a fundação, podendo ser:
 - a) pessoa jurídicas, com ou sem fins lucrativos;
 - b) pessoas físicas, maiores e capazes.

Parágrafo único. Conceder-se-á, mediante aprovação da Assembleia Geral, o título de Associado Benemérito às pessoas, físicas ou jurídicas, associadas ou não que prestarem relevante serviços às comunidades negras brasileira.

Art. 5.º - O exercício dos cargos previstos neste estatuto não são remunerados, ressalvado o direito de reembolso das despesas feitas a serviço de interesse e autorizado pelo *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, através da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Poderão ser contratados, nos termos da consolidação das Leis do Trabalho (*CLT*), funcionários para exercerem funções de ordem administrativa e outras, bem como estagiários por prazo determinado.

Art. 6.º será admitido como associado a pessoa física ou jurídica, que tenha idoneidade moral, que seja aprovada pela Diretoria executiva e pelo Conselho Fiscal, e assine o livro de inscrição.

Seção II - Dos direitos e dos deveres

Art. 7.º São direitos do associados:

- I. - participar das atividades e promoções;
- II. - ocupar cargo da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, mediante eleição, nos termos deste estatuto;
- III. - participar, com direito a vós e voto, da Assembleia Geral;
- IV. - requerer Assembleia Geral, desde que o requerimento seja subscrito por, no mínimo 1/3 (um terço) dos associados em dias com as obrigações estatutárias;
- V. - propor medidas e apresentar projetos de trabalhos à Diretoria Executiva, para serem deliberados pela Assembleia Geral;
- VI. - apresentar reclamações de irregularidade na administração;
- VII. - fazer parte das comissões de trabalho instituídas pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Fiscal;

REG. TÍT. DOCUMENTOS
MARINGÁ 263254

- VIII. - desligar-se em qualquer tempo através de pedido escrito;
- IX. - ter acesso a informações, cópia deste estatuto ou lista de associados;
- X. - representar o *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, em qualquer ato ou circunstância, quando delegado pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I. - residir e estar domiciliado no município;
- II. - estar no pleno exercício dos direitos políticos;
- III. - estar filiado à entidade;
- IV. - integrar chapa constituída na formação deste estatuto;
- V. - não ter sido condenado em processo criminal, cujo delito seja incompatível com o exercício do cargo.

Art. 8.º São deveres dos associados:

- I. - Respeitar, em todos os momentos e locais, os direitos dos negros;
- II. - participar e colaborar nas iniciativas e nas atividades desenvolvidas pela Assembléia Geral ou pela Diretoria Executiva;
- III. - desenvolver o espírito de cooperação e unidade entre os associados;
- IV. - acatar as decisões aprovadas pela Assembléia Geral ou em reuniões da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal
- V. - pagar suas contribuições sociais, quando fixadas em Assembléia Geral, podendo ser imposta a uma, alguma, ou todas as categorias de membros, sendo possível a remissão total ou parcial do pagamento para determinados membros, em virtude de condição social e financeira ou a determinada categoria de membros, por decisão fundamentada do presidente
- VI. - comparecer às reuniões e assembléias convocadas e acatar as suas determinações.

- VI. **Art. 9.º** Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais contraída em nome do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, (art. 120, IV, da lei n.º 6.015, de 31/12/73).

Seção III - das sanções e da exclusão

Art. 10.º O associado fica sujeito às seguintes sanções:

- I. - advertência, por escrito e em caráter reservado, em caso de prejuízo ao Centro Cultural Jhamayka CCJ, de forma não grave, a juízo da Diretoria Executiva;
- II. - suspensão, por período de 1 (um) a 12 (doze) meses, em caso de:
 - a) reincidência em infração punida com advertência;
 - b) promoção de discórdia entre os associados ou prática de atos contrários ao convívio social;
 - c) não cumprimento das normas deste estatuto;
- III. - exclusão, em caso de reincidência em infração punida com suspensão.

REG. III. DOCUMENTOS
MARINGÁ 263254

§ 1.º Nenhuma sanção será aplicada sem que tenha havido oportunidade de ampla defesa.

§ 2.º As sanções prevista neste artigo são aplicada pela Diretoria Executiva, devendo, nos casos de exclusão, ser aprovadas pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO - V DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Seção I - Disposições Gerais

ART. 11.º São órgãos sociais:

- I. - Assembléia Geral;
- II. - Diretoria Executiva;
- III. - Conselho Fiscal.

§ 1.º A participação em órgãos sociais é privativas de associados, sendo vedado o exercício cumulativo de cargos.

§ 2.º Em caso de vacância de cargo, sem substituto, a Diretoria Executiva convocará a Assembléia Geral para realização de nova eleição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3.º A diretoria Executiva e o Conselho Fiscal poderão instituir comissões, com qualquer número de associados, para realização de trabalhos específicos, a serem prestados dentro das diretrizes estabelecidas pela Assembléia Geral.

Seção II - Da Assembléia Geral

Art. 12.º A Assembléia Geral, integrada por todos os associados em pleno exercício dos direitos estatutários, terá reuniões ordinárias e ou extraordinárias

Art. 13.º A Assembléia Geral, reunir-se-á ordinariamente a cada ano, no mês de novembro para apreciação do relatório de atividades e da prestação de contas da Diretoria Executiva, acompanhados de prévio parecer do Conselho Fiscal, e será convocada pela Diretoria Executiva, mediante ato do presidente ou da maioria dos membros, ou, se não houver tal convocação, a requerimento dos associados, nos termos do artigo 6.º, IV.

Art. 14.º A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente a qualquer tempo, quando necessária ao bom andamento das atividades do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, por convocação da Diretoria Executiva, mediante ato do Presidente ou da maioria dos membros, ou a requerimento dos associados, nos termos do artigo 6.º, IV.

Parágrafo único. A convocação da Assembléia Geral para reunião extraordinária estabelecerá, previamente, a pauta a ser deliberada e votada.

REG. TÍT. DOCUMENTOS
MARINGÁ 263254

Art. 15.º A convocação da Assembleia Geral será feita através de edital afixado na sede do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, e publicado em jornal da cidade de Maringá, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 1.º para a instalação da Assembleia Geral será exigida a presença de 2/3 (dois terço) dos associados, em primeira convocação, ou qualquer número, em segunda convocação, feita meia hora após a primeira.

§ 2.º As proposições deliberadas pela Assembleia Geral, para serem aceitas e terem eficácia, devem ser aprovadas pela maioria dos associados presentes, ressalvadas as exceções previstas neste estatuto. Em caso de empate, o presidente poderá votar ou convocar outra reunião.

Art. 16.º-Compete à Assembleia Geral:

- I. - eleger e julgar processo de destituição dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- II. - aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;
- III. - aprovar a exclusão de associação;
- IV. - definir as diretrizes e a política de atuação do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*;
- V. - alterar, emendar ou reformar este estatuto;
- VI. - deliberar sobre a pauta estabelecida na convocação extraordinária.

Seção III - Da Diretoria Executiva

Art. 17.º-A Diretoria Executiva é constituída por:

- I. - Presidente;
- II. - Vice- Presidente;
- III. - 1º secretário;
- IV. - 2º Secretário;
- V. - 1.º Tesoureiro;
- VI. - 2.º Tesoureiro;
- VII. - Diretor Jurídico.

§ 1.º Os membros da Diretoria Executiva serão escolhidos pela Assembleia Geral, através de eleição, e terão mandato de 2(dois)anos, iniciado em 20(vinte) de novembro e terminado em 20(vinte) de novembro do segundo ano após a posse.

§ 2.º Os membros da diretoria Executiva poderão ser reeleito para os mesmos ou em outros cargos.

§ 3.º Perderá o mandato o membro da Diretoria Executiva que, sem justificativa, faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas, ou que não cumprir os deveres de associados estabelecidos neste estatuto, neste caso mediante aprovação da Assembleia Geral.

REG. TÍT. DOCUMENTOS
MARINGÁ 263254

Art. 18º- Compete à Diretoria Executiva:

- I. - Administrar o *Centro Cultural Jhamayka CCJ*;
- II. - apresentar à Assembléia Geral, projetos e relatórios;
- III. - cumprir as decisões da Assembléia Geral;
- IV. - elaborar programa e executar atividades, dentro das diretrizes apontadas pela assembléia Geral;
- V. - aplicar sanções, dentro dos limites previstos neste estatuto.

Art. 19º A Diretoria Executiva reunir- se- á ordinariamente uma vez em cada trimestre e extraordinariamente quando necessário ao bom andamento das atividades, por convocação do Presidente ou da maioria dos seus membros.

Art. 20º Compete ao Presidente:

- I. - representar o *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, em qualquer ato ou circunstância, ativa e passivamente, judicial e extrajudicial;
- II. - convocar e presidir a Assembléia Geral;
- III. - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- IV. - submeter á apreciação e aprovação da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral, planos e projetos de trabalhos;
- V. - assinar cheques, em conjunto com o tesoureiro;
- VI. - receber doações;
- VII. - examinar e assinar, em conjunto com o tesoureiro, balancetes e balanços.

Art. 21º- Compete ao Vice Presidente:

- I. - substituir o Presidente, para realização de qualquer ato da competência deste, em caso de ausência, impedimento ou afastamento;
- II. - prestar, de modo geral, colaboração ao Presidente;
- III. - substituir definitivamente o Presidente no caso de vacância do cargo.

Art. 22º Compete ao 1º Secretário:

- I. - secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral e redigir as atas;
- II. - divulgar as atividades do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, através da imprensa, quando possível, ou de outros meios eficazes;
- III. - redigir e assinar, com o Presidente, os editais, avisos e correspondências.

Art. 23º Compete ao 2º Secretário:

- I. - substituir o 1º Secretário, para realização de qualquer ato da competência deste, em caso de ausência, impedimento ou afastamento;
- II. - prestar de modo geral, colaboração ao 1º Secretário;
- III. - substituir definitivamente o 1º Secretário no caso de vacância do cargo.

Art. 24º- Compete ao 1º Tesoureiro:

- I. - arrecadar e contabilizar as contribuições financeiras;

REG. TÍT. DOCUMENTOS
MARINGÁ 263254

- II. - autorizar dentro dos limites financeiros, o comprometimento das receitas obtidas pelo *Centro Cultural Jhamayka CCJ*;
- III. - preparar relatórios financeiros, balancetes e balanços, e submetê- los à aprovação da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral;
- IV. - conservar sob sua guarda e responsabilidade bens e documentos relativos à tesouraria;
- V. - preparar e assinar, com o Presidente, cheques, balancetes e balanços.

Art. 25.º Compete ao 2.º Tesoureiro:

- I. - Substituir o 1.º Tesoureiro, para realização de ato da competência deste, em casos de ausência, impedimento ou afastamento;
- II. - Prestar, de modo geral, colaboração ao 1.º Tesoureiro;
- III. - Substituir definitivamente o 1.º Tesoureiro no caso de vacância do cargo.

Art. 26.º Compete ao Diretor Jurídico:

- I. - acompanhar e emitir parecer jurídico sobre as atividades desenvolvidas e compromissos assumidos pelo *Centro Cultural Jhamayka CCJ*;
- II. - organizar e manter arquivo sobre a legislação que envolve direitos do negro
- III. - defender, judicial e extrajudicialmente, os direito do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*.

Seção IV - Do Conselho Fiscal

Art. 27.º O conselho Fiscal é constituído por 7 (sete) associados escolhidos pela assembléia Geral através de eleição.

§ 1.º O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o Presidente.

§ 2.º O mandato dos membros do Conselho Fiscal será coincidente com o da Diretoria Executiva, podendo haver reeleições.

Art. 28.º Compete ao Conselho Fiscal:

- I. - Examinar e emitir parecer sobre relatórios, atas, livros de escrituração, balancetes e balanços do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*;
- II. - acompanhar as atividades da Assembléia Geral e da Diretoria Executiva;
- III. - prestar assessoria geral aos órgãos e comissões de trabalho do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*.

Seção V - Das eleições

Art. 29.º As eleições para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal ocorrerão até 30 (trinta) dias antes do início do mandato (art. 16, § 1.º).

Art. 30.º As eleições serão convocadas pela Diretoria Executiva, mediante ato do presidente ou da maioria dos membros, através de edital afixado na sede do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, e publicado em jornal de Maringá, com antecedência mínima de 60(sessenta) dias das eleições.

REG. TÍT. DOCUMENTOS
MARINGÁ 263254

Parágrafo único. Se, por qualquer motivo, for desconstituída a Diretoria Executiva, 3 (três) associados, em dia com as obrigações estatutária, poderão convocar imediatamente a Assembleia Geral para eleição de nova Diretoria.

Art. 31.º O processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma comissão eleitoral composta de 3(três) associados, indicado pela Diretoria Executiva logo após a inscrição dos candidatos.

Parágrafo único. Os candidatos não poderão ser membros da Comissão Eleitoral.

Art. 32.º Poderão inscrever-se como candidatos os associados em dias com as obrigações estatutárias, através de chapa composta de representantes, para todos os cargos da Diretoria Executiva ou para o total de membros do Conselho Fiscal.

Art. 33.º Cada associado em dia com as obrigações estatutárias terá direito a 1(um) voto, secreto e facultativo, não sendo permitido voto por procuração.

§ 1.º Considerar-se-á eleita a chapa que receber a maioria dos votos válidos.

§ 2.º A apuração dos votos será feita logo após a votação, sendo considerados inválidos os votos em branco ou nulos, será considerados nulos os que estiverem qualquer marcação diferente da solicitada.

§ 3.º Após a apuração dos votos, será dada posse aos eleitos.

Art. 34.º-Se, por qualquer motivo, não forem realizadas as eleições, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal em exercício terão seus mandatos prorrogados até que haja nova eleição.

CAPÍTULO – VI **DOS RECURSOS E DO PATRIMÔNIO**

Art. 35.º *Os recursos do Centro Cultural Jhamayka CCJ, são constituídos de:*

- I. - contribuições dos associados;
- II. - valores obtidos através de promoções;
- III. - doações e subvenções públicas ou privadas;
- IV. - outras receitas.

Art. 36.º O patrimônio do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, é constituído de valores e bens de qualquer natureza, recebido em doação ou por ela adquiridos com recursos próprios.

Parágrafo único. Os bens móveis e imóveis não poderão ser cedidos, transferidos ou alienados sem aprovação da Assembleia Geral.

REG. TÍT. DOCUMENTOS
MARINGÁ 263254

CAPÍTULO - VII DA EXTINÇÃO

Art. 37.º-O *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, será extinto por determinação de ordem legal ou por dissolução, nas hipóteses prevista no artigo 21 da Lei n.º 3. 071/16 (Código Civil Brasileiro), decidida em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esse fim, devendo, para tanto, ser deliberada e aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados em dia com as obrigações sociais.

§ 1.º No caso de dissolução, o patrimônio do *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, será destinado a uma entidade congênere, escolhida em Assembleia Geral de fins idênticos, semelhantes ou de assistência social.

§ 2.º Não havendo no território nacional entidade nas condições indicadas, o patrimônio se destinará ao Município de Maringá.

CAPÍTULO - VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ART. 38.º O *Centro Cultural Jhamayka CCJ*, manterá os seguintes arquivos e livros:

- I. - de atas das reuniões da assembleia Geral;
- II. - de atas das reuniões da Diretoria Executiva;
- III. - de atas das reuniões do Conselho Fiscal;
- IV. - de registros de bens móveis e imóveis;
- V. - de cadastro de associados;
- VI. - de escritura contábil e fiscal.

Art. 39.º A primeira Diretoria Executiva e o primeiro Conselho Fiscal serão constituídos, por indicação dos associados fundadores, na reunião geral de fundação, sendo a eleição feita por aclamação.

Art. 40.º Os mandatos da primeira Diretoria Executiva e do primeiro Conselho Fiscal terão vigência até 20/11/2003, ou até a eleição de outros membros, sendo sempre permitidas reeleições.

Art. 41.º Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva, que deverá manifestar-se no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 42.º O presente estatuto somente poderá ser alterado em Assembleia Geral, convocada especialmente para esse fim, por deliberação e aprovação de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados em dia com as obrigações sociais.

O presente estatuto foi aprovado na reunião de fundação do Centro Cultural Jhamayka CCJ.

Maringá, 20 de novembro de 2001

CAG/PR 27.871

- 10 -